

QUESTÕES AGRÁRIAS EM TERRITÓRIO GOIANO

Matheus Eduardo Souza Teixeira
Alessandra de Souza Gouveia
Edevaldo Aparecido Souza
Org.



ARCO
EDITORES ● ● ●

QUESTÕES AGRÁRIAS EM TERRITÓRIO GOIANO

Matheus Eduardo Souza Teixeira
Alessandra de Souza Gouveia
Edevaldo Aparecido Souza
(Organizadores)

QUESTÕES AGRÁRIAS EM TERRITÓRIO GOIANO

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Diagramação

Gabriel Eldereti Machado

Bibliotecária

Eliane de Freitas Leite

Capa

Fernanda de Aguiar Câmara

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra. Marcela Mary José - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNILUS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Questões agrárias em território goiano [livro eletrônico] / Matheus Eduardo Souza Teixeira, Alessandra de Souza Gouveia, Edevaldo Aparecido Souza (organizadores). -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2024. -- (Questões agrárias)
PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-343-8

1. Ciências agrárias 2. Comunidades tradicionais
3. Desenvolvimento rural 4. Espaço geográfico
5. Goiás (Estado) – Geografia I. Teixeira, Matheus Eduardo Souza. II. Gouveia, Alessandra de Souza. III. Souza, Edevaldo Aparecido. IV. Série.

24-223960

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências agrárias 630

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.48209/978-65-5417-343-8

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

É com muito entusiasmo que apresentamos a obra “Questões agrárias em território goiano”, sobretudo pela pertinência dos capítulos que sustentam este material, alcançando temas acerca da Geografia do estado de Goiás.

Localizado na região Centro-Oeste do país, Goiás atravessou momentos importantes em seu processo de ocupação. Para tal, podemos citar pelo menos cinco fases: uma primeira, por volta dos anos 20, do século XVIII, por meio da ocupação pelo ouro; depois com a ocupação do sul do estado pelos “Generaisistas”, a partir do século XIX; mais recentemente, isto é, a partir da primeira metade do século XX, a construção da estrada de ferro torna-se um importante propulsor da ocupação de Goiás e, em seguida, colocando o estado de vez em um centro de ocupação, ocorre a “Marcha para Oeste” em 1930, marcado pela emergência de Goiânia. Por volta da segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura, Goiás figura como espaço de expansão da fronteira agrícola, permitindo não somente o avanço das atividades agrícola, mas também com um alcance significativo de ocupação de seu território.

Com a modernização do campo as áreas foram integradas ao sistema de produção da agricultura e pecuária, no qual, atualmente, o processo produtivo é caracterizado por uma agricultura moderna, denominada por Milton Santos¹ (2000) como agricultura científica globalizada, ou ainda, como indicou Denise Elias² (2011), como agronegócio globalizado. Trata-se, portanto, de uma agricultura cada vez mais norteadada pela ciência, pela técnica e pela informação. Processos que são conduzidos diante de um campo modernizado, orientado

1 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 2000.

2 ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Estudos urbanos e regionais**, v. 13, n. 2, novembro, 2011.

para atender reclamos distantes e imposições de mercado, condição esta que exige cada vez mais uma lógica competitiva e que acentua a inserção extrema da racionalidade capitalista em todos os aspectos da atividade produtiva (Santos³, 2006).

Pela classificação do IBGE, Goiás está dividido ao longo de cinco mesorregiões, sendo a Mesorregião do Sul Goiano a mais expressiva em termos de produção de *commodities* agrícolas, isto é, nas atividades ligadas ao agronegócio. Em 2022, essa mesorregião teve uma área superior a 5,5 milhões de hectares ocupados pelos principais cultivos relacionados ao agronegócio (cana-de-açúcar, soja e milho), compreendendo 72% da área plantada do estado (IBGE/SIDRA⁴, 2024).

Destarte, Goiás, desde sua gênese até os dias atuais – consolida-se pelas múltiplas funcionalidades desempenhadas por suas mesorregiões, fato que também é norteado por sua dimensão territorial (figurando como o sétimo maior estado em extensão do Brasil). Tal situação acarretou em características distintas de atividades econômicas entre as regiões do próprio estado, seja tradicional ou não – algumas metamorfoseadas e ampliadas no contexto da globalização.

É importante mencionar que as regiões de Goiás exercem atividades econômicas distintas, mas ainda, com um peso significativo pela produção de *commodities*, especialmente as agrícolas e minerais. Além disso, o estado também é marcado pela presença de povos e comunidades tradicionais, sendo estes cada vez mais expropriados pela ação dos agentes hegemônicos.

Portanto, a presente obra intitulada “Questões agrárias em território goiano” compõe um conjunto de estudos que abordam os mais diversos temas da Geografia Agrária de Goiás e, para tal, está dividida em duas partes,

3 SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp. 2006.

4 SIDRA/IBGE – Sistema de Recuperação Automática. **Produção Agropecuária Municipal** – PAM. 2024.

sendo composta por 13 capítulos. Uma primeira intitulada “A produção do espaço agrário e as territorialidades goianas”, com oito capítulos, abordando as características da produção de alimentos e da atuação do agronegócio no estado. Em um segundo momento nomeado “Territorialidades tradicionais goianas”, com cinco capítulos, os textos revelam as tradições e manifestações culturais presentes no estado de Goiás, bem como a presença das comunidades tradicionais no estado.

Os organizadores

Goiás, julho de 2024

18° 26’ 54” S

50° 26’ 48” O

PREFÁCIO

O VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos realizado em São Paulo no mês de Julho de 2024, tal como esse livro, certifica que a geografia brasileira tem mãos largas. Está em todas as regiões do país e em praticamente em todos os lugares. Se não se encontra presente como entidade acadêmica em alguns lugares, é só pesquisar para averiguar que há alguém fotografando uma vertente íngreme, conversando com um camponês cheio de calos, medindo uma erosão, fazendo uma roda no pátio da escola para, coletivamente, mapear o bairro onde a escola se situa e, então, estabelecer uma leitura de escalas.

Além das mãos largas, a geografia brasileira é múltipla, diversa e inquieta, como também prova esse livro. A sua multiplicidade decorre do seu imenso repertório temático; de suas contrastantes visões teóricas e epistêmicas e no modo de proceder a sua ação. Geógrafos, com frequência, conversam com psicólogos, com sociólogos, com gente da geologia, da antropologia, da história, inclusive, da estatística, da matemática, da biologia e da química.

Pode-se dizer que a dialogia geográfica também é encontrada neste livro mediante os treze (13) textos que o compõem. Uma dialogia aberta e insinuante como essa não poderia deixar de efetivar maiores ou menores tensões de ofício em sua identidade. A encruzilhada entre a vertente das humanidades com a vertente da natureza, incluindo dimensões técnico-digitais e discursivas, até os desafios que se têm no ensino e no planejamento, na análise e na intervenção, constam nessa zona de atrito constante.

O imenso rol de temas deste livro, a começar pelos componentes e pela estrutura do espaço agrário e desfiando na discussão da água, do extrativismo mineral, da resistência feminina e camponesa, da flora apícola, das paisagens e dos territórios étnicos, da leitura do Cerrado e do território goiano, incluín-

do elementos como o parentesco, a culinária e todo o sistema de produção de alimentos, a importância da biodiversidade e da geodiversidade, as trocas de saberes, demonstram a versatilidade do pensamento geográfico de autores e autoras deste livro.

Tudo isso sob o fundamento de entradas teóricas e pistas de métodos, como a reestruturação produtiva do capital, a crítica à escravidão e ao latifúndio, a demonstração que o crescimento do PIB – produto interno bruto – não significa desenvolvimento social. Além disso, a baliza argumentativa demonstra que a competitividade impõe a reorganização do território e dos lugares, muitas vezes desarticulando comunidades, grupos, identidades. Daí podemos sintetizar: o espaço agrário goiano, em particular, e do território goiano, em geral, se recolocam na escala mundial a partir de um novo espectro de dinâmicas, conflitos e contradições.

Distante de uma leitura meramente economicista, se encontra presente a dimensão do lugar, da vida e da cultura. Mas sem abandonar a luta de classe e a crítica aos agentes que dominam o território, a vida e o lugar não são tratados de maneira isoladas e abstratas. Não à toa a perspectiva contextual inscreve-se em vários trabalhos. Convém ainda perceber que o chamamento à análise interseccional que não distancia classe social de etnia, gênero de totalidade, estratégias territoriais de resistência, se efetivam em vários textos.

Pois bem!

Penso que hoje, nós geógrafos brasileiros, temos alguns desafios. Um desses desafios se situa nessa condição: a análise geográfica está cada vez mais amadurecida uma vez que as categorias estruturantes desse saber são operadas nos vários trabalhos feitos pelo Brasil. Contudo, a política educacional do governo e do Estado brasileiros - e a profunda metamorfose social e epistêmica do mundo - arrefecem a procura desse curso pela juventude inclusa no paradigma do usuário.

Isso nos solicita algo decisivo: não podemos pensar o interior da geografia externalizado às sociedades mundializadas. Elementos dessa sociedade, como a mineração de dados, a força das empresas plataformas, o extrativismo da atenção, a violência dos ambientes urbanos; a ligação entre virtualidade e vício; a patologização global dos sujeitos; as mudanças climáticas; a informalização do trabalho; a organização de coletivos; a economia do tráfico; a defenestração das águas – e um conjunto de situações e problemas que tornam a vida de todos mais complexa e alienada, nos exigem a restaurar o olhar geográfico.

A meu ver todos somos solicitados a entender atualmente duas perspectivas: a virada ontológica, ou seja, o grito do sujeito a partir dos marcadores como gênero, classe social, etnia, raça, orientação sexual, corporeidade, crenças; e as geografias digitais mediante a vigilância de satélite, controle secreto de dados, hipermapealização do mundo, datogonia, curadorias digitais.

Vê-se nessas perspectivas um profundo metabolismo do saber geográfico e de todos os demais saberes; e também novos desafios políticos, de pensamento e de escrita geográficos. De desafios, acolhimentos e parcerias seguem os nossos textos, o nosso pensamento – a nossa vida.

Eguimar Felício Chaveiro
Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais,
da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG)

SUMÁRIO

Parte 1 – A produção do espaço agrário e as territorialidades goianas..16

CAPÍTULO 1

Dinâmica Socioeconômica Acerca da Expansão da Cana-de-Açúcar em Quirinópolis/GO.....17

Sonia Maria de Jesus Alves

doi: 10.48209/978-65-5417-343-1

CAPÍTULO 2

A Dinâmica da Pecuária Bovina em Quirinópolis (GO).....37

Isabela Aparecida da Silva

Matheus Eduardo Souza Teixeira

doi: 10.48209/978-65-5417-343-2

CAPÍTULO 3

A Contribuição do Programa “Produtor de Água” na Busca pelo Desenvolvimento Rural Sustentável.....52

Mainara da Costa Benincá

Evandro César Clemente

doi: 10.48209/978-65-5417-343-3

CAPÍTULO 4

As Fronteiras do Neoeextrativismo Mineral em Catalão (GO): Territorialização do Capital e Implicações Territoriais no Espaço Agrário.....68

Bruno Serafim dos Reis

João Cleps Junior

doi: 10.48209/978-65-5417-343-4

CAPÍTULO 5

Lutar não foi em Vão: Resistência Feminina no Projeto de Assentamento Café Abelha no Município de Doverlândia/GO.....86

Anna Lígia Alves Coelho

Evandro César Clemente

doi: 10.48209/978-65-5417-343-5

CAPÍTULO 6

Identificação da Flora Apícola na Fazenda Pingo de Mel no Município de Porangatu/GO.....97

Uanderson Sales Soares Silva

Lucimar Marques da Costa Garção

Vandervilson A lves Carneiro

doi: 10.48209/978-65-5417-343-6

CAPÍTULO 7

A Produção Agrícola no Estado de Goiás: Uma Análise das Lavouras de Cana-de-Açúcar, Milho, Soja e Sorgo entre os Anos de 2000 e 2021.....113

Alessandra de Souza Gouveia

Danila de Souza Gouveia

doi: 10.48209/978-65-5417-343-7

CAPÍTULO 8

Reestruturação Produtiva do Capital e as Resistências Camponesas em Goiás.....125

Marcos Antônio Marcelino

Evandro César Clemente

doi: 10.48209/978-65-5417-343-9

Parte 2 – Territorialidades tradicionais goianas.....138

CAPÍTULO 9

A Paisagem na Arquitetura Vernacular Kalunga.....139

Karla Teixeira de Aguiar-Nascimento

Carlos Roberto Pereira da Conceição

Lorranne Gomes da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-343-A

CAPÍTULO 10

Territorialidades do Cerrado: A Terra e o Parentesco na Comunidade do Salgado em Quirinópolis-GO.....152

Gladis Cabral Martins

Edevaldo Aparecido Souza

Lorranne Gomes da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-343-B

CAPÍTULO 11

O Cerrado Brasileiro: Território de Vida.....169

Maria Aparecida de Souza (In Memoriam)

Edevaldo Aparecido Souza

doi: 10.48209/978-65-5417-343-C

CAPÍTULO 12

Ensaio sobre a Culinária dos Carreiros de Morrinhos, GO: Entre Pousos Rurais e Cidades.....186

Iana Cândido Cunha

Maria de Lourdes Alves dos Santos

Jean Carlos Vieira Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-343-D

CAPÍTULO 13

Comunidades Tradicionais do Salgado e Pedra Lisa em Quirinópolis-GO: Ressignificações Culturais Frente ao Avanço do Agronegócio.....196

Rafael Marcon dos Santos

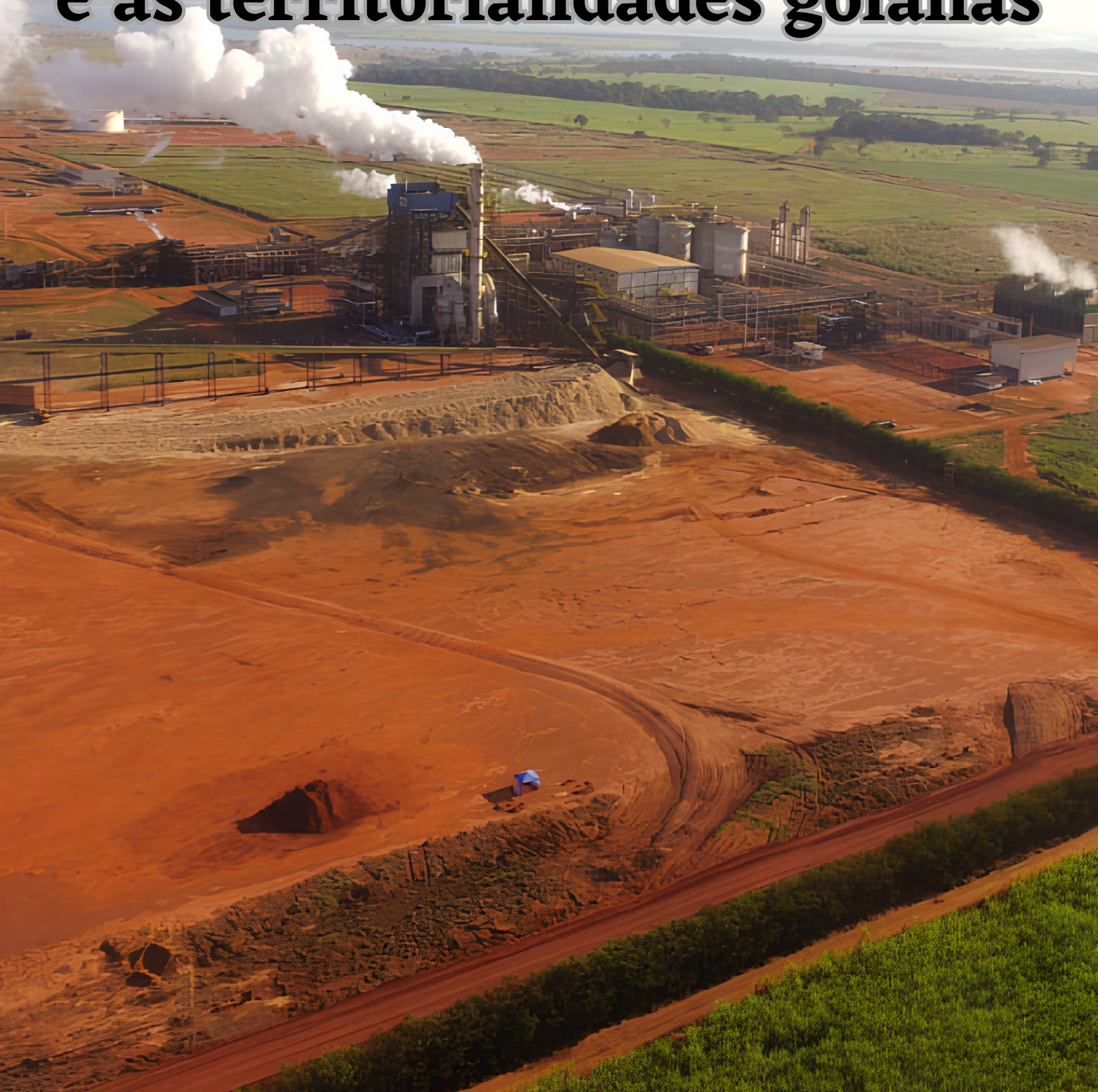
doi: 10.48209/978-65-5417-343-E

Sobre os Organizadores.....209

Sobre as Autoras e os Autores.....210

PARTE 1

A produção do espaço agrário e as territorialidades goianas





DINÂMICA SOCIOECONÔMICA ACERCA DA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM QUIRINÓPOLIS/GO

Sonia Maria de Jesus Alves

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-1

Introdução

Desde 2005, com a chegada de duas unidades sucroenergéticas em Quirinópolis, ocorreram grandes transformações no cenário socioeconômico do município. Essa dinâmica gerou vários impactos, dentre esses impactos, pode-se destacar o crescimento econômico, geração de empregos e renda (Macedo, 2005). As informações, foram estabelecidas com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) referente a 2020, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

Junto ao crescimento econômico, vieram também o crescimento populacional, e isso acarretou no aumento das demandas sociais e de infraestrutura no município, obrigando o poder público a reestruturar toda a cidade em função desse setor da economia (Silva, 2015).

Pretende-se, nesse estudo identificar os impactos socioeconômicos da expansão do setor sucroenergético no município de Quirinópolis entre 2005 e 2020, período esse em que ocorreu crescimento acentuado da população, e busca-se estabelecer relações entre oferta de emprego/renda, elevação da arre-

cadação e do PIB, elevação do IDHM, maiores demandas por saúde, vagas em escolas públicas, moradias, e a expansão do setor sucroenergético.

Quanto a metodologia do trabalho, foram extraídas informações da base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o PIB (Produto Interno Bruto) do município e por setor econômico, crescimento da população, educação, saúde, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Da base do Instituto Mauro Borges (IMB) foram selecionados os dados do ICMS arrecadado, Índice de Desenvolvimento Humano no Município (IDHM), Consumo de energia e número de empregos por setor da economia e gênero no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Por meio da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, foram disponibilizados outros dados sobre educação, saúde e infraestrutura.

Após a obtenção dos dados, os mesmos foram organizados e manipulados em planilhas eletrônicas para elaboração dos gráficos e tabelas referentes ao período de estudo. Na pesquisa teórica, foi realizada a revisão da literatura para a aquisição das bases conceituais, metodológicas, levantamento de referências bibliográficas da pesquisa.

Rearranjo social e produtivo de Quirinópolis (GO)

Vale ressaltar que, antes do advento das usinas sucroenergéticas em Quirinópolis, a economia girava em torno da agricultura e da pecuária (Neves, 2012), pequeno comércio local e empregos públicos. Com a chegada das indústrias sucroenergéticas a partir de 2005, esse cenário mudou (IBGE, 2021).

Assim, o comércio do município foi levado a se reorganizar, para suprir as necessidades acerca da produção canavieira, quando muitas lojas que comercializavam produtos agrícolas, equipamentos, insumos, voltados para as lavouras de soja, milho, pecuária tiveram que se adaptar para suprir as novas demandas, as quais passaram a girar em torno da nova atividade canavieira, que passou a ser a base da economia do município desde então.

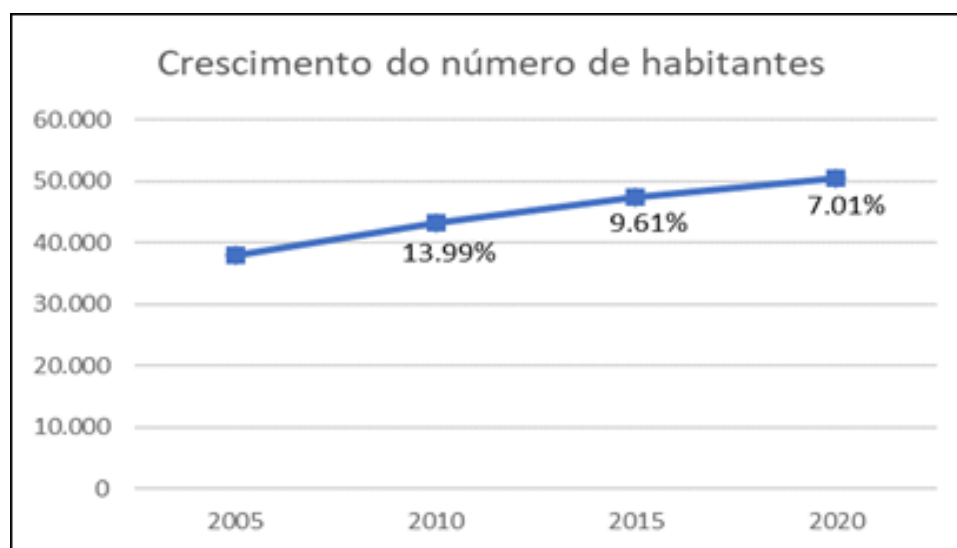
Para Camelini e Castillo (2012), um dos critérios de seletividade, para a escolha da área de expansão canavieira no Sul Goiano, dentro do fator econômico, foi a oferta de mão de obra. De certa forma, isso está correto, pois a atividade canavieira movimenta a sociedade local desde a construção das usinas, o cultivo, a colheita, o transporte e a produção industrial da cana-de-açúcar, o que necessita de mão de obra e, algumas especializadas, as quais o município não oferece.

Grande parte das vagas de emprego oferecidas pelas usinas foram preenchidas por quirinopolinos, e outras, principalmente as especializadas na manutenção e na instalação das máquinas e equipamentos da usina, foram alocadas por imigrantes oriundos do estado de São Paulo, estado em que já existem outras unidades dos grupos canavieiros. As demais vagas menos especializadas, foram preenchidas por imigrantes oriundos principalmente das regiões Norte e Nordeste

A dinâmica populacional diante do advento das usinas sucroenergéticas foi inevitável, o aumento gradativo da população está associado ao surgimento de vários novos bairros, o que vem provocando uma reestruturação na infraestrutura da cidade, acarretando adequações para atender ao novo contexto socioeconômico.

O período de maior crescimento populacional, após a chegada das usinas, foi entre 2005 e 2010, com 13,99% (Figura 01). A população que no Censo 2010, era de 43.220 habitantes, aumentou de acordo com último Censo/2022 para 48.447 habitantes (IBGE,2022), o que representou um crescimento de 10,78%. Vale ressaltar que, conforme a última estimativa 2021, do próprio IBGE, a população de Quirinópolis seria de 51.223 pessoas, ocorrendo aí divergências nos dados entre estimativa 2021 e Censo 2022.

Figura 01 - Crescimento do número de habitantes - Quirinópolis/GO - 2005 e 2020



Fonte: IBGE (2021).

O fluxo de imigrantes para Quirinópolis a partir de 2005 (Figura 01), aumentou, e deu-se, principalmente, pela oferta de trabalho, numa área em que a mão de obra, principalmente a especializada, faz-se extremamente necessária para a indústria sucroenergética (Silva *et al.*, 2019).

A imigração de trabalhadores, e o rearranjo social e produtivo da área foi inevitável, pois a utilização dessa mão de obra vinda de outros estados foi e tem sido de grande valia para suprir a oferta de vagas. Muitos desses imigrantes permanecem aqui por longos períodos e até fixam moradias e constituem famílias; outros, quando conseguem se estabelecer e fazer alguma economia, retornam para sua terra natal e trazem consigo mais membros da família.

Muitos trabalhadores rurais, operadores de máquinas agrícolas, pessoas para o transporte, a limpeza, a segurança, a alimentação e para outros setores de prestação de serviços são contratados por empresas terceirizadas. Parte desses trabalhadores são contratados diretamente em suas cidades de origem, e a eles são assegurados emprego, moradia, alimentação e salário, o que nem sempre acontece. Em Quirinópolis, no dia 22/03/2022, foi flagrado em um canavial do município, por meio de uma Operação realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), Coordenada por auditores-fiscais do Ministério do

Trabalho e Previdência (MTP), trabalhadores que estavam em condições análogas à escravidão contemporânea, nas modalidades de trabalho degradante e jornada exaustiva, em uma fazenda de plantio de cana-de-açúcar no município de Quirinópolis/GO.

As pessoas que se tornam vítimas desse tipo de contratação são aquelas desprovidas de renda e que passam por necessidades, não possuem amparo social por parte do governo e, ainda, são desprovidas, em grande parte, de conhecimento sobre direitos básicos e trabalhistas.

Tal condição e exploração, coloca o trabalhador como peça dessa engrenagem da indústria sucroenergética, expostos a jornadas exaustivas, sem a mínima condição de higiene em alojamentos, acarretando doenças psicológicas e físicas irreversíveis (lesões por movimentos repetitivos), envelhecimento precoce, queimaduras, acidentes e outros (Rumin; Navarro; Perito, 2008).

Assim, a escravidão contemporânea, nomeada de trabalho análogo à escravidão, é a forma mais desumana de exploração, pois corrompe a dignidade, a liberdade e perpetua a pobreza em um país rico e de desigualdades sociais gritantes, uma representação do que é uma violação gravíssima aos direitos humanos.

Em Quirinópolis, surgiram muitos empregos ligados ao setor sucroenergético, desde a produção da cana-de-açúcar até a industrialização, em que muitas foram as ofertas de empregos diretos e indiretos, proporcionada pelo novo contexto econômico do município, de acordo com a Tabela 01, a qual mostra o crescimento dessa oferta em mais de 100%, de 2005 para 2010, cujo aumento foi de 21,68% de 2010 para 2020.

A Tabela 01, também destaca a grande inserção feminina no mercado de trabalho local, a qual mais que triplicou de 2005 para 2020, demonstrando grande conquista para as mulheres, que, até então, tinham pouca oferta de emprego disponível na cidade.

Importante destacar, ainda, que os dados citados sobre empregos, são oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2023). Porém, ocorre uma divergência com o número de empregos declarados pelas duas usinas, que juntas ofertam mais de 6.000 empregos para o município de Quirinópolis; somente a UBV oferta 2.647 empregos diretos e mais que o dobro indireto (UBV/USF, 2023).

Tabela 01 - Número de empregos por setor da economia em Quirinópolis - 2005 a 2020

IBGE setor	Número de empregos formais por total das atividades - 2005			Número de empregos formais por total das atividades - 2010			Número de empregos formais por total das atividades - 2015			Número de empregos formais por total das atividades - 2020		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total	292	219	73	844	644	200	1180	975	205	1027	791	236
Indústria	80	54	26	130	115	15	718	639	79	560	454	106
Comércio	73	44	29	92	45	47	129	57	72	128	59	69
Serviços	26	17	9	293	261	32	199	162	37	277	225	52
Agropecuária	113	104	9	329	223	106	134	117	17	62	53	9

Fonte: CAGED (2023).

Antes da chegada das usinas, o setor que mais empregava em Quirinópolis era a agropecuária, seguido do comércio (Tabela 01), tendo em vista que esses eram a base da economia local. Atualmente, os setores que mais empregam são: indústria e prestação de serviços, que estão relacionados diretamente às usinas sucroenergéticas, setor seguido pelo comércio e agropecuária.

Com o crescimento da população, o consumo de energia do município cresceu muito nos últimos anos, como pode-se observar no gráfico da Figura 02, referente ao consumo de energia elétrica entre 2005 a 2022. A análise é feita considerando o crescimento da população, das atividades agroindustriais e do comércio, cujo consumo em *megawatts-hora* (mwh) aumentou de 40.000

(mwh) para 80.000 (mwh) em 2015, um crescimento no consumo de 100%, o que chega, no ano de 2022, em aproximadamente 95.000 (mwh), sendo que boa parte desse consumo fica a cargo das usinas.

Figura 02 - Consumo de energia elétrica (Mwh) município de Quirinópolis-GO - 2005 a 2022



Fonte: IMB (2023).

A Concessionária que distribui a energia em Goiás, a Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A, está reestruturando toda a rede elétrica de Quirinópolis, que vem enfrentando frequentes quedas de energia, devido a falhas estruturais de tal rede elétrica, a qual, em alguns bairros, é muito antiga e não comporta o consumo de energia de que a cidade necessita no momento.

Já o consumo de água da cidade, de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico de Quirinópolis/2018- Prefeitura de Quirinópolis, o Sistema de Abastecimento de Água (SAA), atende quase toda a população urbana, por meio de 205 km de rede de distribuição, 15.610 ligações – todas hidrômetradas e 16.187 economias (Relatório Operacional da SANEAGO - OP054B - de julho de 2017). A captação é feita no Ribeirão das Pedras (Prefeitura Municipal de Quirinópolis/2018).

Em 2010, a administração pública notou a necessidade de expandir a captação de água devido ao aumento do consumo. A empresa UFC Engenharia

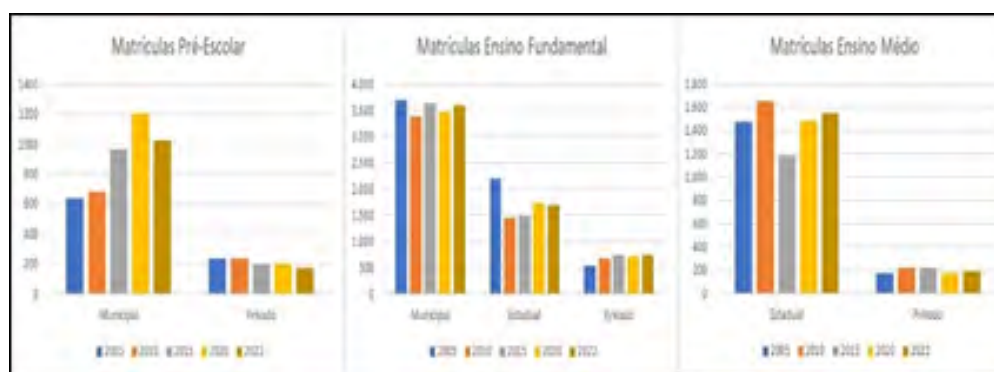
elaborou um Projeto de Ampliação do Sistema de Água de Quirinópolis, a qual foi contratada pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (Prefeitura Municipal de Quirinópolis, 2018).

Em relação aos transportes, foi construído um anel viário para o escoamento da produção, uma vez que é proibido pela Lei Municipal 2.640/06 o tráfego de veículos pesados pelas vias públicas da cidade. Assim, o Art. 5º, que “determina que não será permitido o tráfego de caminhões canavieiros carregados em logradouros públicos, na sede deste município, exceto para a sua manutenção, sendo permitido o transporte apenas pelo anel viário, que liga a Go - 206 e Go – 164” (Câmara Municipal de Quirinópolis, 2006).

Sobre a saúde, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, o município de Quirinópolis conta com 14 (quatorze) Unidades Básicas de Saúde (UBS) presentes nos bairros, tendo em vista o aumento do serviço público de saúde dado o crescimento da população. Em 2005, eram 8 (oito) PSFs (Posto da Saúde da Família) e a partir de 2021, já eram 14 (quatorze), a população tem acesso a um hospital público (Hospital Municipal Antônio Martins da Costa) e a três particulares, (Hospital Nossa Senhora da Abadia, Hospital Quirinópolis e Hospital São Francisco) (Secretaria Municipal de Saúde de Quirinópolis, 2022).

Na área da educação, em Quirinópolis, a procura por vagas nas escolas públicas aumentou, de acordo com o gráfico da Figura 03, em que se pode observar o aumento do número de matrículas, o qual cresceu bastante nas escolas de Ensino Pré-escolar, cujo crescimento foi de quase 100%, entre 2005 e 2020. Isso pode ser atribuído, em parte, além da influência que a chegada das usinas exerceu, a uma maior participação da mulher no mercado de trabalho, de acordo com a Tabela 01, de número de empregos.

Figura 03 - *Número de matrículas no Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Médio – Escolas Públicas e Privadas em Quirinópolis/GO*



Fonte: IMB (2022).

O crescimento da população, elevou o número de matrículas também nas escolas de Ensino Fundamental do município (Figura 03), o que se deve à vinda de muitos trabalhadores imigrantes. Já as escolas estaduais tiveram reduzido o número de matrículas entre 2005 e 2010 de 2.200 para 1.500 alunos, e grande parte dessa redução, pode ser a evasão escolar por falta de políticas públicas voltadas a impedir tal evasão. Houve uma queda de matrículas nas escolas estaduais de Ensino Médio entre os anos de 2010 a 2015, de 1700 para 1200 alunos, o que, provavelmente, deve-se à evasão escolar. A partir de 2020, no Ensino Médio da rede estadual, nota-se um crescimento do número de matrículas, o que pode ser atribuído à exigência do mercado de trabalho em relação ao grau de instrução (SEDUC, 2023).

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Quirinópolis/GO

Um dos pontos positivos observados com a chegada da agroindústria ao município foi o crescimento econômico. A presença das usinas sucroenergéticas impulsionou a economia, elevando o PIB e a arrecadação de impostos. O PIB, que em 2005 era de aproximadamente R\$ 287.094.000,00 (Duzentos e oitenta e sete milhões e noventa e quatro mil reais), passou para R\$ 2.147.553.130,00 (dois bilhões, cento e quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três

mil, cento e trinta reais) em 2021, e o PIB *per capita* de 41.843,87 em um intervalo de 15 anos (IBGE, 2021).

O aumento do PIB *per capita* retrata e ajuda a entender a realidade social e econômica de uma determinada localidade, no entanto pode mascarar essa realidade por não mostrar as verdadeiras condições de vida das pessoas, pois se trata de uma média e isso pode esconder as desigualdades sociais.

Na Figura 04, há mostras do PIB, dos anos de 2005, 2010, 2015 e 2020, e nela é possível observar o aumento ocorrido nesses intervalos, principalmente entre os anos de 2010 a 2020, quando o crescimento econômico foi mais acentuado, e os setores que mais cresceram foram a prestação de serviços e a indústria.

Figura 04 - Produto Interno Bruto (PIB) - Município de Quirinópolis/GO - anos de 2005, 2010 e 2015 e 2020 (Em milhões de reais)



PIB Geral – Fonte: IBGE (2022).

Apesar desse crescimento econômico, o fato não significa necessariamente que ocorreu um desenvolvimento social, o qual envolve o estado de bem-estar social, com reflexo na melhoria dos indicadores sociais, além de representar uma melhora efetiva na renda e na qualidade de vida das pessoas (Silva, 2015). Porém, o que realmente aconteceu foi um aumento da produção

e da circulação de capital, mas a distribuição da riqueza gerada não ocorre de forma igualitária.

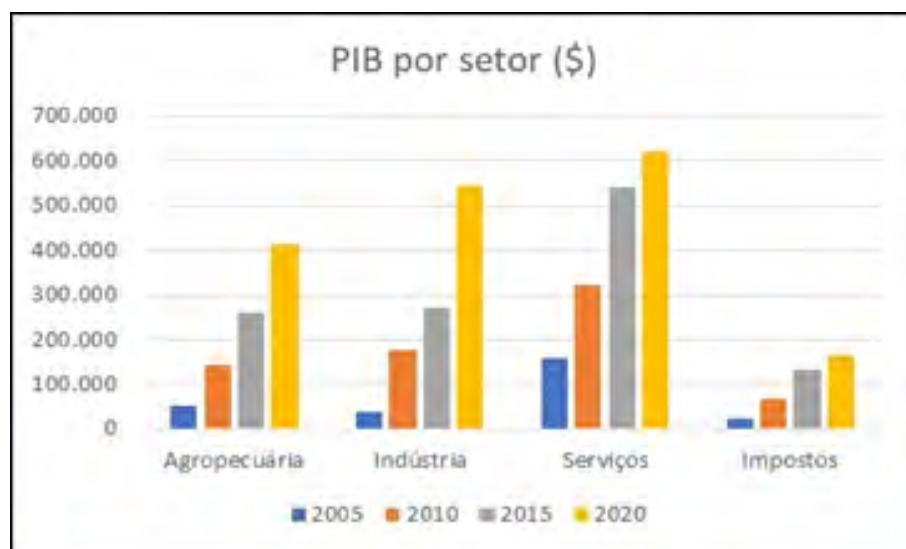
Na concepção de Favareto (2007), o crescimento econômico pode não só contribuir para que a sociedade alcance uma situação de bem-estar, como pode, também, contribuir para o aumento das desigualdades sociais, ocasionando sérios problemas de coesão social.

De acordo com Souza (1997), o desenvolvimento está associado ao crescimento econômico, porém, deve estar acima do crescimento demográfico por determinado período, com reflexo na melhoria dos indicadores econômicos, sociais, da renda per capita e da expectativa de vida. Já para Sen (1999), o desenvolvimento atinge outras dimensões além da riqueza, pois carece de estar relacionado à melhoria de vida dos indivíduos e ao fortalecimento das liberdades.

Desenvolvimento econômico é o crescimento econômico, acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população, e por alterações fundamentais na estrutura econômica social. O desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, de certo modo pode até se opor a ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais que a oferta de bens e serviços resultante do aumento da produtividade (Vieira, 2009, p. 18-19).

O setor sucroenergético representado pelos setores econômicos, pela indústria e agropecuária, envolve o cultivo da cana-de-açúcar para abastecer a agroindústria (Figura 05), logo esses foram os segmentos que mais cresceram no município, e a maior parte do ICMS arrecadado vem desses segmentos. Ocorreu, também, grande crescimento da prestação de serviços, sendo factível associar esse crescimento ao aumento dos demais setores.

Figura 05 - Produto Interno Bruto (PIB) - Município de Quirinópolis, por setor econômico - anos de 2005, 2010 e 2015 e 2020 - (Em milhões de reais)

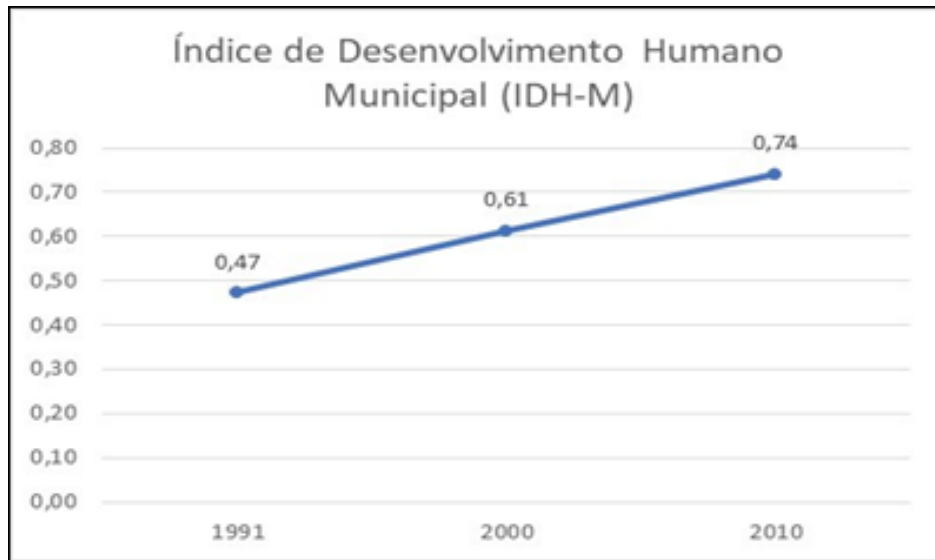


Fonte: IBGE (2021).

O aumento da arrecadação proporcionou, relativamente, mais investimentos em infraestrutura, educação, saúde, moradias, reforma do Hospital Municipal etc. O ICMS do município de Quirinópolis subiu de R\$ 8.074.000,00 (oito milhões e setenta e quatro mil reais) em 2005, para aproximadamente 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) em 2020 e, atualmente, gira em torno de 25.000.000 (Prefeitura Municipal de Quirinópolis, 2022).

Quirinópolis hoje, é polo de atração em oferta de emprego, pode-se dizer que a cidade atingiu o pleno emprego. A criação de novos postos de trabalho reduziu o desemprego, melhorou a renda e elevou o IDH do município (Figura 06), que, de acordo com o Censo 2000, era de 0,613 (IBGE) e no último Censo, em 2010, subiu para de 0,740, considerado alto (IBGE, 2021); (Prefeitura Municipal de Quirinópolis, 2019).

Figura 06 - Índice de Desenvolvimento Humano do município de Quirinópolis/GO – 1991 a 2010



Fonte: IMB.

Na parte socioeconômica, ocorreu crescimento econômico, devido ao aquecimento do comércio local, maior oferta de empregos, e diante de dados do IBGE, melhorou o IDH que hoje é de 0,740, considerado alto. Atualmente, o fechamento de uma usina ou sua paralisação temporária em Quirinópolis pode acarretar no comprometimento da renda de milhares de trabalhadores que dependem desse setor para sobreviver, além de comprometer a arrecadação do município.

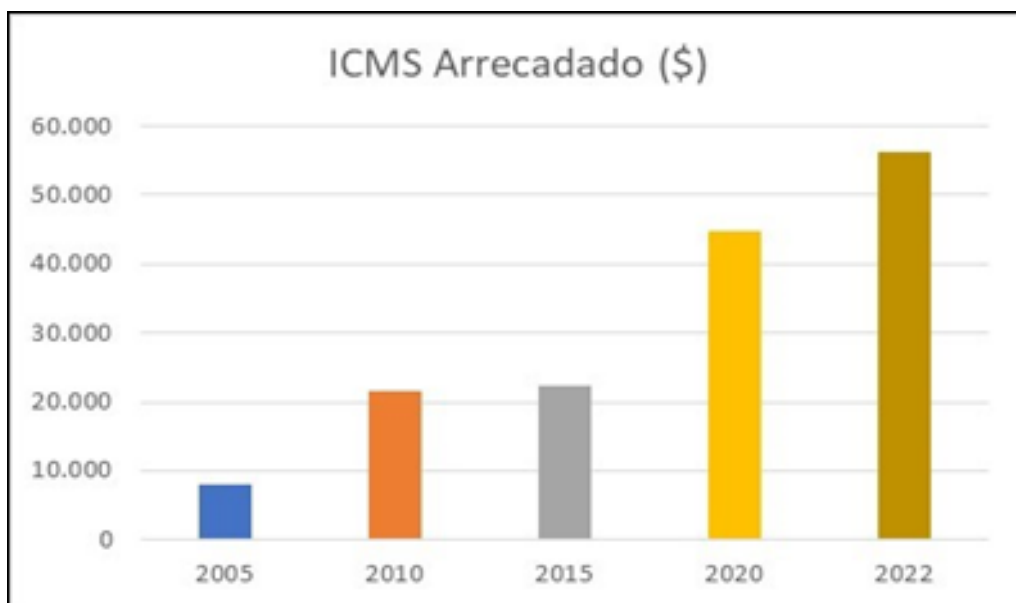
Porém, vale destacar que, segundo o art. 157, §1º, da Constituição Federal, pertencem aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações. Por sua vez, o art. 107, da Constituição Estadual, estabelece os critérios de composição do Índice de Participação dos Municípios (IPM), em Goiás, calculado anualmente pelo Coindice.

O Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios (COÍNDICE) tem por função coordenar todos os trabalhos de elaboração do índice, expedir resoluções com fim de sanar as dúvidas sobre omissões da legis-

lação, apreciar e julgar os recursos apresentados pelos municípios, estabelecer critérios para o cálculo do valor adicionado, propor aos municípios, ou as suas entidades representativas, a colaboração mútua para aprimorar todo o processo de determinação dos índices, aprovar atas das reuniões e outras funções relacionadas à participação dos municípios na distribuição do ICMS (Secretaria de Estado da Economia, 2023). O ICMS, imposto arrecadado pelo Estado, é a principal fonte de recursos dos municípios, principalmente os de pequeno porte (IBGE, 2023).

Diante desse cenário, Quirinópolis vê sua arrecadação tributária elevar-se entre 2005 e 2022 (Figura 07), porém, em outra concepção, de acordo com Silva (2011 p. 188), “o impacto sobre a arrecadação pública é um tipo de externalidade que pode não ocasionar transformações socioespaciais diretas, visto que depende de como os recursos gerados vão ser utilizados pela gestão pública”. Assim, é possível que a ampliação da arrecadação não signifique melhoria nos serviços públicos, uma vez que a demanda pode crescer de forma superior à receita do município.

Figura 07 - ICMS arrecadado no município de Quirinópolis-GO nos anos de 2005, 2010, 2015, 2020 e 2022



Fonte: IMB.

Com o destaque do município em relação ao PIB e à arrecadação de ICMS, a demanda por produtos e serviços cresceram, e, com isso, vários setores tiveram crescimento expressivo, o que despertou o interesse de investidores, que passaram a apostar no crescimento econômico do município, e várias empresas investiram, promovendo o aquecimento da economia.

Se por um lado, as presenças dos grandes grupos sucroenergéticos trouxeram um relativo crescimento econômico para o município, por outro criou uma dependência econômica de vários segmentos em relação a essas agroindústrias, subordinando o campo no modo de produção, nas relações de trabalho e às tecnologias exigidas pelo setor.

Um dos exemplos dessa subordinação é muito bem explicada por Calaça (2021) “O capital, ao expandir as atividades agroindustriais no Cerrado, cria mecanismo para a subordinação do campesinato [...] os camponeses são subordinados como agregados, parceiros, trabalhadores assalariados etc” (Calaça *et al.*, 2021 p. 16).

Isso pode ser corroborado durante o trabalho em campo, pois grande parte da população do município possui uma relação direta ou indireta com a cultura do campesinato, ou seja, do pequeno produtor rural, aquele da agricultura familiar, que produzia e vendia no comércio local, em que, também, realiza suas compras, cujos filhos estudam nas escolas rurais ou da cidade, aquele que antes da chegada da usina gerava emprego para outros trabalhadores rurais.

Considerações Finais

A dinâmica socioeconômica provocada pela presença das unidades sucroenergéticas em Quirinópolis, promoveu um rearranjo social e produtivo de forma que, ocorreu desenvolvimento econômico, aumento na arrecadação, aumento da oferta de emprego e renda como consequência elevação do IDHM para 0,74 atualmente, deixando até aí pontos positivos com a presença da nova atividade econômica.

Por outro lado, provocou um crescimento da população por imigração, o que acarretou em maiores demandas por serviços públicos e de infraestrutura, sobrecarregando o município, junto com esse crescimento vieram alguns problemas socioambientais, que não é foco desse estudo, mas é relevante serem mencionados, até mesmo para uma pesquisa futura, que são os impactos ambientais e o aumento da violência urbana.

Este estudo, deixa uma contribuição sobre a análise das questões socioeconômicas diante de um cenário da expansão do setor sucroenergético e seus efeitos em um município de pequeno porte que tinha sua economia baseada na agropecuária e no comércio local.

Um estudo mais aprofundado acerca de tais questões seria importante, uma vez que o processo ainda está em curso e as transformações ainda estão em andamento. Novos estudos sobre o atual modelo de expansão desse setor seria interessante e necessário para que os impactos ocorram de forma positiva e o setor consiga exercer o seu papel de produtor de fonte de energia renovável e também atue como distribuidor de renda e fomentador do desenvolvimento econômico e social local.

Referências

BORGES, Vonedirce Maria Santos. **Formação de uma Nova Centralidade do Setor Sucroenergético no Cerrado: O Caso de Quirinópolis**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás UFG. Estado de Goiás. Goiânia, 2011.

CALAÇA, Manoel; DA SILVA, Edson Batista; DE JESUS, José Novais. Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado. **Élisée, Rev. Geo.** UEG – Goiás, v.10, n.1, e101214, jan./jun. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS. **Lei 2.640/06**. Disponível em: <https://www.quirinopolis.go.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2006/lei-2-640-2006-dispoe-sobre-producao-transporte-cana-de-a-cucar.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CAMELINI, J. H.; CASTILLO, R.A. Etanol e Uso Corporativo do Território. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 11, n. 25, p. 7-18, mai./ago. 2012.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento em questão**. São Paulo, SP: IGLU/FAPESP, 2007.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/historico>. Acesso em: 15 nov. 2022.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **@Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/historico>. Acesso em: 25 abr. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/panorama>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/panorama>. Acesso em: 10 maio 2022.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal – SIDRA-2011**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/> Acesso em: 22 maio 2022.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2022.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES de ESTATÍSTICA e ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Base de dados. IMB**. Disponível em: www.imb.go.gov.br. Acesso em várias datas de 2023.

IMB/SEGPLAN. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Conjuntura Econômica Goiana**, Dezembro/2012, nº 23-Governo de Goiás. Goiânia: IMB: SEGPLAN, 2012. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/conjuntura-economica-goiana/conjuntura25.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MACEDO, I. de C. *et al.* **A energia da cana-de-açúcar: doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade.** São Paulo: UNICA, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **212 pessoas são resgatas de trabalho análogo ao de escravidão em Goiás e Minas Gerais.** 2023. Disponível em: <https://www.prt18.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-go/917-212-pessoas-sao-resgatas-de-trabalho-analogo-ao-de-escravidao-em-goias-e-minas-gerais>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NEVES, Paracy Corrêa et al. **A Formação do Espaço Urbano de Quirinópolis: Uma Possibilidade Histórica de 1832 a 2010.** 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

OUTRASMÍDIAS 2023. Martins, A. P. A. **Terceirização e trabalho escravo: perversas conexões.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/trabalho-escravo-e-terceirizacao-perversas-conexoes/> Acesso em: 24 mar. 2023.

PORTAL EDUCA. EJA-TEC **Ensino Médio – Educação à Distância.** Disponível em: https://portaleduca.educacao.go.gov.br/tem_especiais/eja-tec/ Acesso em: 24 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS - **Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Quirinópolis – Gestão/2017-2020.** Disponível em: https://sapl.quirinopolis.go.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2018/1/pmsb_quirinopolis_v.apresentacao_audiencia_publica_fxsc14L.pdf. Acesso: 12 maio 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS. **Dados da Secretaria da Saúde, Quirinópolis, 2022.** Disponível em: <https://quirinopolis.go.gov.br/estrutura/secretaria-municipal-de-saude/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS. **Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Quirinópolis.** julho/2018. Disponível em: https://sapl.quirinopolis.go.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2018/1/pmsb_quirinopolis_v.apresentacao_audiencia_publica_fxsc14L.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: <https://quirinopolis.go.gov.br/> 2023. Acesso em: 25 mar. 2023.

RUMIN, Cassiano Ricardo; NAVARRO, Vera Lucia; PERIOTO, Nelson Wanderley. Trabalho e saúde no agrobusiness paulista: estudo com colhedores manuais de cana-de-açúcar da região oeste do Estado de São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n. 2, p. 193-207, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA – Governo do Estado de Goiás. **O que é PróGoiás**. Goiânia, 27, abr 2020. Disponível em: <https://www.economia.go.gov.br/progoias>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA – Governo do Estado de Goiás. **O que é o COÍNDICE?** 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/economia/o-que-e-o-coindice/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SEDUC, Governo do Estado de Goiás. **Dados sobre educação em Goiás**. 2023. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/component/tags/tag/goias-tec.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, A. A. **Transformações no Uso da Terra e na Estrutura de Solos no Cerrado Em Áreas de Expansão da Cana-De-Açúcar – O Caso da Microrregião de Quirinópolis, Goiás**. Estado de Goiás, 2015. 134f. Tese (Doutorado) Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, João Charlesdan Amorim. **O crescimento dos complexos agroindustriais na microrregião do sudoeste de Goiás e seus reflexos no desenvolvimento regional**. Universidade de Taubaté. Taubaté-São Paulo, 2015.

SILVA, K. R.; GIONGO, P. R.; SOARES, J. A. B.; GIONGO, A. M. M.; LUNAS, D. A. L.; GOMES, L. F. Evolução da área de cana-de-açúcar e indicadores selecionados socioeconômicos em Quirinópolis-GO (2005 a 2015). **Brazilian Applied Science Review**, v. 3 n. 2 p. 1206-1222, 2019.

SILVA, W. F. O avanço do setor sucroenergético no cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí (GO). **Geoambiente On-line**, n. 18, p. 01-230 p., 2011.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. São Paulo: USP, 2009. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade de São Paulo).



A DINÂMICA DA PECUÁRIA BOVINA EM QUIRINÓPOLIS (GO)

Isabela Aparecida da Silva

Matheus Eduardo Souza Teixeira

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-2

Introdução

Diante do processo da globalização, a especialização da agropecuária, pautada pela ciência e pela técnica, caracterizou o campo com marcas extremamente modernizadas, em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, da reorganização do território até os modelos de intercâmbio, abarcando até mesmo as relações interpessoais. A inserção no mundo da competitividade resulta no aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. Tais condições norteiam a ampliação do modelo de cooperação e, também, da divisão social e territorial do trabalho, e este alargamento do contexto direciona a um novo aprofundamento do contexto, resultando em áreas caracterizadas por extrema racionalização e com predisposição a se instalar em todos os aspectos da vida (Santos, 2008, p. 304).

A modernização no campo não atingiu somente a agricultura, inserindo também na pecuária, sobretudo a bovina, com técnicas modernas de melhoramento genético, bem como de confinamento e das práticas leiteiras. Neste

sentido, a pecuária figura-se como uma produção importante no país, revelando consideráveis índices de tecnificação e de produtividade.

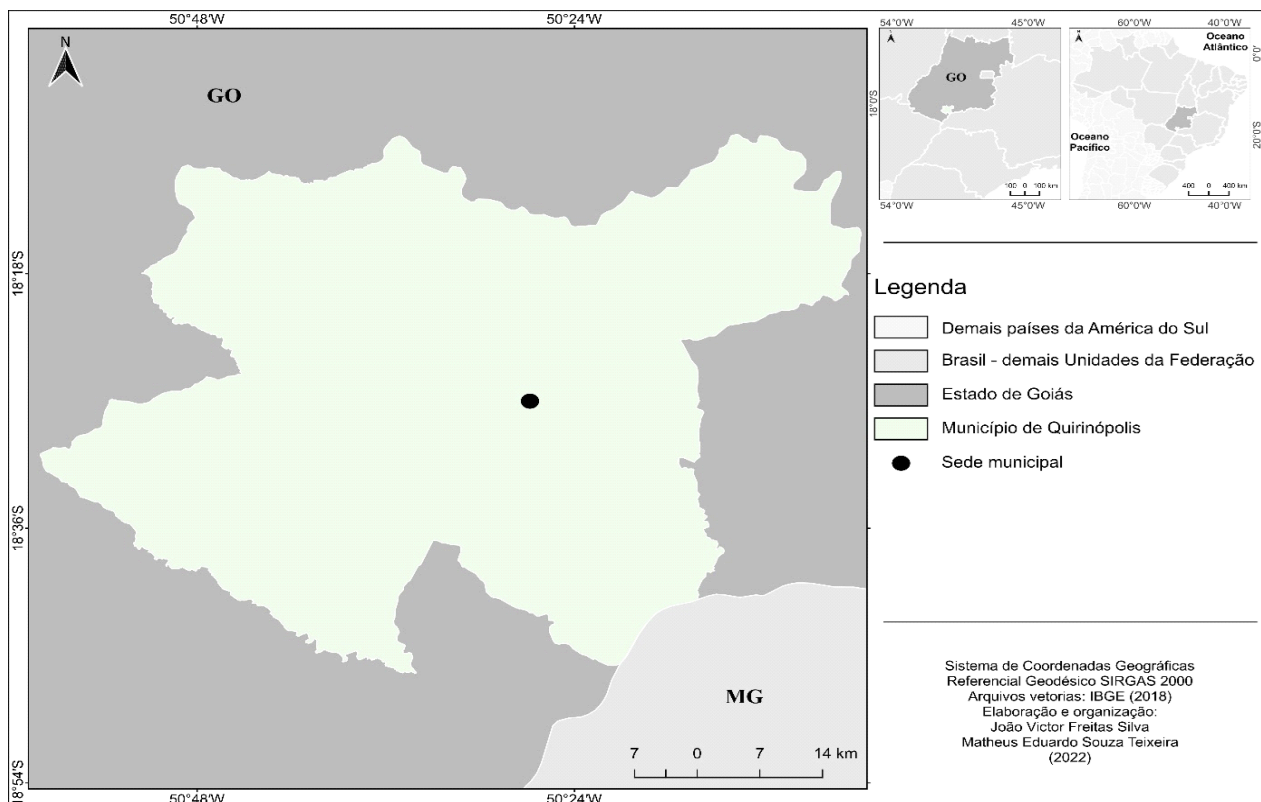
De forma geral, a produção agropecuária no Brasil figura como setor economicamente importante, desde o período colonial e, mais recentemente, com significativos índices, que contam com condições favoráveis, principalmente pelo fomento do Estado. Em termos de subprodutos da pecuária bovina, na atual década, está entre os dez principais itens da pauta exportadora brasileira.

A modernização que se apresenta no campo, aqui especificamente avaliando a pecuária bovina, abrange diversas áreas do território nacional e, portanto, é preciso avaliar se este fenômeno atinge o município de Quirinópolis (GO). Através de resultados preliminares, identificamos que o número de bovinos oscilou discretamente no período recente, enquanto a pastagem (cultivo que serve como alimentação base para o gado) reduziu de forma significativa no referido recorte espacial. Ainda assim, faz-se necessário avaliar de que forma ocorreu este processo, bem como as circunstâncias que a pecuária bovina se apresenta no momento atual. É neste contexto que emerge a hipótese desta pesquisa: que com a expansão da agricultura (cana-de-açúcar e soja) e com a redução das áreas de pastagem, houve uma reestruturação das atividades de pecuária bovina no município de Quirinópolis, com práticas intensivas na produção.

A partir deste contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a condição atual das atividades de pecuária bovina no município de Quirinópolis, sobretudo a partir dos anos 2000. Assim, responder as distintas indagações: qual a importância e possíveis mudanças ocorridas na pecuária bovina em Quirinópolis? O que de fato é responsável pela permanência dessa atividade em Quirinópolis? Vale ressaltar que, atualmente, o município conta com três Laticínios (agente diretamente envolvido na atividade de pecuária bovina), com lojas que comercializam sementes de pastagens, além de atividades que abrangem este setor, especificamente os leilões de gado.

O município de Quirinópolis localiza-se no interior do estado de Goiás, na mesorregião Sul Goiano, especificamente na microrregião de Quirinópolis, com 290 quilômetros de distância da capital do estado (Mapa 01). O município possui 48.447 habitantes e uma extensão territorial de 3.786,026 km², resultando em uma densidade demográfica de 12,80 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

Mapa 1 – Localização do município de Quirinópolis/GO



As atividades de agropecuária são tradicionais em Quirinópolis, desempenhadas desde a ocupação do município. Desta forma, podemos notar que no município de Quirinópolis há de fato um fenômeno interessante a ser investigado, pois o espaço agropecuário ganha novos contornos no século atual, com a inserção de duas unidades sucroenergéticas, a área agricultável de cana-de-açúcar cresce de forma exponencial e, de forma contrária, há uma redução expressiva da área de pastagem, com o número de bovinos apresentado uma incipiente oscilação. Assim, pretende-se entender de que forma a

pecuária bovina é produzida neste espaço e qual a sua representatividade para o município.

Para a execução deste estudo, os procedimentos metodológicos foram divididos em algumas etapas: a) revisão bibliográfica; b) coleta de dados secundários; c) trabalho de campo; d) tabulação dos dados; e) redação final.

Para além da introdução e das considerações finais, este capítulo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira parte, avaliou-se a dinâmica da pecuária bovina no Brasil, especialmente no que tange ao processo de modernização desta atividade. E na segunda parte, analisou-se as condições recentes da pecuária bovina no município de Quirinópolis.

A modernização da pecuária bovina no Brasil

Desde o processo de colonização do território brasileiro, a prática de pecuária bovina desempenhou um papel essencial na estrutura produtiva do país. No início, o gado fora fundamental para o abastecimento da população dos núcleos urbanos e, em seguida, a pecuária bovina deslocou-se para o sertão nordestino, onde o rebanho passou a ser criado solto nos campos de pastagens naturais (Teixeira; Hespanhol, 2014).

É notório como a pecuária começou a ser expandida e modernizada no conjunto do território nacional. Macedo (2006) aponta que o fornecimento da suplementação juntamente com o melhoramento genético contribui para expansão e modernização da pecuária bovina.

Essas alterações foram essenciais para que ocorresse todo o processo de ampliação da pecuária e conseqüentemente a sua reestruturação já que surgiram novos métodos para o manejo bovino. A pecuária bovina exerce grande importância desde o período colonial e sendo assim para que ocorresse todo esse percurso foi necessário que houvesse rotas de entrada e, com isso, Viçoso (2021, p. 2) aponta que “o sul de Minas Gerais foi dentre as rotas de entrada do gado no Brasil, uma das mais importantes, mas pode-se também destacar

o nordeste e o sul do país como pioneiros na criação de gado [...]”. Entretanto foi somente em 1960 que a atividade de pecuária bovina passou a ocorrer com maior frequência, pois, nesse período, foram introduzidas novas raças, além de várias melhorias na criação.

Apesar do predomínio da criação extensiva de bovinos no Centro-Oeste, foi somente a partir dos últimos anos do século XX onde houve uma melhoria significativa no sistema criatório. Contudo, o que realmente contribuiu para essa expansão foi à introdução das pastagens plantadas, com destaque para a braquiária (Teixeira; Hespanhol, 2014).

E havendo toda essa expansão e melhorias diante de todos esses aspectos possivelmente há ainda um outro fator que acarreta em uma possível modernização, avaliada em uma determinada região por Teixeira (2020, p. 4) da seguinte maneira: “nota-se, por meio de análises preliminares, que a cana-de-açúcar vem substituindo as áreas de pastagem, mesmo diante de um cenário de aumento da produção de leite, o que sugere uma reestruturação produtiva e modernização dessa atividade no período atual”.

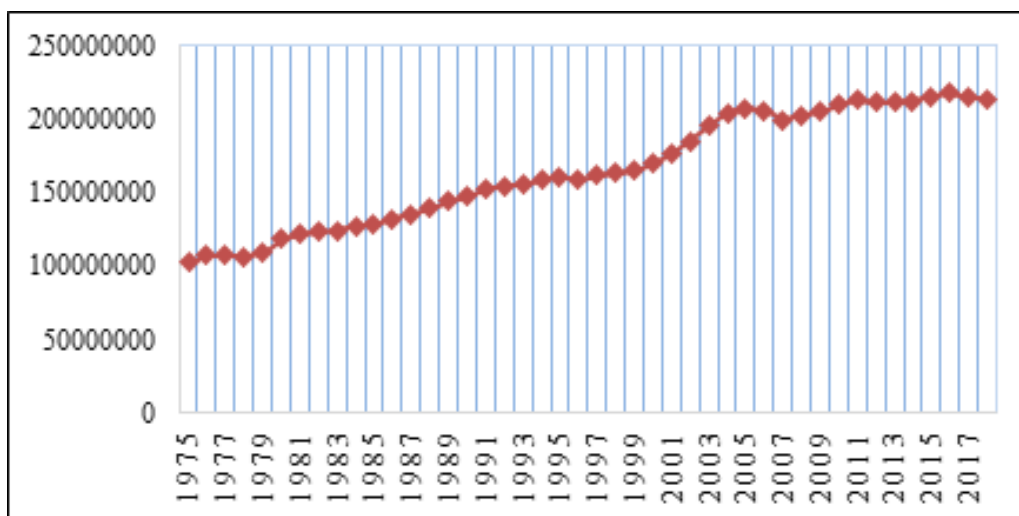
A pecuária bovina é uma atividade econômica que desempenha grande papel na estrutura produtiva brasileira e vem expandindo-se cada vez mais, tendo em consideração que é desenvolvida em todos os estados brasileiros.

A pecuária de corte bovina brasileira apresentou nos últimos dez anos um processo crescente de modernização, apesar de ainda caracterizar-se, em grande parte, pela produção extensiva com os animais criados a pasto. No entanto, o fornecimento de suplementação alimentar e de sal mineral, além do manejo adequado das pastagens, são cada vez mais adotados (Macedo, 2006, p. 83).

Assim, de acordo com os dados do SIDRA/PPM (2023), no ano de 1975, as regiões Sudeste, Sul e Nordeste, possuíam respectivamente, 34,7%, 21,1% e 17,8% do rebanho bovino nacional, percentuais estes que declinaram para 17,3%, 12,2% e 13%, respectivamente em 2018. Já as regiões Centro-Oeste e Norte que em 1975 detinham, nessa ordem, 24,2% e 2% de participação

no efetivo de bovinos do país, aumentaram sua participação na produção, em 2018, para 34,5% e 22,7% respectivamente, consolidando-se como as regiões de maior produção de pecuária bovina, seguidas pelo Sudeste, Nordeste e Sul. Vale ressaltar que a pecuária bovina moderna que se constituiu ao longo das últimas décadas no país, possibilitou que o número de bovinos dobrasse entre 1975 e 2018, resultando, no momento atual, em mais de 213 milhões de cabeças (SIDRA/PPM, 2023), conforme aponta o gráfico 1.

Gráfico 1 – Efetivo do rebanho bovino no Brasil (1975-2018)



Fonte: SIDRA/PPM (2023).

Org. dos autores, 2023.

A pecuária bovina praticada no território nacional ainda é predominantemente extensiva, isto é, desempenhada em pastagens a céu aberto. Todavia, e em função dos limites de expansão horizontal da atividade, bem como de interesses ligados à questão ambiental, há uma tendência, cada vez maior de intensificação da produção, envolvendo diversas técnicas, entre elas o confinamento (Gráfico 2). De acordo com Boin (2005), a prática extensiva é mais utilizada na fase de cria, sendo que na recria ocorre uma certa intensificação (por confinamento) e, na fase de engorda e/ou acabamento uma intensificação ainda maior da produção.

Gráfico 2 – Quantidade de bovinos (milhões de cabeças) confinados no Brasil de 2001 a 2018



Fonte: ABIEC (2023).

Org. dos autores, 2023.

O gráfico revela que a quantidade de bovinos confinados vem aumentando, com exceção dos anos 2005, 2009 e 2010 que apresentaram valores menores em relação ao ano anterior. Percebe-se que há uma tendência na prática de pecuária bovina em confinamento no período analisado, ainda que, em geral, esta seja uma condição particularmente propícia a produtores mais capitalizados e em regiões com maior dinamismo de mercado. Comparando o ano de 2001 com 2018, verifica-se um crescimento de 170,87% na lotação de gado engordado. É interessante indicar que, em 2018, o Brasil registrou um número superior do efetivo de bovinos comerciais em relação à sua população, uma vez que a quantidade de bovinos era de 213,5 milhões e, de acordo com o IBGE (2018), no referido ano, estimou-se que o país contava com cerca de 208,5 milhões de habitantes, dos quais 106 em confinamento, ainda que o volume confinado represente menos de 3% do efetivo nacional de animais.

A modernização da pecuária bovina não alcançou apenas a bovinocultura de corte, mas também a pecuária bovina leiteira. No Brasil, a produção recente de leite possui números expressivos, saltando de 14,48 bilhões de litros em 2000 para 33,83 bilhões de litros em 2018, resultando em um aumento de 133,63% em 18 anos (SIDRA/PPM, 2023).

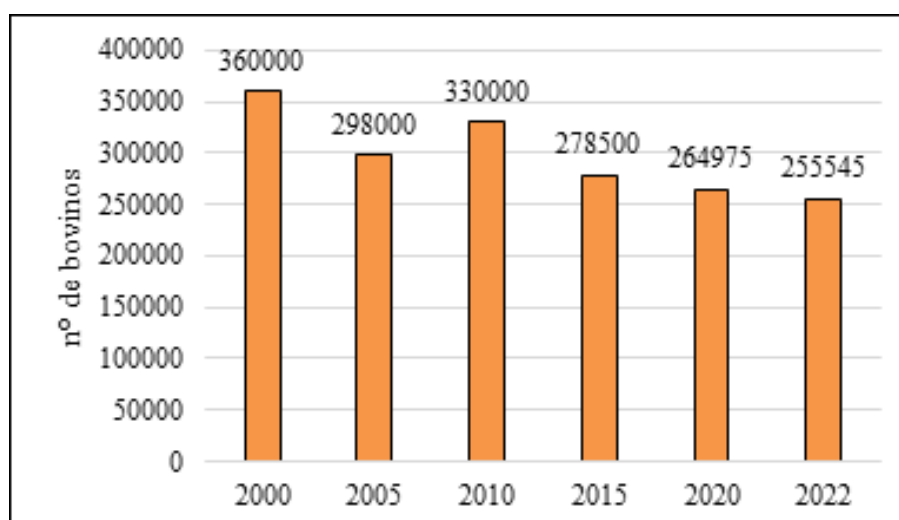
A modernização do rebanho bovino brasileiro ocorre em consequência dos avanços e melhorias das pastagens existentes, com adoção de capins selecionados desenvolvidos através de pesquisas científicas, alavancando o suporte e o desempenho do animal. Paralelamente, ocorreram progressos na suplementação a pasto (mineral e proteica), além de tecnologias de terminação intensiva (semiconfinamento e confinamento), inseminação artificial, cruzamento de raças selecionadas, técnicas de conforto animal, que acrescentaram maior produtividade – fatores que foram essenciais para a redução na idade do abate, bem como para o impulso da qualidade da carne bovina brasileira e na produção expressiva de leite (Gomes; Feijó; Chiari, 2017).

A prática das atividades de pecuária bovina em Quirinópolis

Atualmente as atividades de pecuária bovina assumem cada vez mais importância na dinâmica global, circunstância que não é diferente no território nacional e no recorte espacial abordado. Ainda que Quirinópolis seja tradicionalmente reconhecida pela atividade de pecuária bovina, recentemente, conhece uma significativa expansão sucroenergética, praticada com grande emprego técnico, ditada pelos ritmos e processos da globalização. Para tal, é importante analisarmos os dados para compreendermos melhor como a atividade de pecuária bovina permanece em Quirinópolis. Uma das regiões que vem passando por processo semelhante é a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, que foi inserida no cenário nacional/mundial a partir da expansão da agricultura capitalista para o cultivo de monoculturas para exportação, por meio de processos altamente uniformizados e com a utilização de intensa tecnologia.

Ao avaliarmos o quantitativo de bovinos de Quirinópolis no século atual (Gráfico 3), percebemos que os números oscilam ao longo dos anos, mas que assumem uma importância no município e na região, onde concentra atividades de beneficiamento, como frigoríficos e, principalmente laticínios (três somente em Quirinópolis).

Gráfico 3 – Efetivo de bovinos em Quirinópolis no século atual

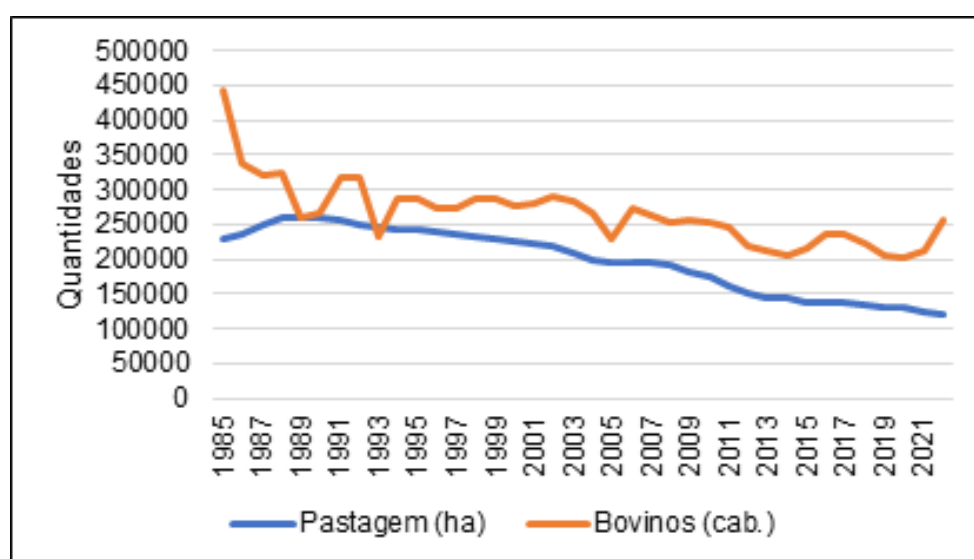


Fonte: IBGE/PPM (2023).

Org. dos autores, 2023.

Outro indicador utilizado para entendermos a dinâmica da pecuária bovina de Quirinópolis foi a quantidade de pastagem do município a partir de meados da década de 1985, tal esquema foi representado no gráfico 4 – avaliando a pastagem e a quantidade de bovino de Quirinópolis entre 1985 e 2022).

Gráfico 4 – Pastagem (ha) e bovinos (cab.) do município de Quirinópolis (1985-2022)



Fonte: LAPIG (2024).

Org. dos autores, 2024.

Conforme mostra o gráfico 04, observa-se a constante redução nas áreas de pastagem além de oscilações dos bovinos. Os dados de 1985 a 2000 mostram uma diminuição na quantidade de hectares, sendo que em 1985 havia 230.173 e, em 2000, uma quantidade de 226.751 hectares. Ainda neste contexto, podemos observar que, nesse mesmo período, ocorreu também uma diminuição no quantitativo de bovinos, sendo que em 1985 havia 441.709 cabeças e em 2000 esse número foi de 277.379, representando uma queda significativa, isto é, 37,20%.

A avaliação feita a partir de dados secundários é de que ocorreu uma oscilação nos bovinos em virtude da redução nas pastagens, já que nesse período ainda não havia tanta modernização nessas áreas para que atendesse à alimentação em confinamento desses bovinos, aumentando a produtividade, mesmo que a pastagem estivesse em declínio.

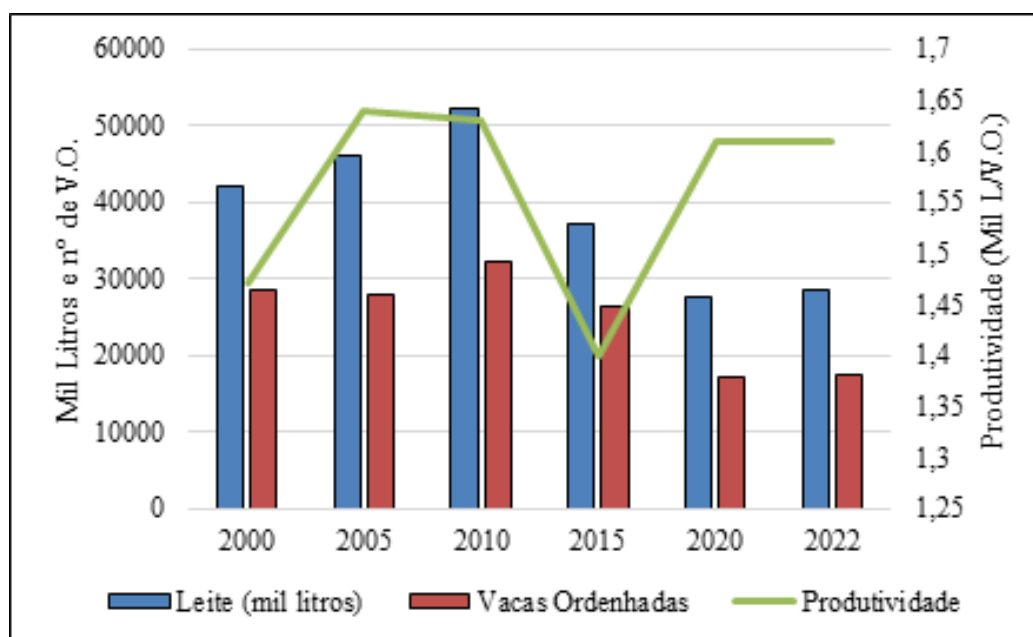
Ainda de acordo com os dados, nos anos de 2000, observamos uma quantidade de 226,7 mil hectares de pastagem. Em 2010, ocorreu uma drástica diminuição para 176.759 hectares, sendo verificada uma queda de 22,04%. Já em questão dos bovinos, em 2000 havia cerca de 277,4 mil cabeças e, em 2010, esse número reduziu para algo em torno de 254,3 mil cabeças, resultando em 8,33% essa redução.

É importante ressaltarmos que nesse mesmo período, em meados de 2009, houve uma vasta diminuição na quantidade de pastagem em resultado da inserção de duas usinas sucroenergéticas no recorte espacial estudado, sendo a Usina Boa Vista (Grupo São Martinho) e Usina São Francisco (Grupo SJC), sendo assim, com a implantação dessas unidades, ocorre uma grande expansão na quantidade de produção de cana-de-açúcar, o que explica o grande declínio em relação às áreas de pastagens nesse período, substituídas por essa nova opção. Ainda assim com a grande expansão dessa produção, ocorreu a reconversão de áreas de pastagens para a produção canavieira. Teixeira e Pereira (2021) indicam que o avanço da cana ocorre, principalmente, sobre áreas de pastagens.

Outro fator importante a se lembrar é que a pastagem é o alimento base dos bovinos, fato que contribuiu também para o declínio dos animais nessa época – sobretudo quando consideramos a pecuária bovina de baixo emprego técnico. Levando em consideração que com a chegada dessas usinas em Quirinópolis, a oferta de pastagem para o gado é reduzida, principalmente pelas vantagens competitivas de ceder esses espaços para a prática canavieira, o que foi um ponto importante para a substituição dessas atividades para os pecuaristas. Assim, entendemos que os produtores de pequeno porte ou foram incorporados pela atividade canavieira ou, quando não conseguiram adentrar na atividade, permaneceram na atividade de pecuária bovina, sobretudo na atividade leiteira. Vale ressaltar que os pequenos produtores são ainda mais reféns dos modelos implementados pelo mercado.

Ainda assim, levando em consideração os dados dos anos de 2010, em que a pastagem girava em torno de 176 mil hectares e, em 2022 (dado mais recente), um número total de 122 mil hectares, deixando mais claro a situação que argumentamos, isto é, uma diminuição de 30,78%. Nota-se que em relação ao efetivo de bovinos, em 2010 contava com cerca de 254 mil cabeças e, em 2022, com um aumento pontual (255 mil). Devido a esse aumento, ainda que incipiente, nos levou a pensar na hipótese de que a atividade bovina no referido município permaneceu com um certo grau de modernização. No entanto, ao aferirmos os dados e, diante do trabalho de campo, a hipótese foi refutada, ou seja, a atividade de pecuária bovina praticada em Quirinópolis ainda é amplamente praticada, com pouco emprego técnico e com padrões tradicionais de produção. Tal condição, no nosso entendimento, é reafirmada quando analisamos o número de vacas ordenhadas, a produção de leite e a produtividade para o município, conforme mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Produção de leite (mil litros), vacas ordenhadas e produtividade em Quirinópolis (2000-2022)



Fonte: IBGE/PPM (2023).

Org. dos autores, 2023.

Ainda que o município disponha de três laticínios, percebemos que a produção de leite diminuiu ao longo dos anos, especialmente a partir de 2010, quando as atividades canavieiras se intensificam no município. Da mesma forma o número de vacas ordenhadas também diminuiu no século atual, sendo que a produtividade (litros por vaca ordenhada) reduziu significativamente em 2015, se mantendo em um média nos demais anos.

Portanto, a pesquisa nos indica que a pecuária bovina que permanece em Quirinópolis é a que, por alguns motivos, seja ele pelo tamanho da área, pela condição do relevo, ou até mesmo pela distância das usinas, não foram incorporadas pelas atividades sucroenergéticas. E a manutenção dessas atividades acontece pela presença dos laticínios no município, que em função de sua demanda, corrobora para a continuidade da pecuária bovina em Quirinópolis. Ainda assim, o gado de corte, que também é encontrado no município é, em muito, fornecido para frigoríficos inseridos na região (especialmente para o município de Rio Verde), também se apresenta com práticas de pouco emprego

técnico. É importante ressaltar que a pecuária bovina praticada de forma modernizada, com significativo emprego técnico, até foi encontrada no município, mas de forma residual, ou seja, casos isolados que não podem ser reconhecidos como uma dinâmica geral do município.

Considerações finais

A pesquisa revela a importância e o papel essencial que a pecuária bovina tem no Brasil e também no recorte espacial estudado. Diante disso observa-se uma modernização das atividades de pecuária bovina no território nacional, com práticas mais intensivas, notadamente acionadas pelos vetores da globalização, com uma parte da produção voltada para atender o mercado externo.

Em Quirinópolis, município que pertence a uma região que historicamente conta com as atividades de pecuária bovina, mostrou-se, apesar da importância dessa atividade, a modernização não é algo que alcançou a produção de forma significativa, isto é, de uma forma abrangente e que tenha possibilitado importantes índices.

Inicialmente, verificamos que a expansão das atividades agrícolas, sobretudo com a cana-de-açúcar, ocorreu, principalmente, sobre as áreas de pastagem, resultando na redução drástica de pastagem nos últimos dez anos. Tal situação foi fundamental para a emergência da hipótese dessa pesquisa, que, no entanto, não se verificou para o referido município.

Assim, as duas unidades sucroenergéticas que se inserem em Quirinópolis no período recente, dinamiza as áreas agrícolas do município, apontando para uma expansão significativa das atividades canavieiras, com práticas intensivas e com grande aparato tecnológico.

De maneira contrária, a pesquisa nos indica que a pecuária bovina que permanece em Quirinópolis é, notadamente, com baixo emprego técnico. Assim, os espaços agrícolas que por alguma circunstância não foram incorporados

pela cana-de-açúcar, seja pelo tamanho da área, pela condição do relevo, ou até mesmo pela distância das usinas, manteve-se nas atividades bovinas, praticada de maneira tradicional.

Portanto, identificamos que, a manutenção dessas atividades acontece pela presença dos laticínios no município, que em função de sua demanda, corrobora para a continuidade da pecuária bovina em Quirinópolis. Ainda assim, o gado de corte, que também é encontrado no município é, em muito, fornecido para frigoríficos inseridos na região (especialmente Rio Verde), produzido com pouco emprego técnico. É importante ressaltar que a pecuária bovina praticada de forma modernizada, com significativo emprego técnico, até foi encontrada no município, mas de forma residual, ou seja, casos isolados que não podem ser reconhecidos como uma dinâmica geral do município.

Referências

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. **Perfil da Pecuária no Brasil**. 2023. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/control/uploads/arquivos/sumario2019portugues.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BOIN, C. Brasil detém maior rebanho comercial do mundo. Reportagem. **Visão agrícola**, n. 3, 2005, p. 63-71. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va03-reportagem.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

GOMES, R. da C.; FEIJÓ, G. L. D.; CHIARI, L. **Evolução e qualidade da pecuária brasileira**. Campo Grande: Embrapa gado de Corte, 2017. Nota Técnica.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@Cidades**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LAPIG – Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento. **Atlas Digital das Pastagens Brasileiras**. 2024. Disponível em: <https://pastagem.org/atlas/map>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MACEDO, L. O. B. Modernização da pecuária de corte bovina no Brasil e a importância do crédito rural. **Informações Econômicas**, SP, v.36, n.7, jul. 2006. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/seto2-0706.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4 ed. 4. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SIDRA – Sistema de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SIDRA – Sistema de Recuperação Automática. **Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM)**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 12 abr. 2023.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A trajetória da pecuária bovina brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 36, p. 26-38, jan./jul. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2672/2791>. Acesso em: 22 set. 2023.

TEIXEIRA, M. E. S. **Efeitos da expansão do setor sucroenergético sobre a pecuária bovina: uma avaliação na região de Ituiutaba/MG**. 2020. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.137>. Acesso em: 07 abr. 2023.

TEIXEIRA, M. E. S.; PEREIRA, M. F. V. Expansão recente do setor sucroenergético e implicações territoriais na pecuária bovina: uma avaliação na região de Ituiutaba (MG). **Estudos Geográficos (UNESP)**, v. 19, p. 249-267, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/estgeo.v19i3.16283>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VIÇOSO, L. C. B. A pecuária como agente de territorialização e as formas de fomento para sustentação da pecuária. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, Jan.-Dez. Vol.21, n. 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/35669>. Acesso em: 14 set. 2023.



A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA “PRODUTOR DE ÁGUA” NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Mainara da Costa Benincá

Evandro César Clemente

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-3

Introdução

O desenvolvimento rural sustentável surgiu como um paradigma, que teoricamente seja capaz de promover melhorias nas condições de vida da população, sem comprometimento ambiental. Nesse contexto, estabeleceu-se o desafio de construir meios sustentáveis para a exploração agropecuária. Para Ehlers (1999), por agricultura sustentável entende-se um desejo de um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo, portanto, para apresentar uma insatisfação com a agricultura convencional ou “moderna”.

Diferentes concepções sobre o desenvolvimento rural sustentável percorrem o mundo atualmente, porém, o que se necessita nesta busca vai muito além da discussão conceitual, mas sim uma mudança estrutural em todo o sistema de produção alimentar, levando em consideração os aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais. Desse modo, o presente capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o conceito e a busca em atingir o desen-

volvimento rural sustentável em uma área marcada pela consolidação e a forte expressividade da agricultura capitalista, que é o município de Rio Verde-GO, em que o programa Produtor de Água vem sendo implementado. Esse programa constitui-se numa política pública que tem como premissa básica promover o desenvolvimento rural sustentável.

O município de Rio Verde apresenta-se com um padrão produtivo assentado na produção agrícola monocultora em grande escala, constituindo um desafio para a implantação de um projeto que busca atenuar os efeitos deletérios advindos do denominado agronegócio. Todas essas questões refletem a emergência de pensar os sistemas produtivos agrícolas de forma sustentável, preservando os recursos naturais e ao mesmo tempo gerando renda para a população e garantindo uma alimentação saudável.

Desse modo, apresenta-se o Programa “Produtor de Água” proposto pela Agência Nacional de Águas (ANA) e que vem sendo realizado na Microbacia Ribeirão Abóbora no Município de Rio Verde. O programa é um grande avanço para os moradores, pois desde 1995 lutam por melhorias nas questões ambientais, tendo em vista o comprometimento de suas atividades produtivas pelo intenso processo erosivo, a degradação das nascentes e olhos d’água (Merida, 2014).

A agricultura capitalista é a que prevalece no município, desse modo, faz-se necessário discutir sobre a materialização da agricultura sustentável, que segundo Hespanhol (2007), para que ela seja executada são necessárias reformulações estruturais no paradigma de desenvolvimento, já que para o agronegócio basta empregar tecnologias modernas que garantam a realização da produção ao longo do tempo sem comprometer os recursos naturais.

O Programa Produtor de Água tem como objetivo reverter a situação de alta degradação ambiental, apresentando medidas mitigadoras para os problemas ambientais em diversas áreas brasileiras. De acordo com Ana (2012), o Programa é um instrumento pelo qual a União apoia a melhoria, a recuperação

e a proteção de recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas, tendo como base ações executadas no meio rural voltadas à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar o aumento da qualidade da água e a tornar mais regular sua oferta.

Como procedimentos metodológicos, a consecução da pesquisa baseou-se em um primeiro momento, de um levantamento teórico a partir da revisão bibliográfica visando a compreensão de alguns conceitos: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural sustentável, agronegócio e das questões ambientais. Em um segundo momento, a aquisição de dados de fonte secundária, junto à Agência Nacional de Águas (ANA), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e à Prefeitura Municipal de Rio Verde (Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura).

Com base nos levantamentos realizados, verificou-se que o Programa Produtor de Água apresenta diretrizes bastante avançadas, ao propor ações de cunho ambiental e também simultaneamente, na esfera social com o pagamento por serviços ambientais. O principal objetivo consiste em averiguar se o Programa Produtor de Água tem efetivamente conseguido promover o desenvolvimento rural sustentável.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural sustentável no contexto da agricultura capitalista

As discussões em torno do conceito de sustentabilidade permeiam desde a década de 1970, sendo um marco a Conferência de Estocolmo em 1972 e, posteriormente a Conferência Rio-92. Essas discussões começaram a surgir no cenário brasileiro no final da década de 1990, com conceitos que variam entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, estando esses, ligados à necessidade de promover um uso mais consciente dos recursos naturais.

De modo específico, farar-se-á discussão dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento rural sustentável e em que medida tais propostas são factíveis sob o sistema capitalista de produção. O advento do desenvolvimento sustentável ocorreu diante das graves situações de degradação ambiental geradas pela exploração predatória do sistema capitalista de produção. Some-se a isso a intensa desigualdade de renda da população brasileira, que se intensificou pós projeto de “modernização do campo” entre os anos de 1960 a 1980.

A “modernização” decorrente do pacote tecnológico da Revolução Verde a partir do final dos anos 1950 no Brasil, levou a uma forte transformação da sociedade mundial e, essa busca formas de minimizar tais impactos. Clemente (2011) afirma que:

[...] A sociedade vem questionando o modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e com consequências ambientais nefastas, incluindo na agricultura, em que cresce a preocupação com a qualidade dos alimentos e a preservação dos recursos naturais como os solos, as águas, a paisagem. Também tem crescido a necessidade de um padrão de desenvolvimento que seja menos desigual socialmente e que gere menos impactos ambientais (Clemente, 2011 p.54).

Esses questionamentos permeiam o ramo científico e a sociedade em geral, surgindo diferentes interpretações e posicionamentos sobre o termo “desenvolvimento sustentável”. Por desenvolvimento sustentável entende-se aquele que tem a preocupação com os aspetos sociais e ambientais, colocando-os no mesmo grau que nos aspectos econômicos, voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população, com cuidado de preservar o meio ambiente e as possibilidades de reprodução da vida com qualidade para as gerações que sucederão (Montibeller Filho, 2008).

Para Amaral Júnior (2011), o conceito de desenvolvimento sustentável simboliza essa tentativa de conciliação do direito ao desenvolvimento, o combate à pobreza e o bem-estar das gerações futuras. Desse modo, identifica-

-se que ambos os autores tratam o desenvolvimento sustentável como meio de comprometimento com os aspectos sociais e ambientais em meio à execução de atividades produtivas, de modo a promover uma melhoria de vida para a população.

Reconhece-se que o progresso técnico efetivamente relativiza os limites ambientais, embora não os elimine, e que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para a eliminação da pobreza e das disparidades sociais (Romeiro, 1999, p.77).

Uma das alternativas para se pensar em desenvolvimento rural sustentável, são os sistemas agroecológicos, pois promovem melhor alimentação, renda e maior autonomia para os agricultores. Pensando nos aspectos ambientais, é preciso considerar que avanços foram alcançados, porém, no que tange às questões sociais e econômicas, a realidade não é a mesma, tendo em vista a intensa desigualdade social e de renda no Brasil. Partindo do pressuposto que ambos os aspectos precisam ser pensados no seu dinamismo, para Montibeller Filho (2008) o desenvolvimento sustentável é considerado um mito sob o capitalismo.

[...] pela impossibilidade de que no mundo capitalista venha a atingir-se o desenvolvimento sustentável, com suas dimensões básicas de equidade intrageracional (garantia de qualidade de vida a todos os contemporâneos), intergeracional (igual garantia às pessoas das próximas gerações, mediante a preservação do meio ambiente) e equidade internacional (de todos os países, ou a todo indivíduo independentemente de sua localização geográfica) (Montibeller filho, 2008, p. 298).

Hespanhol (2007), por sua vez, afirma que na verdade o desenvolvimento e a agricultura sustentável são incompatíveis com o caráter imediatista e o processo de acumulação de riquezas, ambos inerentes ao modo capitalista de produção. Pensar em um efetivo desenvolvimento rural sustentável seria associar à melhoria no padrão de vida da população, uma melhor distribuição de renda, uma maior autonomia de trabalho e de vida, e adotar sistemas produtivos menos deletérios aos recursos naturais.

Para se promover de fato um desenvolvimento rural sustentável faz-se necessário ir muito além de medidas técnicas e pontuais, é preciso reconfigurar a estrutura produtiva do nosso país, de modo a pensar as diversas atividades rurais, na promoção da vida social, econômica, cultural e política.

Os reflexos socioambientais da agricultura capitalista no Cerrado brasileiro

Expressivos são os debates acerca do uso e ocupação de terras no Brasil, principalmente nas últimas décadas, com a forte expansão da produção monocultora em moldes capitalistas, que tem levado a uma série de impactos ambientais, ocasionando uma considerável redução da biodiversidade, bem como também sociais. Advindo deste processo, outra preocupação tem sido em relação à manutenção da qualidade dos recursos hídricos, que vem sendo comprometida diante de nefastas ações antrópicas que tendem a degradá-las, tendo em vista que o manejo agrícola inadequado reduz a infiltração de água no solo, provoca assoreamentos dos cursos d'água, erosões, compactação, dentre outros causados pela retirada parcial ou completa de mata ciliar.

Uma das regiões que vem passando por processo semelhante é a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, que foi inserida no cenário nacional/mundial a partir da expansão da agricultura capitalista para o cultivo de monoculturas para exportação, por meio de processos altamente uniformizados e com a utilização de intensa tecnologia.

No caso do estado de Goiás, com a construção de Brasília, inaugurada no ano de 1960, consolidou-se a sua interligação, por meio de rodovias ao restante do Brasil, facilitando o escoamento da produção e o deslocamento de pessoas, o que marcou uma nova configuração territorial, com a transformação das antigas áreas de pastagens e de agricultura para o autoconsumo, atividades predominantes na região até a década de 1970, em extensas áreas de lavouras uniformes (monoculturas), com um dinamismo econômico até então desconhe-

cido pela população local, fortalecendo e consolidando a agricultura capitalista (Benincá, 2014).

Uma das consequências desse processo tem sido a degradação do Cerrado, domínio morfoclimático que passa atualmente por um alto processo de ocupação, devido à expansão da agricultura capitalista, que se intensificou na região a partir da década de 1980. De acordo com Ribeiro (2005), o desmatamento progressivo, o manejo inadequado de solos frágeis, a contaminação de solos e águas, bem como outros aspectos foi trazido à tona, tornando necessário rever a noção que prevê a intensificação constante da pressão antrópica, por meio da implantação de monoculturas agrícolas no Sudoeste de Goiás.

O Cerrado, um bioma rico em biodiversidade, passou a ser alvo da exploração agrícola em função do avanço e desenvolvimento de técnicas agrícolas que passaram a corrigir a acidez dos solos, atraindo os complexos agroindustriais e consequentemente propiciando uma nova reorganização produtiva no uso e apropriação do território (Calaça; Dias, 2010).

A ampliação do uso das técnicas agrícolas na região provocou a intensificação de grandes propriedades, altamente mecanizadas, baseadas na monocultura e na homogeneização da paisagem geográfica. Atualmente a Microrregião do Sudoeste de Goiás é uma das maiores produtoras do país, abrigando principalmente atividades dos complexos de grãos e de carnes. Assim, o contraste entre a agricultura familiar e a agricultura capitalista ou a chamada agricultura empresarial é evidente, não só no que tange ao tamanho das propriedades e ao valor produzido e apropriado, mas também em relação ao processo de degradação ambiental.

Segundo Hespanhol (2007) os agricultores familiares têm se dedicado a uma exploração ecologicamente mais prudente e dotada de eficiência econômica, que pode ser identificada como a que mais se aproxima com a agricultura sustentável. Porém, na região de Cerrados prevalecem as grandes propriedades, em função principalmente de incentivos governamentais que configuram uma

política agrícola concentradora e excludente, formando propriedades com alto padrão econômico e tecnológico (Ribeiro, 2005). Essas unidades produtivas se baseiam no uso intensivo e indiscriminado de agroquímicos, fertilizantes e água, comprometendo a qualidade das águas superficiais, devastando a cobertura florestal e degradando a estrutura física dos solos.

Podemos atribuir grande parte desse colapso ambiental à agricultura capitalista que faz uso de intensos produtos químicos de forma indiscriminada, utilizando-se também de forma intensa de um dos bens mais importantes para a manutenção da vida no planeta, a água. Esse bem é constantemente exportado de modo indireto, pois os alimentos e produtos industrializados utilizam água no seu processo produtivo, sendo necessários, por exemplo, 1.650 litros de água para produzir um quilo de soja, 1.900 litros de água para produzir um quilo de arroz, 15.000 litros de água para produzir um quilo de carne bovina (Dupas, 2008).

Desse modo, identifica-se um comprometimento da qualidade da água, afetadas pela inadequada ação do ser humano, sendo necessário estabelecer a proteção da vegetação e dos solos que possibilitam os fluxos de água, sua forma natural de movimentação e de filtração e, ao mesmo tempo, definir as finalidades mais importantes (as prioridades) e os limites de uso, envolvendo tanto a quantidade como a qualidade de água disponível, criando as condições de convivência entre usuários e suficiência hídrica para os ecossistemas (Christofidis, 2006).

Nesses aspectos podemos abordar a situação atual do Domínio de Cerrados, sendo ele fortemente ameaçado pela expansão das atividades agropecuárias no Centro-Oeste brasileiro. Segundo Silva (2009), os Cerrados brasileiros constituem uma fisionomia de savana única no planeta, representando hoje cerca de 5% da biodiversidade planetária, composto por um conjunto vegetacional que predomina no (e caracteriza o) domínio morfoclimático e fitogeográfico dos chapadões recobertos de Cerrado.

Verifica-se o quão grande é a significância do Cerrado, sendo um dos ecossistemas prioritários para a preservação da biodiversidade do planeta. Porém, o que se tem percebido é a forte ocupação predatória que o mesmo tem passado nas últimas décadas, com o crescimento urbano e o estabelecimento de atividades agrícolas na região, comprometendo a manutenção dessa biodiversidade.

Essa ocupação pode ser dividida em três momentos, o primeiro marcado pela construção de Brasília, o segundo pela implantação de programas para a promoção do desenvolvimento agropecuário em 1970 e o terceiro marcado pela lógica da expansão do agronegócio, com o objetivo de levar a produção dessa área para o comércio mundial (Silva, 2009).

As consequências desse processo de ocupação permeiam vários aspectos, tanto em âmbito social, econômico quanto ambiental, sendo o último um dos focos da presente abordagem. A chamada agricultura convencional, que depende dos insumos externos e da utilização de máquinas, tem comprometido a qualidade do solo, sendo comum a ocorrência de erosão e de compactação dos solos (Hespanhol, 2007).

Jataí, Mineiros e Rio Verde são alguns dos municípios que compõem a cadeia produtiva do Estado de Goiás, sendo Rio Verde o maior produtor de grãos do estado, um dos principais segmentos das cadeias produtivas e de inovações tecnológicas (Silva, 2004). O município de Rio Verde possui uma estrutura fundiária bastante concentrada, apesar de apresentarem 57,36% do total dos estabelecimentos, os agricultores familiares ocupavam apenas 7,29% da área agricultável e os não familiares ocupavam 92,71% (Almeida, 2014).

Importante destacar que mesmo prevalecendo as grandes propriedades rurais no município a expansão capitalista não eliminou a unidade de produção familiar. O capitalismo, por conta de seu desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, tem, paradoxalmente, possibilitado a existência e a permanência de um considerável número de pequenas propriedades rurais que subsistem

produzindo fumo, frutas, leite, hortaliças, suínos, aves, entre outros produtos (Oliveira, 2001).

É nesse contexto que se inserem os agricultores familiares da Microbacia Ribeirão Abóbora, produtores que resistem em suas propriedades, desenvolvendo a agricultura e a pecuária leiteira, em busca de melhorias das condições ambientais, como meio de fortalecimento de suas famílias. Desse modo, fruto do alto processo de concentração fundiária associada à disseminação do agro-negócio no município, o comprometimento dos cursos hídricos e mobilização dos produtores locais, motivou a implantação do programa da Agência Nacional das Águas (ANA), “Produtor de Água”.

O Programa Produtor de Água no município de Rio Verde

A questão da água hoje está no centro dos debates atuais, tendo em vista que os diversos usos do Cerrado estão comprometendo a manutenção dos recursos hídricos locais. Percebe-se então que mesmo a água sendo fundamental à promoção da vida, foi transformada em bem econômico, ampliando-se como insumo e agregando valor econômico, acirrando conflitos, abrindo caminhos para sua mercantilização (Dunford, 2016).

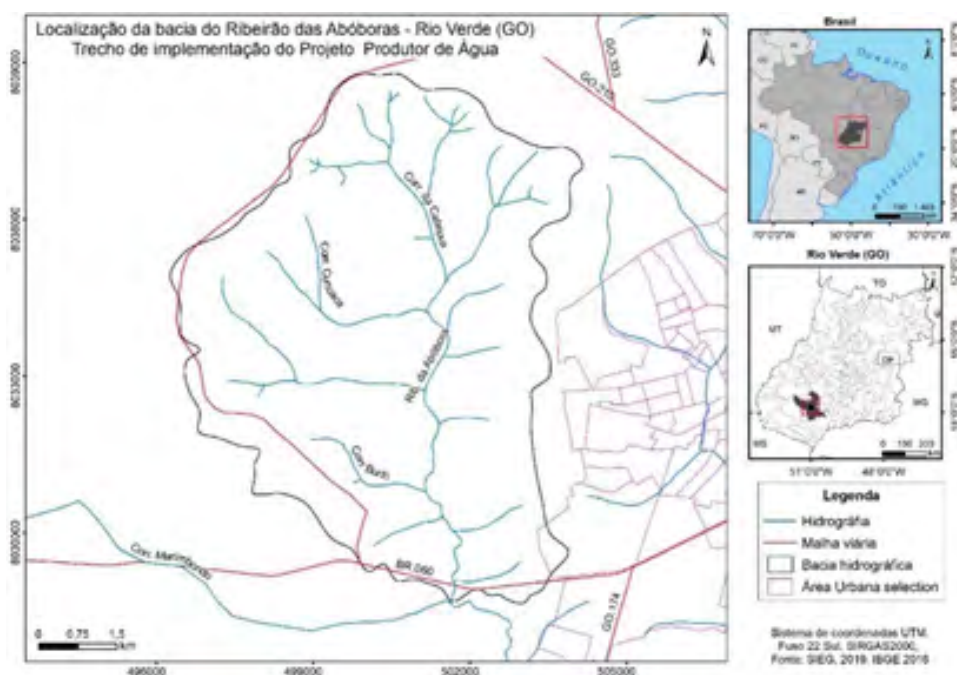
Partindo dessa problemática em meio a caminhos sustentáveis em relação ao desenvolvimento brasileiro, a Agência Nacional de Água (ANA) busca estimular a adequada gestão e o uso racional e sustentável dos recursos hídricos e, para isso criou o Programa “Produtor de Água”, buscando reduzir erosões e assoreamentos dos mananciais nas áreas rurais.

De acordo com ANA (2012), o programa de adesão voluntária prevê o apoio técnico e financeiro para a execução de ações de conservação da água e do solo, como por exemplo, a construção de terraços e bacias de infiltração, a readequação de estradas vicinais, a recuperação e proteção de nascentes, o reflorestamento de áreas de proteção permanente e constituição e manutenção das Áreas de Reserva Legal, o saneamento ambiental, etc. Prevê também o pa-

gamento de incentivos (ou uma espécie de compensação financeira) aos produtores rurais que, comprovadamente, contribuem para a proteção e recuperação de mananciais, gerando benefícios para a bacia e a população.

Esse projeto tem como público alvo proprietários rurais que pretendem atender às normas e à legislação ambiental, tendo como principal preocupação adequar o manejo do solo e da água. Existem vários projetos como esses ativos e espalhados pelo Brasil, sendo um deles no Município de Rio Verde (GO), na bacia hidrográfica do Ribeirão Abóbora, que se situa na porção oeste do referido município, conforme o Mapa 01.

Mapa 01 – Localização da Bacia Hidrográfica Ribeirão Abóbora – Rio Verde (GO)



Fonte: Sistema de coordenadas UTM. Fuso 22 Sul, SIEGAS 2000. SIEG, 2019, IBGE 2018.

Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V. S.; BENINCÁ, M.C. (2018).

Esses projetos são apresentados como um desafio, pois, como no caso de Rio Verde, as áreas do entorno, são grandes propriedades onde se consolidou o que chamamos hoje de agronegócio

Com o advento da tecnificação agrícola via revolução verde, as propriedades rurais passaram a praticar o chamado agronegócio, para tanto, usou-se

do aparato estatal, que se configurou em políticas públicas agrícolas de fornecimento de créditos e estruturação das regiões. De acordo com Pedroso (2005) o que impulsionou a inserção dos cerrados nas áreas produtivas, foram programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados).

Tais incentivos proporcionaram uma mudança de ordem econômica na região, pois era chegado o momento de promover o “desenvolvimento” no interior goiano. Mudanças essas que permeiam a ordem social e ambiental, tendo em vista que altera as relações de trabalho e de vida dos sujeitos. Em relação à ordem ambiental gera resultados negativos, como os danos causados no Domínio de Cerrados.

Segundo a Agenda 21 (2000), a perda média de solos nas culturas de grãos nos cerrados esta em torno de dez quilos por quilo de grão produzido – a chamada erosão eólica/hídrica, levando ao assoreamento, perda de fertilidade e poluição das bacias hidrográficas. (Carvalho, 2006).

A situação de degradação do Cerrado no Sudoeste de Goiás está associada à ocupação e ao uso intensivo de mecanização e de insumos químicos de forma indiscriminada, ocorrendo muitas vezes com técnicas inadequadas o manejo do solo. Para a redução desses impactos, algumas técnicas mitigadoras podem ser adotadas, de modo a promover um manejo menos deletérios, no sentido de se buscar atingir a sustentabilidade ambiental.

O Programa Produtor de Água procura reverter essa situação de alta degradação, apresentando medidas mitigadoras para os problemas ambientais nessas áreas de Cerrado. De acordo com ANA (2012), o programa é um instrumento pelo qual a União apoia a melhoria, a recuperação e a proteção de recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas, tendo como base ações executadas no meio rural voltadas à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar o aumento da qualidade da água e a tornar mais regular sua oferta.

O mesmo efetiva-se por meio de articulações e parcerias entre instituições das esferas municipal, estadual, federal e privada, visando ao desenvolvimento da política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA como um instrumento de incentivo aos produtores rurais que adotarem, de forma voluntária, práticas voltadas à conservação de água e solo (ANA, 2012).

O Programa é projetado para promover o desenvolvimento sustentável, que, de acordo com Sachs (2008), não pode se restringir apenas à sustentabilidade ambiental, pois há outras dimensões não menos importantes que implicam diretamente nesta, tais como a social, a econômica e a cultural. Nesse sentido, além das práticas preservacionistas, deve haver ações e políticas visando garantir a reprodução social e a permanência no campo dos agricultores familiares, bem como assegurar a soberania alimentar e a disponibilidade de água com qualidade, tanto para os agricultores quanto para os que não residem no campo.

De acordo com o Diagnóstico da Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente de Rio Verde (2012), o Programa tem como objetivo incentivar a recuperação e a conservação das nascentes do Município de Rio Verde, a fim de garantir a qualidade e a quantidade de água para abastecimento urbano, compensando os produtores rurais pelos serviços ambientais prestados. Desse modo, algumas questões podem ser levantadas, como um programa que prevê ações de caráter social e ambiental pode trazer resultados satisfatórios em uma área com produção agropecuária intensiva nos moldes da agricultura capitalista e como promover nela um desenvolvimento rural sustentável?

Os programas nessa ordem precisam promover melhorias no padrão de vida da população rural, com redistribuição de renda e atenuação da concentração da terra, adoção de manejos e tecnologias menos predatórias dos recursos naturais, caminhando em direção à sustentabilidade (Clemente, 2011). O caminho para a promoção de um efetivo desenvolvimento rural sustentável deve engendrar profundas transformações no âmbito político, social e econômico e o que se identifica pelo programa de Rio Verde são medidas na ordem apenas ambiental e de forma pontual na esfera social e econômica.

Considerações finais

No decorrer do capítulo procurou-se averiguar em que medida o desenvolvimento rural sustentável pode ser alcançado diante de uma área marcada pela consolidação da agricultura capitalista, no contexto do programa Produtor de Água no município de Rio Verde-GO.

Com base nas informações levantadas sobre o programa, pode-se dizer que o mesmo se apresenta como positivo nos aspectos ambientais, tendo em vista a recuperação de nascentes, o controle dos assoreamentos, o aumento de disponibilidade de água e contenções de erosões. Nos aspectos econômicos, identifica-se um aspecto positivo, o pagamento por serviços ambientais enquanto instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça socioambiental.

Porém, a promoção do desenvolvimento rural sustentável se contradiz com a realidade do município, tendo em vista que o programa da ANA está consolidado em uma área de monoculturas, onde o agronegócio está efetivado, sendo um grande desafio assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, fortalecer o agricultor e a agroecologia, dar suporte para a melhoria de vida da população e promover desse modo um uso consciente dos recursos ambientais.

Apesar de o programa trazer diretrizes avançadas, por tentar alcançar o desenvolvimento rural sustentável por meio de medidas na esfera ambiental e na socioeconômica, o programa tem uma atuação muito pontual e restrita do ponto de vista espacial. Além disso, está “cercado” de produção agrícola nos moldes capitalistas, que tendem a gerar degradação ambiental, o que pode, inclusive, afetar as medidas que o programa vem implementando para atenuar a degradação ambiental e assegurar garantia da qualidade da água, já que a proximidade geográfica e as inter-relações entre os elementos da bacia hidrográfica tendem a estabelecer relações entre si.

Referências

Agência Nacional de Águas – ANA. **Programa Produtor de Água**. Disponível em: <http://produtordeagua.ana.gov.br/Principal.aspx>. Acesso em: 25 set. 2015.

ALMEIDA, F. B. **Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás – Escola de Agronomia, 2014.

AMARAL JUNIOR, A. **Comércio internacional e a proteção ao meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2011.

BENINCÁ, M. C. **A percepção de natureza e as práticas produtivas dos camponeses dos Assentamentos Santa Rita e Três Pontes (GO)**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, 2014.

CALAÇA, M., DIAS, W. A. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p.316, ago. 2010.

CARVALHO, M.M.S. **Processos erosivos no Centro-Oeste Brasileiro**. Brasília: universidade de Brasília/FINATEC, 2006.

CHRISTOFIDIS, D. **A água e a crise alimentar**. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Aguatrab/Demetrios%20Christofidis/P2TB01.htm>. Acesso em: 15 de abr. 2016.

CLEMENTE, E. C. **O Programa de microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. 2011. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP- Presidente Prudente, 2011.

DUNFORD, M. **Areadevelopmentandpolicy: an agenda for the21st century**. Disponível em: [Areadevelopmentandpolicy: an agenda for the21st century](http://www.areadevelopmentandpolicy.org). Acesso em: 20 jun. 2016.

DUPAS, G. **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, J.M., RUA, J., RIBEIRO, M.A. (Org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 179-198.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MERIDA, C. **O pagamento por serviços ambientais como instrumento de efetividade do desenvolvimento sustentável em Rio Verde, Goiás**. 125 f. Goiânia, 2014. Dissertação(Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Direito, Relações Internacionais, 2014.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

RIBEIRO, D. D. **Agricultura “caificada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socioambiental**. 317 f. Niterói, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

ROMEIRO, Ademar R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares**. Instituto de Economia – Textos para Discussão, Texto 68, 1999. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/t68.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SILVA, A. M.; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. **Erosão e hidrossedimentologia em bacias hidrográficas**. São Carlos: Rima, 2004. 138 p.

SILVA, C. E. M. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.



AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO MINERAL EM CATALÃO (GO): TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO

Bruno Serafim dos Reis

João Cleps Junior

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-4

Introdução

O setor neoextrativista mineral está presente em praticamente em todos os estados brasileiros. Nesse sentido, destaca-se a posição de Goiás nessa escala de extração mineral brasileira, como um território minerado por níquel, fosfato, bauxita, cobre, amianto, ouro e nióbio, situando-se na terceira posição, após Minas Gerais e Pará, como principal produtor mineral brasileiro (ANM, 2024).

De acordo com as cifras da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que saltaram de R\$ 14.878.793,52 arrecadadas em 2004, para 161.644.406,49 de reais em 2023 (ANM, 2024). Esse crescimento, ao longo dos anos, revela a participação direta do estado de Goiás, na produção de amianto, na qual participava, até o fechamento, com 100% do minério

produzido no país, e níquel, com participação de 85,6% da produção nacional, sendo também o segundo maior produtor de rocha fosfática, com uma taxa de participação de 35,4% e nióbio, com uma taxa de participação de 12,9%. Além disso, é o quarto maior produto de ouro, com uma taxa de participação de 13,2% da produção nacional (DNPM, 2013; ANM, 2024).

O presente capítulo tem como objetivo compreender os impactos da atividade mineradora de fosfato e nióbio em Catalão-Ouvidor, localizados geograficamente no Sudeste Goianos, nas comunidades camponesas. A metodologia utilizada baseia-se em procedimentos qualitativos, como pesquisa de campo, entrevistas, observação direta e diário de campo. Além disso, conta-se com levantamento de dados quantitativos.

No Estado de Goiás a exploração mineral é feita por grandes empresas de grupos nacionais e transnacionais, como a Anglo American, SAMA S.A. Anglo Gold Ashanti, Grupo Votorantim, China Molybdenum Co. Ltd. (CMOC) e Mosaic Fertilizantes, onde revela uma relação intrínseca entre o domínio econômico do território, apoiado e incentivado pelo Estado e a ligação exploratória dos recursos minerais disponíveis no território goiano (Gonçalves, 2016; Reis, 2023).

Desde meados do século XX e principalmente o início do século XXI, o espaço agrário brasileiro, e principalmente o espaço agrário goiano, foram alvos de profundas e intensas transformações - tanto em termos geoeconômicos, quantos socioambientais e políticos – que contribuíram para a expansão do capital: na modernização do campo, na modernização do território, na expansão da fronteira agropecuária, na implementação e construção de hidroelétricas e na apropriação e uso do setor do subsolo, além, mas recentemente na expansão do garimpo ilegal em Territórios Indígenas.

A atual fase capitalista, sob a égide do Estado, tem expandido cada vez mais seu alcance e inserido novas “parcelas” de interesse do “território-Cerrado” (Chaveiro, 2020), por meio de megaprojetos de des-envolvimento (Porto-

-Gonçalves, 2005) e reestruturando as relações destes territórios, implicando conflitos e disputas com espacialidades e territorialidades preexistentes.

O atual processo de expansão e territorialização do capital, mediada pelas possibilidades ofertadas pelo Estado, atingem hoje novos espaços no qual o capital pode realizar seu ciclo sociometabólico (Mészáros, 2007).

Svampa (2019) e Povinelli (2023) apontam que o capital tem se expandido e criado fronteiras a serem conquistadas, por meio de um papel ativo do Estado. Ao conquistarem e englobarem estes novos espaços se cria um território e uma nova territorialidade corporativa naquele espaço dominado por meio das relações de poderes.

Coelho (2017) aponta que nestes locais onde o capital se territorializa há uma noção pungente de que há a chegada de agentes do “desenvolvimento econômico”, muitas vezes sendo justificados, no caso da mineração, por meio de um discurso de desenvolvimento econômico (DDE), em escalas locais e estaduais. Assim, o próprio setor representativo localmente compreende que o setor se situa como um importante vetor de um desenvolvimento econômico, ao gerar divisas, empregos, royalties e compensações devido a atividade exploratória de seus recursos.

Fernandes (2011) aponta para este caráter ao definir que as inclusões de novos espaços e novos territórios pelo capital, subordina outras lógicas de relações às lógicas de relações propriamente capitalistas. Isso implica, embora nem sempre seja visível, em caracterizações de conflitos que revelam o descontentamento e questionamento ao que se denomina desenvolvimento e progresso – termos estes amplamente difundidos como sinônimos propriamente positivados.

Para Porto-Gonçalves (2005) o próprio processo de lutas revela o intento de permanência e defesa do território. É uma luta não apenas por terra e território, mas também o direito de existir diante de sua própria cosmovisão de se relacionar com e pela natureza nessa troca simbiótica.

Neste interim Sauer (2010) aponta para o processo de disputa territorial. Se há uma disputa, que ocorre em busca de controle, pela apropriação e pelo uso de seus recursos, significa que há duas perspectivas conflitantes, duas propostas divergentes de uso, de apropriação e de controle.

Se para o capital, como aponta Harvey (2016), junto ao Estado, há uma busca incessante visando criar condições de reprodução do capital, por meio de alterações de leis, decretos e normas, para os sujeitos sociais – povos do campo, das águas e das florestas – o território é há um só tempo uma condição primordial de produção e reprodução dos modos de vidas e existências. A própria lógica de resistência se coloca, portanto, como uma defesa da existência.

Neoextrativismo mineral, expansão e impactos

A atual expansão das fronteiras do capital neoextrativista mineral no estado de Goiás, ilustra as implicações territoriais de atividades fortemente dependentes da exploração intensiva de terra, água e subsolo, tais como o agro-negócio, o setor hidroenergetico e a mineração. Portanto, situa na ampliação de um modelo empregado não apenas no Brasil, mas também na América Latina, denominado de neoextrativismo (Gudynas, 2011; Svampa, 2019; Araóz, 2020).

Svampa (2019, p. 33) expõe que o neoextrativismo contemporâneo pode ser compreendido como um modelo de desenvolvimento baseado em uma superexploração de bens naturais, cada vez mais escasso, e em grande parte não renováveis, do mesmo modo com a “expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital.”

Assim, o neoextrativismo se caracteriza por uma orientação de exportação de bens primários em larga escala, incluindo aí hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, zinco, estanho, minério de ferro, dentro outros) e produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar) (Svampa, 2019).

Assim, o neoextrativismo designa mais que as atividades tradicionalmente consideradas extrativas, tendo em vista que insere desde as megami-nerações a céu aberto, o aumento da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes represas hidroelétricas e demais obras de infraestruturas - hidrovias, portos, corredores interoceânicos, mas também permite realizar uma leitura da expansão de novas formas de monocultura ou monoprodução “[...] por meio da generalização de modelos de agronegócios, da super exploração pesqueira ou das monoculturas florestais.” (Svampa, 2019, p. 33).

Se o neoextrativismo nos permite realizar uma leitura geográfica dessa expansão e deste aprofundamento na exploração de recursos naturais e transformados em *commodities*, também permite realizar uma leitura da relação centro-periferia e a escolha política de governos tantos de esquerda progressistas, quanto de direita conservadoras ou ultraconservadoras (Gonçalves, 2020).

No caso dos megaprojetos de mineração, além do próprio impacto circunscrito na mina de exploração, ela se expande espacialmente e temporalmente para além da mina por meio de minerodutos, barragens, estradas e torres de energia (Milanez, 2015). Os processos de expropriação compulsórias, o adoecimento e morte de trabalhadores, a contaminação de córregos e rios para construção de barragens de rejeitos, expõe os efeitos do neoextrativismo em grande escala (Gonçalves, 2020).

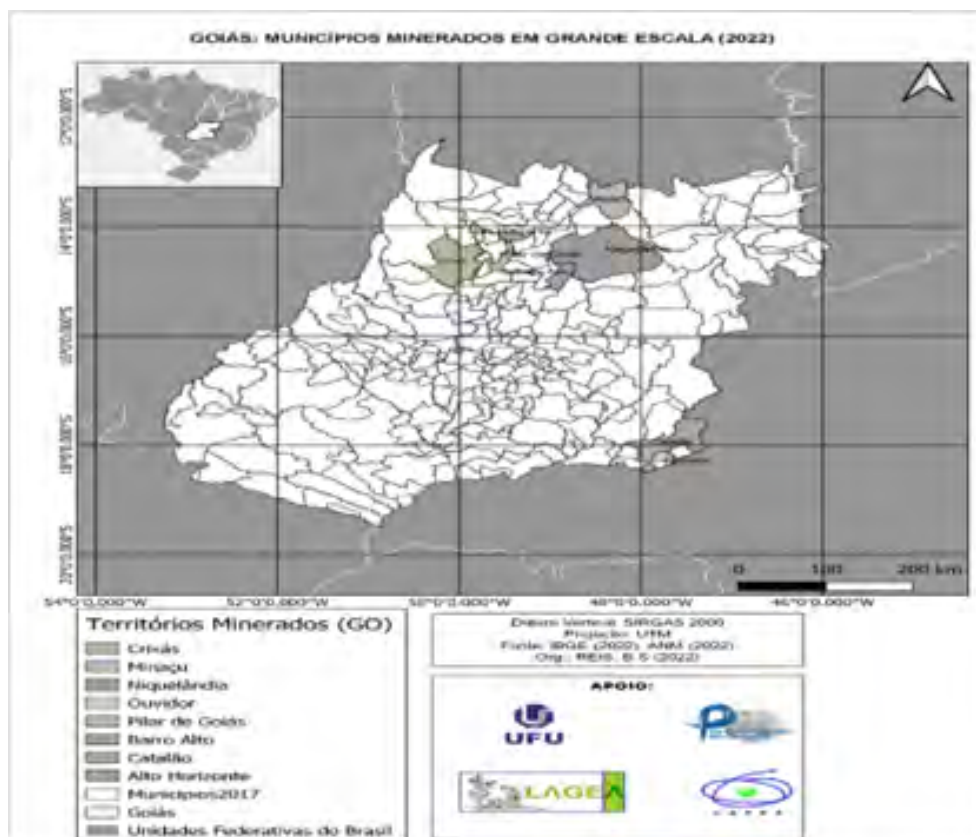
A criação destes territórios desiguais, estruturados amplamente para a produção de *commodities* agrominerais faz parte da “acumulação por expoliação” (Harvey, 2005), onde territórios e comunidades são cerceados e expropriados pelo capital com o apoio do Estado. Os atuais projetos de mineração executados por empresas de capital nacional e transnacional no estado de Goiás, expõe a realidade de um território disputado, apropriado e fraturado pelo neoextrativismo mineral.

Gonçalves (2020) aponta que o aumento crescente da participação do estado de Goiás na Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

representa a incorporação do território goiano na economia mundializada enquanto exportador de bens primários. A mineração em grande escala está integrada às redes globais de comércio de minérios e desempenha um papel central entre os principais produtos exportados por Goiás (Gonçalves, 2020, p. 180).

Assim, a participação de Goiás na rede global extrativa de minérios se situa por meio dos minérios e territórios explorados: O nióbio em Catalão e Ouvidor; o níquel em Barro Alto e Niquelândia; o amianto em Minaçu; o cobre em Alto Horizonte e o ouro em Crixás, Faina, Guarinos e Pilar de Goiás são os principais produtos da pauta exportadora do complexo neoextravista do estado de Goiás (Mapa 01).

Mapa 01 – Goiás: municípios minerados grande escala



Fonte: IBGE (2022), ANM (2022)

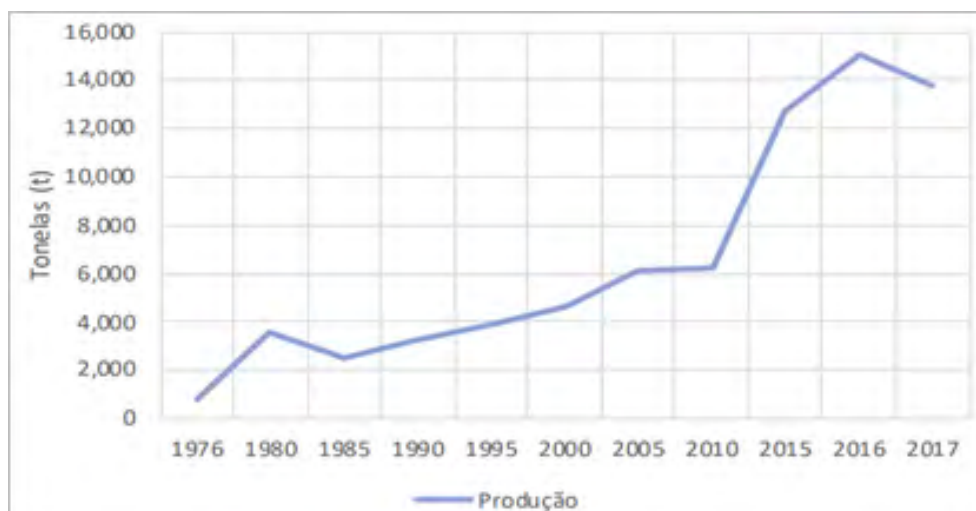
De acordo com a Agência Nacional de Mineração (ANM, 2017) são eles que representam 87% do valor de comercialização de todos os produtos mi-

nerais goianos. Diante disso, cabe destacar a importância do nióbio entre os principais recursos minerais explorados no estado de Goiás. O processo de extração e metalurgia desse metal foram motivados por descobertas de jazidas de pirocloro – uma das principais fontes minerais de nióbio no Brasil e no mundo nos municípios de Catalão em Ouvidor (Lima, 2005).

A partir de 1970, a então Mineração Catalão de Goiás S.A, que pertencia ao conglomerado britânico Anglo American, começou as operações de exploração e produção da liga de ferro-nióbio no estado (Ferreira, 2012; Gonçalves, 2015).

Dados da ANM (2018) revelam que desde 1976, onde é registrado a produção e comercialização de 773 toneladas do metal até 2016, observa-se uma crescente no transcorrer dos anos, atingindo o ápice em 2016 com 15 mil toneladas (Imagem 01). A partir do início do século XXI o aumento crescente na produção do nióbio contribuiu para situar o estado de Goiás como a segunda maior produção do metal no Brasil e no mundo (Gonçalves, 2020). O estado colabora diretamente com a posição do Brasil na rede global extrativa do nióbio enquanto fornecedor do metal para países ricos e desenvolvidos, como China, Alemanha, Estados Unidos e Japão (Gonçalves, 2020; Reis, 2021)

Imagem 01 – Evolução produtiva de nióbio em Goiás (1976 -2017).



Fonte: ANM (2018)

Org.: Gonçalves (2019)

Atualmente as duas maiores reservas mundiais em exploração estão localizadas no território brasileiro, no estado de Minas Gerais (Araxá) e Goiás (Catalão-Ouvidor). No Brasil, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2019), três empresas são responsáveis por cerca de 86% da extração de nióbio e produção de ferro-nióbio no mundo: a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), localizada em Araxá (MG), a Niobrás, do grupo chinês CMOC International Brasil, localizado em Catalão-Ouvidor (GO), e a Mineração Taboca, controlada pelo grupo peruano Misur, localizado em Presidente Figueiredo (AM).

A partir do século XXI, com o aprofundamento da exploração de recursos minerais, denominado *boom das commodities* (Svampa, 2019) visando a exportação para atender a demanda de países externos, principalmente a China, há um crescente investimento e expansão dos projetos de exploração e metalurgia. Em Catalão uma nova mina a céu aberto passou a ser explorada – Mina Boa Vista. Com isso, a partir de 2005, a produção passou para mais de 6 mil toneladas e em 2015, após novos investimentos e projetos, como o Projeto *Tailings*, em 2008, e Boa Vista *Fresh Rock*, em 2014, a produção de nióbio em Goiás atingiu mais de 12 mil toneladas (ANM, 2018).

Em 2016, quando ocorreu a conclusão da aquisição das operações de nióbio da Anglo American pela CMOC International, do grupo China Molybdenum, por U\$\$ 1,7 bilhões. Por conseguinte, visando operar os empreendimentos de nióbio em Catalão-Ouvidor, a CMOC International criou a empresa Niobrás. A partir de 2016 e 2017 ocorre um crescimento significativo da produção de nióbio em Goiás, com resultados de mais de 15 mil toneladas em 2016 e 13.784 toneladas em 2017 (ANM, 2018).

Sob essa expansão e crescimento, vistos como positivos pelo setor empresarial mineral e pelo setor público local, devido a expansão dos processos

de mineração e metalurgia de nióbio em diferentes escalas, conectadas a rede global de extração, os *royalties*, divisas geradas e empregos aos municípios minerados, gerou um controle corporativo territorial implicando numa constante apropriação de terras e do subsolo, acarretando diretamente impactos e disputas acerca das comunidades vizinhas ao empreendimento.

O constante processo de expansão e territorialização do setor mineral e metalurgia em Goiás implica em estratégias corporativas em manter o controle dos territórios (Santos, Silveira, 2019; Milanez *et al.*, 2018). Compreendemos o território a partir das definições de Souza (1998, p. 98) no qual o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. Deste modo, essa compreensão nos permite apontar que as estratégias territoriais são um conjunto de ações articuladas em distintas e em múltiplas escalas visando exercer um controle sobre os recursos naturais, os fluxos e infraestruturas técnicas, trabalhadores e demais territórios.

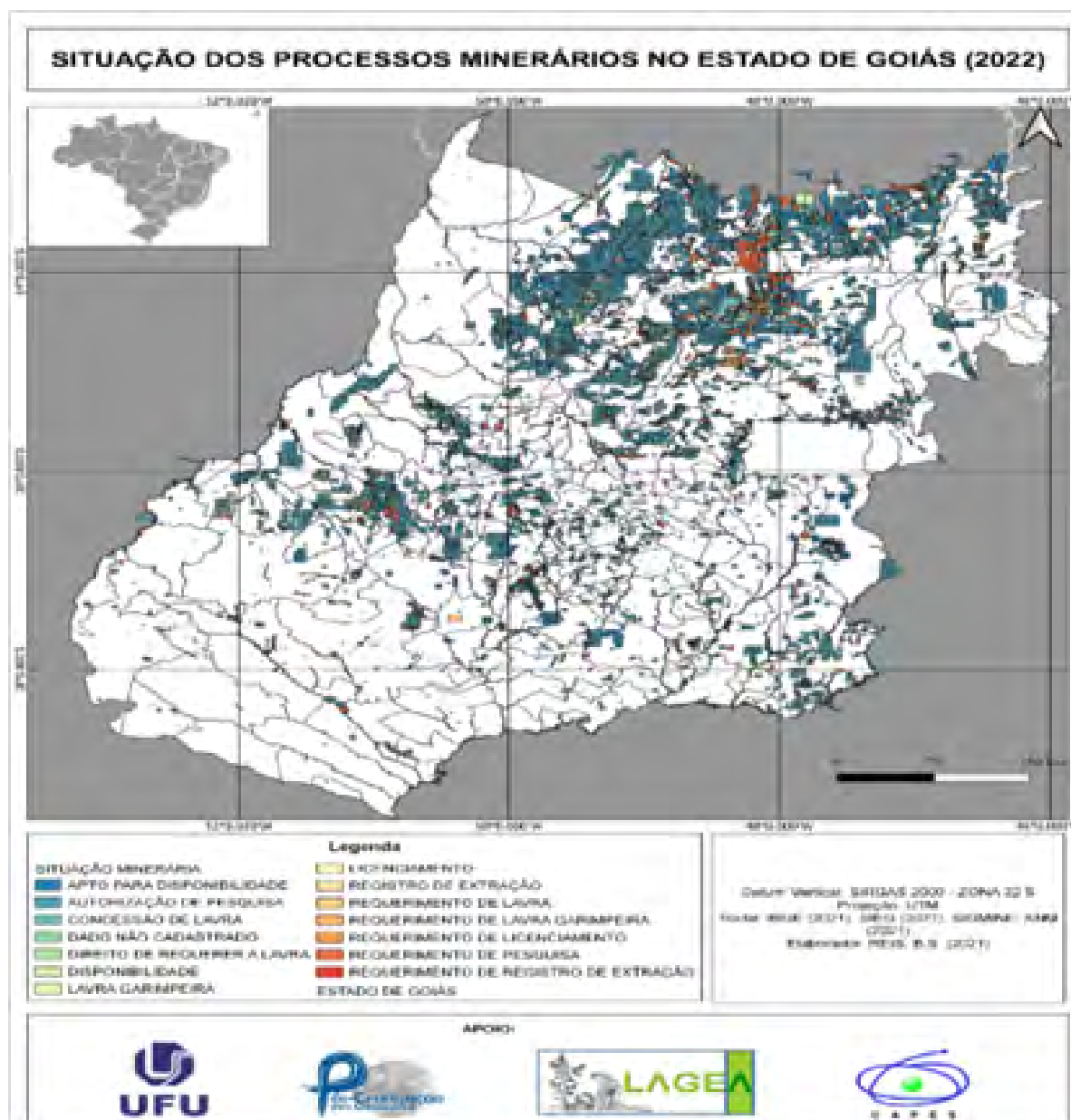
Para Milanez *et al.*, (2018) tal tipo de estratégia visa disciplinar o território visando criar condições para as ações diretas e indiretas das corporações neoextrativista, visando não apenas o acesso, mas também o controle, expansão e reposição continua e arquitetada da base de bens minerais.

Nesse sentido o papel preponderante de instituições privadas, como o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) que representa Ao setor mineral brasileiro e instituições públicas, como prefeitos, governantes, deputados e agencias, como a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Ministério de Minas e Energia (MME), permitem (re)definir a expansão contínua dos processos de pesquisa mineral, exploração e circulação de minério.

No Mapa 02 podemos visualizar o interesse do setor neoextrativista mineral no estado de Goiás, visando alcançar e explorar novos espaços e territórios. Tal avanço sobre novas localidades implica, também, num avanço sobre

comunidade e territorialidades já preestabelecidas, criando-se disputas e o acirramento sobre o uso da terra e dos recursos disponíveis (CPT, 2024).

Mapa 02 – Situação dos processos minerários no Estado de Goiás (2022)



Fonte: IBGE (2021), SIGMINE (2021), ANM (2022) Elab.: O autor

As áreas visadas para serem incorporadas, por meio dos títulos minerários no estado de Goiás, são ocupadas tradicionalmente por homens e mulheres do campo, Camponeses e Quilombolas, que se relacionam e têm uma identidade territorial construída e constituída por meio de uma relação direta

com a terra, por meio de produções para existência e venda de excedentes em feiras livres.

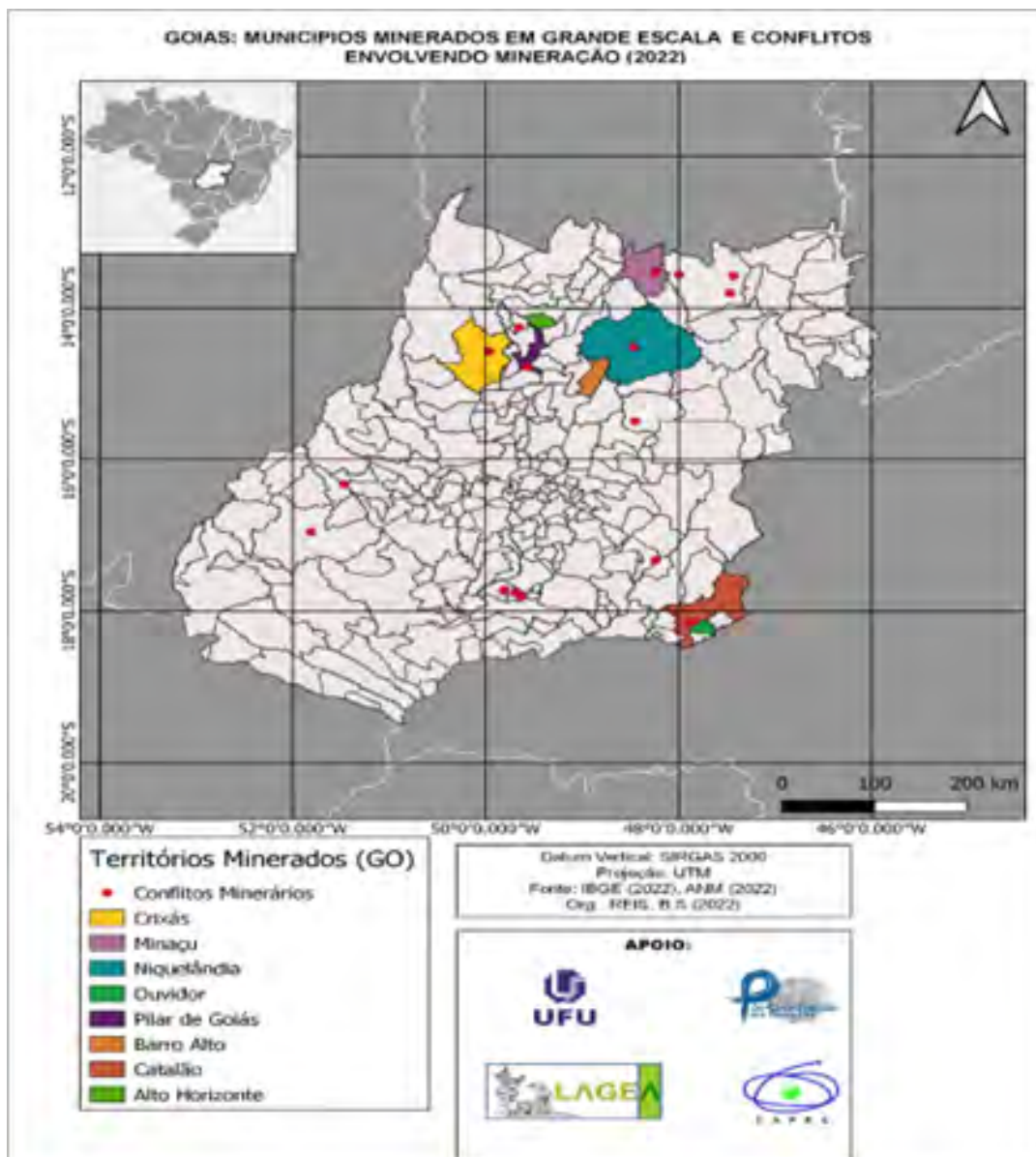
A partir do momento e na medida que os ocorre a expansão dos requerimentos, expande-se também o acirramento pelo controle e os conflitos pelo território. Gonçalves (2020, p. 185) pontua que:

A mineração interfere na cultura e nos usos dos territórios originários. Decorre disso o fato de que as atividades de lavra ou pesquisa mineral, como abertura de escavações e execução de sondagens, requerem o acesso à terra em territórios de atividades preexistentes, como a agricultura.

Desse modo, o subsolo se torna o principal interesse, deixando aqueles que são superficiários em uma situação de disputa. O controle dos recursos minerais disponíveis no subsolo e exequíveis de valor econômico se tornam então aquilo que Harvey (2016) tem denominado como “novos cercamentos”. Os novos cercamentos, na compreensão do autor, refere-se a um processo em que o capital avança com o objetivo de obter direitos de propriedade privada e estabelecer direitos de propriedade para uso e aproveitamento dos recursos disponíveis, visando convertê-los em mercadorias e reproduzir o capital.

Assim, a territorialização e expansão das mineradoras no espaço agrário goiano tem acentuado conflitos com territórios preexistentes, conforme Mapa 03.

Mapa 03 – Estado de Goiás - Mineração Industrial e Conflitos Minerários (2022)



Fonte: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2022), CPT (2022) Org.: o autor

Em Goiás os conflitos minerários localizam-se, sobretudo, nas regiões mineradoras, apresentando, também, casos de garimpo em novos municípios. Mas nos chama a atenção, principalmente, no interesse minerário no norte de Goiás, região com áreas de proteção e Território Quilombola – considerado o maior do país Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2022), CPT (2022).

Contestações

Após mais de cinco décadas de exploração, de expansão e de discussões sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos em Catalão (GO) (Ferreira, 2012; Gonçalves, 2020; Reis, 2023), em 2023 ocorreu uma ação contestatória por parte da Comunidade Macaúba, Mata Preta e Coqueiros, grupos sociais e ativistas universitários ocupando a rodovia da GO-504 (CPT, 2023), que se pode também denominar de uma *revolta* ou *desobediência*, no sentido proposto por Grós (2018).

Para o autor a desobediência é um ato de não obedecer a uma determinada lógica importa, um discurso ou uma prática a qual revela a emergência e a necessidade de não aceitar o inaceitável, sendo assim preciso contrapor as relações poderes impostas de questionar as injustiças vivenciadas.

O próprio fechamento da rodovia ocorreu no sentido de obter um diálogo direto sobre os impactos da mineração contra as comunidades camponesas e evidenciar um descontentamento acerca do processo compulsório de judicialização e os planos de expansão dos projetos minerários que afetará cerca de 30 famílias (CPT, 2023).

Imagem 1 e 2 – Ocupação com fechamento da rodovia GO-504 de acesso à Mosaic em busca de diálogo sobre os impactos de sua ação contra as comunidades camponesas.



Fonte: CPT, 2023 (23 de maio de 2023).

Essa ação objetivou denunciar e questionar os diversos problemas que o setor extrativo mineral tem causado às famílias camponesas que moram no entorno dos empreendimentos, além de questionar o longo dano ambiental e os prejuízos econômicos as populações rurais e urbanas.

As implicações territoriais advindas da mineração não estão circunscritas apenas a mina, mas se expandem espacial e temporalmente. Atos contestatórios como este revelam um esgotamento e uma insatisfação, também, com o poder público local. As transformações nas paisagens e a mudanças dos usos de terra e água, além da própria transformação nas relações culturais e de trabalho apontam para essa cisão que a mineração acarreta a vida das comunidades “Evidencia a pilhagem dos recursos territoriais, exaustão do solo, subsolo, água e saúde dos trabalhadores. Ilustra as contradições e os conflitos do modelo de mineração predatório.” (Gonçalves, 2020, p. 189).

Os processos de ações contestatórias e de revolta apontam para as implicações que o neoextrativismo mineral tem acarretado ao longo do tempo para as paisagens locais, as comunidades rurais e os ambientes. Revela um esgotamento dos recursos territoriais e fragmentação das comunidades por meio das expropriações compulsórias, por meio de judicializações. Os territórios coletivos, produtores de alimentos e de cultura são destruídos e dão lugar ao *desenvolvimento* e ao *progresso*. Os relatórios anuais de agências públicas e privadas vão revelando o aumento crescente das cifras e escondem a dura realidade das lutas e resistências dos territórios minerados e cindidos.

Considerações finais

O neoextrativismo mineral no estado de Goiás revela e aponta a crescente expansão do capitalismo extrativo em territórios do Brasil e demais países da América Latina, evidencia, também, os conflitos territoriais produzidos por e a partir das relações de poder que são circunscritas nos territórios sob lógicas

ambivalentes. O processo dos novos cercamentos, apontam também para o modelo predatório e violento que o setor tem utilizado para alcançar e englobar novos territórios, com o apoio e papel ativo do Estado sob o manto e discurso do *desenvolvimento* e do *progresso*.

A expansão dos projetos extrativos minerais, seja de capital nacional ou transnacional, delimitam uma lógica de controle corporativo territorial exercido pelas empresas mineradoras. As ações de controle evidenciam uma lógica de controle não apenas do subsolo, onde se apropria os minérios, mas aponta para uma privatização dos demais recursos, como terra, água e o próprio direito de escolha sobre as lógicas de relação simbiótica dos povos do campo se relacionar com a natureza e de produzirem e se reproduzirem de acordo com suas próprias ontologias.

A transformação de territorialidades em lógicas propriamente capitalistas revela também a ação direta de subordinação, demonstra uma relação intrínseca entre o papel ativo do Estado em conceder o direito de exploração dos recursos minerais e encurralar comunidades preexistentes, transformando-as em verdadeiras zonas de sacrifício, na qual o lucro é privatizado e os prejuízos são socializados. Resta questionar o discurso vigente, assim como um camponês relata em entrevista “É desenvolvimento para quem? Aqui resta a destruição.” (Camponês em entrevista, 2022).

A destruição, derivada dessas zonas de sacrifício, expõe para essa fragmentação das relações entre a sociedade com a natureza, revelam que impera a lógica do lucro e das cifras que apontam para o crescimento cada vez maior. Do mesmo, oculto de seus relatórios, cresce cada vez mais os conflitos e disputas territoriais e os processos de resistências e contestações a essa lógica dominante.

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pela bolsa de mestrado a qual nos permitiu construir a dissertação na qual este capítulo foi derivado. Sem o apoio e financiamento público para a pesquisa certamente não teríamos as condições necessárias para a finalização. Agradecemos também o apoio das comunidades camponesas no transcorrer desta pesquisa, na qual o diálogo foi basilar e valioso para evidenciar a dura realidade vivida e a Ana Clara de Arruda Nunes pelo apoio incondicional na escrita deste capítulo.

Referências

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Desempenho do Setor Mineral: Goiás e Distrito Federal**. ANM - 6º DS/GO, 2018.

ANM - Agência Nacional de Mineração. **Maiores Arrecadadores CFEM**. 2024. sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx. Acesso 20 maio. 2024.

Aróz, M. H. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América e a origem da modernidade**. São Paulo: Editora Elefante.

CPT. **Famílias atingidas por mineração realizam protestos em Catalão**. Disponível em: <https://cptgoias.org.br/familias-atingidas-por-mineracao-realizam-protesto-emcatalao/>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

CHAVEIRO, E. F. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. Élisée, **Rev. Geo**. UEG – Goiás, v.9, n.2, e922008, jul./dez. 2020, p. 1-21.

COELHO, T. P. O Discurso do desenvolvimento pela mineração. In: ZONTA, M; TROCATE, C. (orgs.). **A questão mineral no Brasil**, vol. 1. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. 2º ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2017. p. 99 – 148

FERREIRA, A. P. S. O. **Territórios em conflito: a Comunidade Macaúba/ Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (GO), 2012.

GONÇALVES, R. F.G.; **No horizonte, a exaustão:** disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GONÇALVES, R. F. G. Megamineração de Nióbio em Goiás, Brasil: Territórios Fraturados a Céu Aberto. **Journal Mester UCLA** (1), 2020. <https://doi.org/10.5070/M3491046763>

GRÓS, F. **Desobedecer.** São Paulo: Editora Ubu, 2018.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, 2013.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

IBRAM. **Panorama do Nióbio:** Mercado, Reservas e Produção. Seminário Liderança Brasileira na Cadeia do Nióbio. MME, 2019.

LIMA, V. B. **A urbanização goiana:** os fatores de origem e crescimento da cidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina Universidade de São Paulo. 2005. p. 7825 - 7852

MESZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANEZ, B. *et al.* “A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um Modelo Analítico para Redes Globais Extrativas.” Versos – Textos para Discussão. **PoEMAS**, vol. 2, n. 2, 2018, pp.1-43.

MILANEZ, B. Mineração e Impactos Socioambientais: as Dores de um País Megaminerador”. **Movimentos Socioambientais:** Lutas, Conquistas, Avanços, Retrocessos, Esperanças, organizado por Joseph Weiss, Editora Xapuri Socioambiental, v.1, 2019, pp. 383-417.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** São Paulo: Editora Record, 2005.

POVINELLI, E. **Geontologias:** um réquiem para o liberalismo tardio. São Paulo: UBU, 2023.

REIS, B. S. **As fronteiras do neoextrativismo em Catalão (GO):** da territorialização do capital aos conflitos socioterritoriais. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2023. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.71>

REIS, B. S. **Efeitos espaciais da territorialização mineral em Catalão (GO):** expropriação e conflitos na Comunidade Macaúba. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. São Paulo: Editora Record, 2020.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. **Geografia: Conceitos e Temas**, organizado por Iná Castro, Paulo Gomes e Roberto Corrêa. Bertrand Brasil, 1998, pp.77-116.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.



LUTAR NÃO FOI EM VÃO: RESISTÊNCIA FEMININA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CAFÉ ABELHA NO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA/GO

Anna Lígia Alves Coelho

Evandro César Clemente

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-5

Introdução

Sabemos que a conjuntura atual tem sido marcada por um contexto histórico- geográfico de uma sociedade capitalista assentada na hegemonia do patriarcado e na divisão sexual do trabalho desfavorável à mulher, que recorrentemente, se encarrega, simultaneamente, dos serviços domésticos, reprodução e cuidados com a prole, além de jornadas em emprego fora do lar ou no caso das camponesas, em atividades produtivas dentro de seus espaços. Este trabalho, via de regra, é desvalorizado social e financeiramente, visto que no seio familiar, comumente, a mulher é oprimida e não toma ou participa das principais decisões, além de não ser paga de forma justa pelos seus trabalhos, relegando a ela uma função subalterna.

Quando abordamos o papel da mulher na luta pela terra, vem à luz as relações de subjugo e desigualdade. As diferenças sexuais sempre foram barreiras valorizadas ao longo do tempo, associando à figura feminina a ideia

da fragilidade maior que a colocasse em situação de total dependência da figura masculina, seja do pai, do irmão, ou do marido, dando origem e reproduzindo uma sociedade patriarcal e machista, limitando-as apenas às tarefas do lar. Com a visibilidade e o crescimento do movimento feminista na luta por direitos e reconhecimento das mulheres, tanto no campo quanto na cidade e, em contrapartida, frente ao machismo estrutural presente na sociedade, observamos como reflexo o acirramento dos conflitos sociais e entre os gêneros, os quais têm agudizado dissensos e contradições que devem ser analisados.

A partir disso, o conceito de território é um dos mais utilizados para os estudos, análises e discussões na Geografia. Com o objetivo de compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, tanto seu uso ou sua ocupação, as relações de poder, conflitos e lutas e, assim, utilizamos também como principal partida de análise desta presente pesquisa. Para Saquet (2007), o território corresponde a um recorte ou espectro do espaço geográfico, o qual é definido então por e a partir de relações de poder, apropriação ou/e uso. Para Haesbaert (2009), ainda que espaço e território sejam distintos, eles não podem ser separados, na medida em que sem espaço não há território.

Com o pensamento orbitando esta temática, é possível expandir as possibilidades desse campo da Geografia, adquirindo novos olhares e novas percepções sobre o papel da mulher nos processos de (re) produção no território. Percebe-se, então, que as experiências de luta em torno das discussões acerca de gênero, feminismo, dominação masculina e do papel da mulher nas relações no território são impulsionadoras de transformações territoriais, mas também culturais, simbólicas e representacionais (Franco García, 2004). O protagonismo feminino no campo político e nos movimentos sociais é algo essencial, mas, ainda assim, muitas vezes, inviabilizado, o que nos remete a pensar nas contradições existentes entre a importância da

mulher no trabalho, quase sempre não reconhecido e na luta por direitos, dentro de um sistema dominante, que se apresenta injusto e violento.

A partir disso, esse trabalho é parte da pesquisa de Mestrado, intitulada “Experiências de luta e trabalho na terra: o papel da mulher no Projeto de Assentamento Café Abelha no município de Doverlândia-GO, orientada pelo Prof. Dr. Evandro César Clemente, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí. Para consecução dos objetivos da pesquisa baseou-se na utilização de uma metodologia qualitativa e quantitativa, em vista de que a investigação dialogará com os sujeitos sociais, teorias e dados de fontes primária e secundárias e também empíricos. Com a intenção de compreender as conquistas e os desafios das mulheres camponesas sob o ponto de vista da sua inserção no território do Projeto de Assentamento, evidenciando a luta pelo empoderamento feminino no processo de luta pela terra e reforma agrária, foram programados um período de seis dias junto às assentadas. Sempre muito receptivas, os dias em companhia destas mulheres, interagindo com seu modo de vida são o verdadeiro alicerce desta pesquisa. Foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas com as assentadas do Projeto de Assentamento Café Abelha. A proximidade com tais reforçou o sentido de luta no meio camponês que, há alguns anos, tem sofrido com as ações neoliberais e de cunho neofascista dos governantes anteriores.

Percebe-se que o sonho de acesso à terra é pelo direito, acima de tudo, de sobreviver. Todas essas observações contribuíram para uma percepção a respeito das assentadas no Café Abelha, essas que possuem suas trajetórias individuais, mas também em conjunto em busca dos direitos do povo do campo e, em particular da mulher camponesa. Essas experiências estão, de alguma forma, refletidas nestas linhas.

Troca de saberes, trajetórias e resistência: representatividade feminina na luta pela terra

A figura da mulher é comumente relacionada aos aspectos de cunho sexual, reprodutivo e, como um ser inferior ao homem. Vinculado a isso, a dominação masculina perpassa por longos, históricos e incansáveis anos em que o Brasil se construiu ao longo dos séculos uma sociedade marcada pelo do patronato latifundiário empresarial plasmado no patriarcado. Muitas foram torturadas, oprimidas e abusadas apenas pelo simples fato de serem mulheres. A história geográfica brasileira ficou marcada pela opressão e desigualdades de gêneros, o que acarretou lutas, conflitos, protestos e desafios para as mesmas – e, como um ato de resistência e, também de rebelião, as mulheres se posicionaram e continuam em busca de condições e direitos iguais.

A mulher não quer uma posição especial, quer igualdade de direitos, sejam legais ou sociais. Isto também se estende à mulher camponesa, aquela que milita e reivindica seu direito a terra, que muitas vezes são as mais afetadas pelo preconceito no meio camponês. Nesta situação, observa-se que para as mulheres, além da luta contra a marginalização e a pobreza, também há a luta contra o machismo e a subalternidade, que por sua vez, também redonda em desigualdade e injustiças para estas. Para Schwendler (2015), quando tratamos do papel da mulher, não nos referimos apenas ao feminismo que se encontra cada vez mais em ação, mas sim à discussão de gênero dentro da luta social pela terra, já que as mulheres têm se tornado fundamental dentro do espaço de luta e também nos assentamentos ou acampamentos e, cada vez mais, têm ganhado voz para debater sua posição social e política.

Franco García (2004) trata a questão da opressão de gênero dentro do aspecto da luta pela terra e, ressalta o quanto ser mulher é conflitante dentro de um sistema em que o papel do homem é dominante e impossibilita a

plena participação das trabalhadoras na esfera política e pública dentro dos assentamentos. Esta estrutura social cria dificuldades para a participação das mulheres e reforça a dominação patriarcal. À medida que apresenta bloqueios para a formação de opiniões diferenciadas, impede a criação de espaços nos quais as mulheres possam discutir seus problemas. Apesar de que, na última década, as mulheres camponesas, assentadas, acampadas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, têm se organizado e conquistados seus lugares na luta pela terra.

Federici (2019) salienta a importância da terra para o trabalho das mulheres e o quanto a produção do campo é essencial para a manutenção de ciclos alimentares em todo o mundo.

Na realidade, as camponesas sempre exerceram e exercem papel de destaque na produção de alimentos, no manejo e conservação da biodiversidade no campesinato e contribuem decisivamente na geração de renda familiar. Representam a resistência da mulher trabalhadora do campo que, mesmo vivendo sob as contradições da sociedade patriarcal, buscam exercer seu lugar de fala e representatividade na luta pela terra.

As assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha chamam a atenção pela sua capacidade de organização e mobilização umas com as outras, pelo fato de que muitas delas tomam frente em muitas mobilizações na liderança do grupo. Interagir com elas durante as visitas foi, de fato, ponto primordial desta pesquisa. Um dos pontos importantes a serem destacados a partir das entrevistas, são as origens das assentadas. Cada uma traz consigo sua própria trajetória de luta, a qual se encontra em algum momento dentro do território do assentamento. São mulheres que vêm da cidade, outras que já têm experiência com o campo, outras que passaram boa parte de suas vidas vivenciando a luta pela terra. Os períodos de acampamento são vivenciados de formas diferentes por cada depoente. Muitas relatam as experiências tensas que tiveram, fosse em confronto com polícias ou com fazendeiros. Todas compartilharam da luta pela conquista da terra e, isso se tornou um elo entre elas. Uma assentada relatou que:

Durante a minha vida eu fiquei uns vinte anos acampada junto com meu marido. Aqui ficamos desde o começo! Já tive em acampamento de ter conflito direto com a polícia e com jagunço de fazendeiro...¹ a gente vivia no medo e na incerteza do que esperar na manhã seguinte, mas sempre resistindo... a gente sempre acreditou muito que essa terra ia sair pra nós. Informação verbal, Dona Rita², 56 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Os barracos de lona suspensos em pedaços de madeira, geralmente de troncos de árvores, são os elementos predominantes na paisagem comumente encontrada nos acampamentos de luta pela terra. A experiência de estar acampada é extremamente forte e significativa nas memórias das assentadas, já que a precariedade das condições da pessoa acampada impõe muitas restrições, desconfortos e dificuldades aos que lutam pela terra. Para Caldart (2004), romper a cerca é um momento simbólico e de transformação para a camponesa e o camponês. É nessa transição que o indivíduo começa a se reconhecer como conquistador daquilo que era almejado: a terra. Deste modo, o indivíduo passa a ter a oportunidade de escrever um novo capítulo de suas histórias.

A experiência dentro de um assentamento é sempre lembrada e tomada por inseguranças e medos, de acordo com os relatos das assentadas. Muitas estiveram acampadas em outros lugares com outros grupos de organização e, na maioria das vezes, retratam de forma clara as dificuldades vivenciadas. Uma das assentadas, que está desde o começo da luta pela terra que hoje pertence ao Assentamento Café Abelha, descreve que:

Eu tô aqui no Café Abelha desde o comecinho... Dormia e acordava com medo do que podia acontecer, ainda mais a gente que tem filhos... Pra te falar a verdade, do fundo do meu coração, a parte mais doída de tá acampada é quando você tem que explicar pro seu filho que talvez não vai ter o que comer no dia... A vida do acampado se resume em lutar! Informação verbal, Dona Flor, 70 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

¹As reticências são usadas para indicar pausas, momentos de reflexão e de emoções demonstradas pelo depoente. Ao realizarmos as transcrições dos depoimentos, optamos por corrigi-los parcialmente, priorizando o vocabulário das assentadas, mas, também, se atentando à compreensão do leitor.

² Os nomes são fictícios.

Neste momento dos relatos, quando as assentadas buscam em suas memórias situações vividas durante o período de acampamento, é tomado por emoção e comoção. Uma das assentadas relata que:

Os barracos eram bem grudados e a gente ficava com medo de sair pra trabalhar e perder o lote, então a gente ficava lá direto. Quando chovia que era o mais difícil, lembro direitinho que os barracos enchiam de água e descia tudo em cima da gente, isso tudo enquanto a gente dormia... Hoje eu fico pensando no quanto isso era triste! Informação verbal, Dona Rosa, 64 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

O período da transição do acampamento para dentro da parcela conquistada é também muito marcante nas lembranças das assentadas. Muitas relatam o quanto foi difícil começar uma vida. Todas as circunstâncias vividas por essas mulheres fazem parte de suas histórias de luta, às vezes solitária, outras vezes acompanhadas por quem compartilha do mesmo objetivo. A dificuldade dos primeiros momentos dentro de seus lotes foi algo marcante para muitas assentadas. Estas que continuaram passando por mais um período dentro de seus barracos de lona, porém, agora em seus lotes.

A organização dessas mulheres começou a ganhar certa visibilidade nas tomadas de decisão dentro do território. Mesmo que nenhuma destas mulheres exerça um papel formal de líder, elas sempre foram presentes ativamente nas ações e organizações dentro do acampamento. Com a conquista da terra, a distribuição das famílias nas parcelas e a distância entre as mesmas, as mulheres começaram a organizar encontros nas casas uma das outras, com intuito de confraternização, mas, também, com o objetivo de se firmarem como um grupo que as representasse, de alguma forma, nas tomadas de decisão.

Quando perguntadas sobre o que elas mais gostam de fazer, a resposta sempre envolveu o ato de “plantar”. A ocupação da maioria das depoentes é a lida com a terra, além da jornada com o trabalho doméstico, que a partir do gênero, via de regra, é preconceituosamente direcionado às mesmas.

As práticas agroecológicas contribuem com a estruturação dos movimentos das mulheres. Além da produção dos lotes e quintais, as mulheres reforçam a resistência dentro das ações do projeto de assentamento. Uma característica importante da organização das mulheres são as partidas de futebol. Elas se organizam em equipes e fazem os campeonatos, geralmente essas equipes são compostas por mulheres dos assentamentos vizinhos também. Outras ações contam com o empenho e a participação das assentadas, como por exemplo, cursos oferecidos ou intermediados pela CPT na região. Muitos desses cursos representam mais que aulas, mas sim a oportunidade de quem sabe uma nova fonte e renda, como por exemplo, a produção, armazenamento e comercialização de doces, sabão, conservas, artesanatos, entre outros.

As assentadas no Café Abelha possuem suas histórias individuais, suas próprias lutas e dificuldade e, além disso, se juntam à luta do movimento pela conquista e permanência na terra. As várias experiências aqui demonstradas trazem em suas linhas o sentido de resistência, força e luta feminina.

Considerações finais

Quando se analisa estrutura fundiária brasileira percebe-se a intensa concentração e a desenfreada exploração das terras em território nacional. As constantes ameaças contra os povos do campo revelam as contradições existentes nas relações de trabalho no campo versus a agricultura capitalista. A partir disso, com a concentrada produção do resultado do agronegócio, estado de Goiás ganha destaque. Em contrapartida ao avanço da monocultura observa-se o embate entre os grandes proprietários de terras e a presença dos pequenos agricultores e camponeses. Nesse contexto, é importante ressaltar a importância dos camponeses na produção de alimentos agroecológicos e no reforço da soberania alimentar.

O papel da mulher dentro dessa análise da estrutura fundiária brasileira, aparece como um outro aspecto de luta. Elas, enquanto mulheres, enfrentam a condição dos papéis de gênero estabelecidos dentro da sociedade que, por si só, já tem suas raízes no patriarcalismo. Entender o papel delas enquanto participantes de todo esse processo de resistência, confirma a importância do reconhecimento de seu lugar de fala, neste caso, enquanto mulher assentada.

O Projeto de Assentamento Café Abelha interage com essa análise a partir da resistência de suas moradoras e processo de conquista pela terra. Mesmo com o avanço da discussão a respeito do gênero, inclusive em relação a Geografia, as imposições do mesmo ainda refletem nas relações de poder dentro do território. Estendendo essa análise para os projetos de assentamentos rurais percebe-se a divisão clara do trabalho na manutenção dos lotes. Os vários relatos descritos pelas assentadas reforçam a sustentação do gênero como definidor de tarefas e serviços.

Em suma, acredita-se que os resultados apresentados na pesquisa são importantes e colaboram com a leitura geográfica que busca interpretar as complexas formas de organização, luta, contradição e conflito tecidas na formação econômica e social do território agrário de Goiás e do Brasil. Afinal, mesmo com o predomínio da cultura patriarcal, muitas mulheres têm tomado a linha de frente nos espaços de ocupações, assentamentos, manifestações, sindicatos e reivindicações por seus direitos. Espaços que refletem, além das questões de gênero, as interseccionalidades presentes na construção dos sujeitos históricos. Porém, essas mulheres encaram a luta na busca pelos seus direitos de um lugar em que o trabalho é extremamente desvalorizado, isso ficou claro nas ações internas do projeto de assentamento. As mulheres possuem empoderamento, porém, algumas pautas, principalmente a respeito do trabalho não remunerado, ainda não estão presentes nas discussões e posicionamento das mesmas.

O avanço da discussão feminista no campo ainda se estabelece num processo lento, porém, presente. Sigamos juntas!

Agradecimentos

Agradecer, do latim “*gratus*”, significa “*ser acolhido de forma agradável*” e explica bem a experiência e vivência desta pesquisa. A mesma é resultado do apoio e colaboração de muitos, os quais merecem meus agradecimentos. Agradeço então às assentadas do Projeto de Assentamento Café Abelha, a inspiração e motivação desta pesquisa. Mulheres que compartilharam suas histórias, sonhos, saberes. Aproveito para agradecer também a tantas outras assentadas e acampadas que tive a honra de conhecer durante esta trajetória. Por vocês e para vocês, exemplos de luta, meu muito obrigada!

Referências

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FEDERECI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. Da. (orgs.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAM, 2009.

FRANCO GARCÍA M. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente-SP, 2004.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.



IDENTIFICAÇÃO DA FLORA APÍCOLA NA FAZENDA PINGO DE MEL NO MUNICÍPIO DE PORANGATU/GO

Uanderson Sales Soares Silva

Lucimar Marques da Costa Garção

Vandervilson A lves Carneiro

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-6

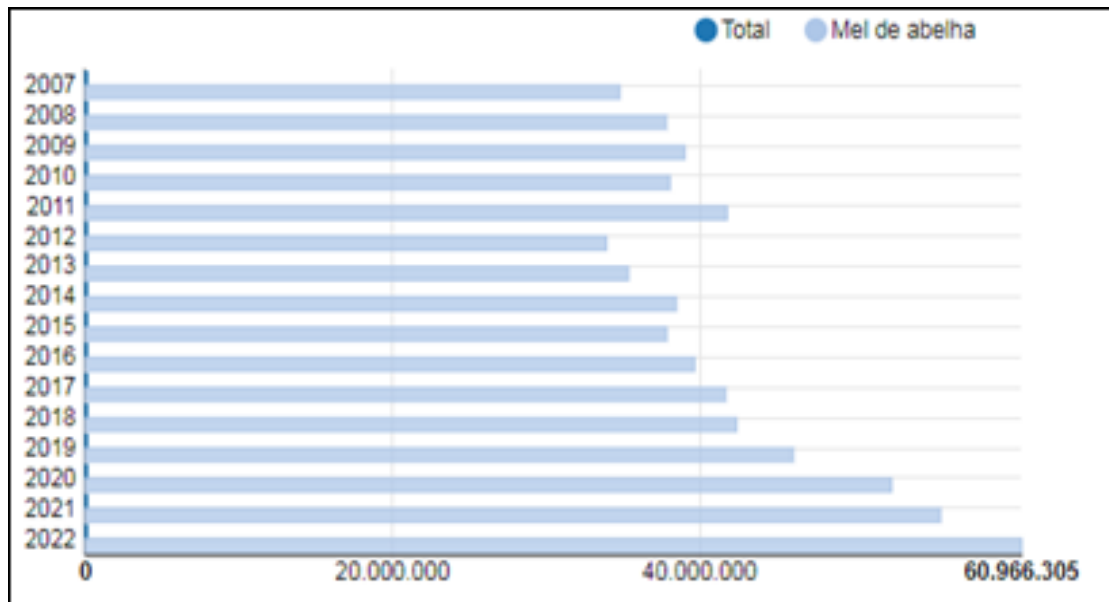
Considerações iniciais

A diversidade da flora brasileira contribui para o alto potencial apícola do país, com colheitas quase o ano todo devido à ampla distribuição norte-sul e leste-oeste. A produção de mel baseada em plantas nativas não apenas gera renda, mas também conserva recursos genéticos e fornece matéria-prima para diversos setores industriais. A apicultura, além de produzir mel, extrai produtos como cera, geleia real, própolis e pólen, contribuindo para a polinização de espécies vegetais (Mendonça *et al.*, 2008; Marchini *et al.* 2004; Wiese, 1985; Nogueira Neto *et al.*, 1986; Lopes *et al.*, 2016; Barbiéri; Franco, 2020).

Entre 2007 e 2022, a produção de mel no Brasil apresentou variações significativas, com quedas e crescimentos em diferentes regiões. O mel brasileiro é amplamente consumido em diversas indústrias devido aos seus benefícios para a saúde. O Brasil é o 11º maior produtor de mel do mundo,

exportando uma quantidade significativa e gerando uma receita considerável (Evangelista-Rodrigues *et al.*, 2005; Nunes *et al.*, 2012; Vidal, 2018; Abemel, 2024) (figura 1).

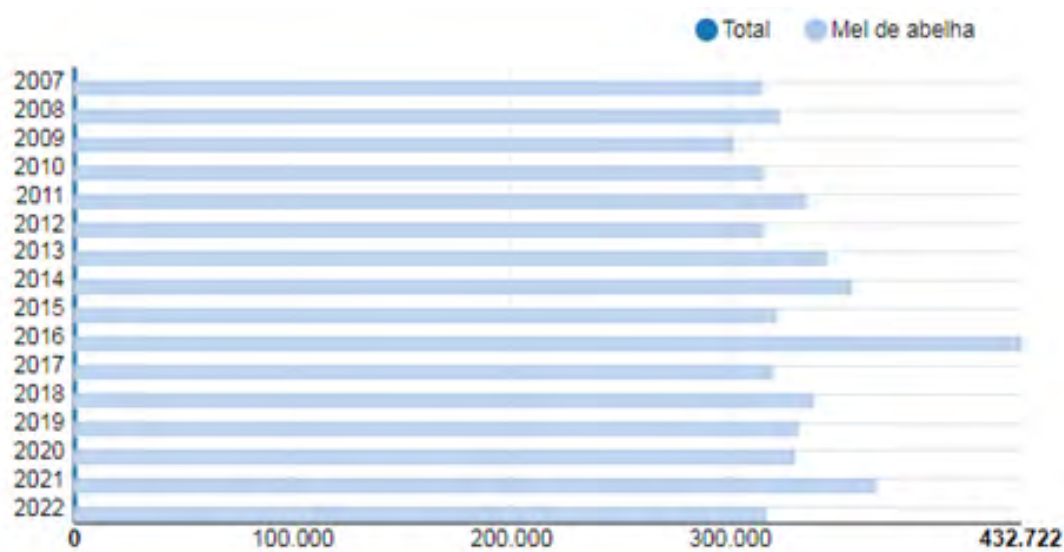
Figura 1 – Produção de Mel (kg) no Brasil (2007 – 2022).



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2024.

A apicultura em Goiás é uma atividade importante para a economia local, com mais de 715 estabelecimentos produtores em 137 municípios (figura 2). Destacam-se municípios como Orizona, Porangatu (figura 3), Goiandira, Silvânia e Morrinhos na produção de mel. A pesquisa sobre a composição florística da região de Porangatu é fundamental para entender a dinâmica da criação de abelhas e maximizar o uso dos recursos da flora nativa (Agência Cora Coralina de Notícias, 2021).

Figura 2 – Produção de Mel (kg) no Estado de Goiás (2007 – 2022)



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2024.

Destaca-se o ano de 2016 como ápice da produção nos últimos anos no Estado de Goiás. E em relação à produção de mel de Porangatu/GO, desde 1991, o município se sobressai como zona produtora de mel no Estado (Figura 3), também apresentando um ápice produtivo em 2015.

Cabe mencionar também que nos períodos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, respectivamente, a produção de mel (kg) em Porangatu/GO foram de: 23.640, 23.427, 23.220, 23.028 e 22.975.

Dada à representatividade da produção do mel no município, é importante que seja feito a identificação da flora apícola da região de Porangatu/GO, sendo uma forma de adquirir conhecimento sobre a dinâmica da abelha-europeia (*Apis mellifera*), proporcionando o aproveitamento de forma coerente dos recursos disponibilizados pela flora nativa, da mesma maneira que auxilia nas atividades de manejo de um apiário e valorização dos produtos apícolas.

Figura 3 – Produção de Mel (kg) em Porangatu (2007 – 2017)*



* Os dados de 2018 a 2022 foram expostos em forma de texto.

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2024.

Cabe mencionar também que nos períodos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, respectivamente, a produção de mel (kg) em Porangatu/GO foram de: 23.640, 23.427, 23.220, 23.028 e 22.975.

Esses estudos proporcionam conhecimento científico valioso sobre a flora de regiões produtoras de mel, como Porangatu / GO, no Cerrado. A apicultura não apenas gera renda para agricultores familiares, mas também contribui para a sustentabilidade ambiental, promovendo a polinização essencial para o desenvolvimento das culturas agrícolas. Portanto, investir em pesquisas e manejo adequado da flora apícola é essencial para otimizar a produção de mel e valorizar os produtos apícolas do Brasil (Agência Cora Coralina de Notícias, 2021).

Portanto, a necessidade de pesquisa acerca da composição florística da região de Porangatu/GO é de extrema relevância, possibilitando a construção de conhecimento científico e informações da flora, em uma importante região produtora de mel silvestre. Dessa forma, a pesquisa objetivou realizar o levantamento para identificação das principais espécies vegetais nativas de relevância para a apicultura, levando em consideração também as espécies que poderão ser mais aproveitadas no enriquecimento do pasto apícola nativo em uma área de Cerrado no município de Porangatu / GO.

A importância das abelhas no processo de polinização e preservação das espécies faunísticas

As abelhas são insetos sociais que vivem em colônias, passando por quatro fases distintas durante seu ciclo de vida: ovo, larva, pupa e adulto. Elas são importantes agentes polinizadores, especialmente a espécie *Apis mellifera*, contribuindo significativamente para a preservação das espécies vegetais. A maioria das espécies vegetais depende da polinização realizada por agentes externos, sendo que os insetos, principalmente as abelhas, são responsáveis pela polinização de grande parte dos plantios comerciais (Campos *et al.*, 1987; Nocelli, 2003; Salvador *et al.*, 2008; Souza *et al.*, 2007; Patron, 2010; Santos, 2010; Rolim, 2015; Santos *et al.*, 2004).

A polinização cruzada realizada pelas abelhas é fundamental para manter a biodiversidade, contribuindo para o vigor das espécies vegetais, mantendo a variabilidade genética e promovendo o desenvolvimento de frutos e sementes. A eficácia das abelhas na polinização se deve às suas adaptações corporais e sua abundância. Além disso, as abelhas *Apis mellifera* são especialmente importantes para a polinização dirigida de diversas espécies de plantas, como kiwi, abóbora e algodão (Campos *et al.*, 1987; Nocelli, 2003; Patron, 2010; Rolim, 2015; Salvador *et al.*, 2008; Santos *et al.*, 2004; Santos, 2010; Souza *et al.*, 2007).

Em resumo, as abelhas desempenham um papel vital na agricultura e na conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade e quantidade de frutos e sementes, promovendo a saúde dos ecossistemas e a produtividade agrícola. A apicultura e a preservação das abelhas são essenciais não apenas para a biodiversidade, mas também para a economia e segurança alimentar global (Campos *et al.*, 1987; Nocelli, 2003; Salvador *et al.*, 2008; Souza *et al.*, 2007; Patron, 2010; Santos, 2010; Rolim, 2015; Santos *et al.*, 2004).

Atividade agropecuária associada à apicultura

A apicultura se destaca no contexto agropecuário por ser uma atividade sustentável, economicamente rentável e que pode empregar mão de obra familiar. Pode ser implementada em áreas com condições favoráveis de clima, solo e vegetação diversificada (Santos; Ribeiro, 2009; Bacaxixi *et al.*, 2011; Rolim, 2015; Pinto *et al.*, 2015).

No Brasil, o setor apícola gera empregos tanto no campo quanto na indústria de processamento, máquinas e equipamentos. Apesar do grande potencial do país para a apicultura, ela ainda não é a principal fonte de renda dos agricultores (CBA, 2007; SEBRAE, 2014; Rolim, 2015).

O mel é o produto central da apicultura, sendo uma substância natural importante e de grande valor econômico. Além disso, as abelhas desempenham um papel fundamental na polinização das plantas, contribuindo para a biodiversidade e a produção agrícola (CBA, 2007; SEBRAE, 2014; Rolim, 2015).

A apicultura oferece benefícios econômicos, sociais e ambientais, sendo uma prática sustentável que pode contribuir para a conservação dos ecossistemas, a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores (Santos; Ribeiro, 2009; Bacaxixi *et al.*, 2011; Rolim, 2015; Pinto *et al.*, 2015).

Com uma gestão adequada e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a apicultura tem potencial para se destacar ainda mais no cenário agropecuário brasileiro (CBA, 2007; SEBRAE, 2014; Rolim, 2015).

Flora apícola: subsídio elementar para produção de mel

A flora apícola é essencial para a sobrevivência das abelhas, fornecendo recursos como pólen e néctar. A ampliação da produção apícola em uma região está diretamente ligada à diversidade e disponibilidade dessa flora (Barth, 1989; Rolim, 2015; Sodré *et al.*, 2008).

Plantas nectaríferas produzem néctar, plantas poliníferas produzem pólen e algumas plantas produzem ambos. As abelhas *Apis mellifera* coletam recursos poliníferos de plantas de diversos estratos botânicos, sendo generalistas e se adaptando à disponibilidade de plantas ao longo do ano (Sodré *et al.*, 2008; Barth, 1989; Rolim, 2015).

Para o desenvolvimento adequado das colônias, é necessário garantir floradas em quantidade suficiente, influenciadas por condições climáticas sazonais. Conhecer a flora apícola é importante para identificar as espécies preferidas pelas abelhas e promover uma apicultura sustentável (Barth, 1989; Rolim, 2015; Sodré *et al.*, 2008).

O manejo adequado dos apiários, garantindo alimentos em todas as estações, é crucial para a saúde das colônias. A identificação das plantas importantes para a apicultura em uma região pode guiar esforços de conservação, beneficiando as abelhas e a biodiversidade. Em resumo, a interação entre a flora apícola e as abelhas é fundamental para a sustentabilidade da apicultura, exigindo estudos e práticas de manejo que considerem a dinâmica das plantas e a disponibilidade de recursos ao longo do ano (Sodré *et al.*, 2008; Barth, 1989; Rolim, 2015).

Uso das Áreas de Preservação Permanente (APP's) para fins apícolas

As Áreas de Preservação Permanente (APP's) são regiões protegidas pelo Código Florestal de 2012, que proíbe atividades que prejudiquem a fauna e flora. A legislação define limites, como largura mínima de 30 metros para cursos d'água e raio de 50 metros ao redor de nascentes. Reservatórios artificiais devem ter APP's de 15 metros, exceto para uso público ou geração de energia.

A apicultura, que depende da vegetação local, pode ser realizada em APP's, beneficiando a conservação e diversificação do pasto apícola para aumentar a produção de mel.

A restauração das APP's requer acompanhamento profissional para garantir a recuperação sustentável. A produção apícola em APP's promove a conservação das espécies e do ambiente, favorecendo a biodiversidade e uma agricultura sustentável (Guimarães, 1989).

Identificar plantas nativas importantes para as abelhas nessas áreas é essencial para maximizar a produção apícola e contribuir para a conservação.

A presença de abelhas em APP's destaca a importância da preservação, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e a biodiversidade local.

Material e Método

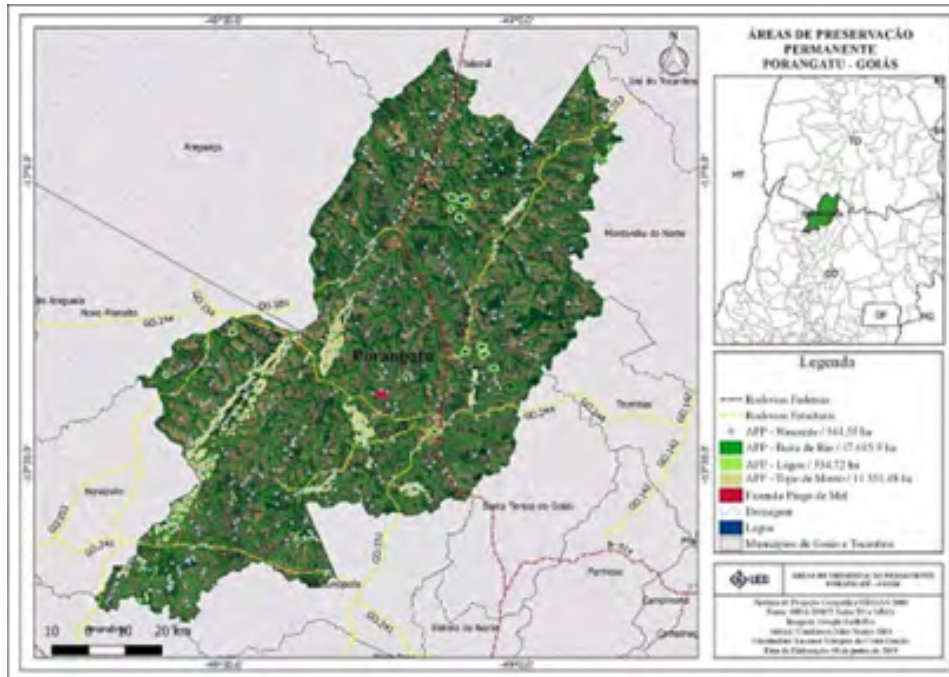
- **Área da pesquisa**

A área de estudo está localizada no município de Porangatu, no Estado de Goiás, no bioma Cerrado, com clima tropical de savana megatérmico (Stone, 2006) (figura 4).

A vegetação do Cerrado apresenta diversas fisionomias, como florestas, savanas e áreas campestres (Ribeiro; Walter, 2008). A pesquisa foi realizada na Fazenda Pingo de Mel, que possui vegetação típica do Cerrado, com áreas campestres e savânicas.

Porangatu possui uma extensa área de Áreas de Preservação Permanente (APP's), incluindo margens de rios, lagoas e nascentes, que são propícias para a criação de abelhas.

Figura 4 – As APP's em Porangatua / GO



Elaboração: Uanderson Sales Soares Silva, 2019.

A apicultura é incentivada na região, sendo uma atividade sustentável que contribui para a conservação ambiental e geração de renda. A preservação das APP's e a diversidade da flora apícola são fundamentais para a sobrevivência das abelhas e a produção de mel.

A atividade apícola na Fazenda Pingo de Mel, em Porangatu, exemplifica a integração sustentável da apicultura ao manejo ambiental, promovendo a conservação dos recursos naturais e contribuindo para a biodiversidade e economia local.

O estudo realizado em 2019 na Fazenda Pingo de Mel em Porangatu / GO envolveu um levantamento prévio dos apiários na região, seguido pela escolha da fazenda devido à sua facilidade de acesso e observação dos apiários.

A propriedade reflete as características dos fragmentos do Cerrado na região, o que facilitou a coleta de dados relevantes para a pesquisa.

A identificação da flora apícola foi feita de forma participativa, com a colaboração do proprietário da fazenda, que contribuiu com seu conhecimento popular sobre as espécies vegetais de interesse para as abelhas. Durante visitas

ao apiário, as plantas em floração eram observadas para verificar a visita das abelhas.

As plantas visitadas pelas abelhas eram identificadas através de amostras coletadas e comparadas com descrições em literaturas específicas e *sites* especializados em botânica.

Esse processo meticuloso garantiu uma identificação precisa das plantas apícolas, fornecendo informações importantes para a manutenção dos apiários na região e contribuindo para a prática sustentável da apicultura em Porangatu / GO.

Resultados e discussão

- Composição da flora apícola

Durante o levantamento florístico realizado de junho de 2018 a junho de 2019, foram identificadas 33 espécies vegetais de interesse apícola em 18 famílias botânicas (quadro 1).

A família Leguminosae foi a mais abundante, com 15,3%, seguida por Fabaceae, com 12,8%. A maioria das espécies floresce de junho a dezembro, com um pico de floração de junho a novembro (tabela 1).

Quadro 1 – Relação das espécies botânicas identificadas como de interesse apícola na Fazenda Pingo de Mel (Porangatu / GO)

Nome científico	Nome popular
1. <i>Senna obtusifolia</i>	Mata pasto
2. <i>Baccharis dracunculifolia</i>	Alecrim do cerrado
3. <i>Mimosa pudica</i>	Malícia
4. <i>Andira anthelmia</i>	Angelim
5. <i>Stylosanthes guianensis</i>	Estilosante
6. <i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira

7. <i>Sclerolobium paniculatum</i>	Carvoeiro
8. <i>Lepidaploa aurea</i>	Assa-peixe
9. <i>Tabebuia aurea</i>	Caraíba
10. <i>Aspidosperma macrocarpon</i>	Amargoso
11. <i>Serjania lethalis</i>	Cipó-uva
12. <i>Anadenanthera falcata</i>	Angico
13. <i>Luehea paniculata</i>	Açoita-cavalo
14. <i>Pterodon emarginatus</i>	Sucupira branca
15. <i>Handroanthus chrysotrichus</i>	Ipê
16. <i>Qualea grandiflora</i>	Pau-terra
17. <i>Dipteryx alata</i>	Baru
18. <i>Hymenaea stigonocarpa</i>	Jatobá
19. <i>Mauritia flexuosa</i>	Buriti
20. <i>Physocalymma scaberrimum</i>	Cega machado
21. <i>Curatella americana</i>	Lixeira
22. <i>Magonia pubescens</i>	Tingui
23. <i>Hancornia speciosa</i>	Mangaba
24. <i>Eugenia dysenterica</i>	Cagaita
25. <i>Banisteriopsis oxyclada</i>	Cipó-prata
26. <i>Anacardium humile</i>	Cajuzinho do Cerrado
27. <i>Zeyheria montana</i>	Bolsa de pastor
28. <i>Copaifera langsdorffii</i>	Copaíba
29. <i>Balhinia curvula</i>	Mororó
30. <i>Caryocar brasiliense</i>	Pequi
31. <i>Cochlospermum regium</i>	Algodãozinho do Cerrado
32. <i>Helicteres sacarolha</i>	Saca-rolha
33. <i>Cnidoscolus urens</i>	Urtiga

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 2019.

Tabela 1 – Relação das famílias das espécies de interesse apícola encontradas na Fazenda Pingo de Mel em Porangatu /GO

Família	nº de indivíduos	%
<i>Fabaceae</i>	05	12,8
<i>Asteraceae</i>	02	5,1
<i>Leguminosae</i>	06	15,3
<i>Anacardiaceae</i>	02	5,1
<i>Bignoniaceae</i>	03	7,6
<i>Apocynaceae</i>	02	5,1
<i>Sapindaceae</i>	02	5,1
<i>Tiliaceae</i>	01	2,5
<i>Vochysiaceae</i>	01	2,5
<i>Arecaceae</i>	01	2,5
<i>Lythraceae</i>	01	2,5
<i>Dilleniaceae</i>	01	2,5
<i>Myrtaceae</i>	01	2,5
<i>Malpighiaceae</i>	01	2,5
<i>Malvaceae</i>	01	2,5
<i>Caryocaraceae</i>	01	2,5
<i>Cochlospermaceae</i>	01	2,5
<i>Euphorbiaceae</i>	01	2,5
Não identificadas	06	15,3
Total	39	100%

Fonte: Trabalho de Campo realizado em 2019.

Durante o período chuvoso de novembro a março, a região Centro-Oeste enfrenta escassez de floração, prejudicando a apicultura (Mendonça *et al.*, 2008; Silva *et al.*, 2012). A maioria das espécies visitadas pelas abelhas é de arbóreas, seguidas por arbustivas e trepadeiras. Essas informações são essenciais para planejar o manejo do apiário e garantir a conservação das abelhas.

Considerações finais

A apicultura é uma atividade importante para a sociedade, pois está ligada à sustentabilidade e envolve aspectos ambientais, sociais e econômicos.

É essencial conhecer as plantas de uma região e seu período de floração para identificar aquelas que contribuem para a produção de mel, garantindo assim a preservação dessas espécies essenciais para as abelhas.

A região estudada possui uma diversidade significativa de plantas apícolas, especialmente espécies arbóreas da família Leguminosa que florescem durante o período de seca.

No entanto, é importante investigar se essa variedade de plantas atende às necessidades nutricionais das colmeias ao longo do ano.

O levantamento da flora apícola é essencial para preservar o Cerrado, sustentar a renda dos apicultores e promover uma produção sustentável de mel, especialmente para a COOPERMEL, que busca obter o selo de identificação geográfica do mel do Norte Goiano.

Investigações adicionais sobre a flora das áreas de topo de morro são sugeridas para promover uma apicultura mais sustentável e lucrativa, permitindo aos apicultores aumentarem a produtividade e qualidade dos produtos de forma sustentável.

A apicultura destaca-se como uma atividade econômica, social e ecológica totalmente sustentável ao promover a conservação da biodiversidade através da polinização.

Referências

BACAXIXI, P.; BUENO, C. E. M. S.; RICARDO, H. A.; EPIPHANIO, P. D.; SILVA, D. P.; BARROS, B. M. C.; SILVA, T. F.; BOSQUÊ, G. G.; LIMA, F. C. A importância da apicultura no Brasil. *Revista Científica Eletrônica de Agronomia*, v.10, n. 20, 2011. 12 p. Disponível em: https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/4obaFHM5hPoTX99_2013-5-17-17-41-22.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

BARBIÉRI, C.; FRANCOY, T. M. Modelo teórico para análise interdisciplinar de atividades humanas: A meliponicultura como atividade promotora da sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. 01-20, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/NJkGQChdBswNMtrdCzWdzqy/?lang=pt&-format=pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BARTH, O. M. O pólen no mel brasileiro. Rio de Janeiro: Luxor, 1989.

CAMPOS, L. A. O. *et al.* Abelhas: características e importância. Informe Agropecuário, Belo horizonte, v. 13, n. 149, p. 07-14. 1987. Disponível em: <https://www.livrariaepamig.com.br/categoria/informe-agropecuario/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APICULTURA – CBA. **Brasil Apícola**. 2007. Disponível em: <http://apacame.org.br/site/voe/cba-confederacao-brasileira-de-apicultura/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

EVANGELISTA-RODRIGUES, A. *et al.* Análise físico-químico dos méis das abelhas *Apis mellifera* e *Melipona scutellaris* produzidos em regiões distintas no Estado da Paraíba. *Ciência Rural*, v. 35, n. 5, p. 1166-1171, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/3SsWKNQpcGDFW6V3v37ZRNG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2024.

GUIMARÃES, N. P. **Apicultura, a ciência da longa vida**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

LOPES, C. *et. al.* Levantamento da flora apícola em Floriano (PI). *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 102-110, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbrasbioci/article/view/114686>. Acesso em: 09 jun. 2024.

LORENZI, H. Árvores **brasileiras: Manual de Identificação e** MARCHINI, L. C., SODRÉ, G. S.; MORETI, A. C. **Mel brasileiro: composição e normas**. Ribeirão Preto: A.S.P., 2004.

MENDONÇA, K.; MARCHINI, L. C.; SOUZA, B. A.; ALMEIDA-ANACLETO, D.; MORETI, A. C. C.. Plantas apícolas de importância para *Apis mellifera* L. (*Hymenoptera: Apidae*) em fragmento de Cerrado em Itirapina, SP. *Neotropical Entomology*, v. 37, n. 5, p. 513-521, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ne/a/5zpFFMgYCKzV3dndt3ychbh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2024.

NOCELLI, R. C. F. **Contribuição à análise do processo de africanização de *Apis mellifera* (Hymenoptera, Apidae): características do desenvolvimento das glândulas de veneno.** 2003. 104 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2003.

NOGUEIRA-NETO, P., KLEINERT-GIOVANNINI, V. L. A., VIANA, B. F.; CASTRO, M.S. **Biologia e manejo das abelhas sem ferrão.** São Paulo: Tecnapis, 1986.

NUNES, L. A. *et al.* Produção de cera. Produtor Rural, n. 52, 2012. 15 p. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/biblioteca/sites/default/files/publicacoes-a-venda/pdf/SPR52.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

PATRON, E. Polinización con abejas. *In*: BESSONE, J. F. (ed.). Abejas - polinización. Buenos Aires: Agencia Periodística CID, 2010.

PINTO, F. A. *et al.* Infestation rate of the mite *Varroa destructor* in commercial apiaries of the Vale do Paraíba and Serra da Mantiqueira, southeastern Brazil. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 67, n. 2, p. 631-635, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abmvz/a/pQktjhBLWtTvF-FVwNbFDt6s/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 09 jun. 2024.

RIBEIRO, J.; WALTER, B. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008.

ROLIM, G. S. **Flora apícola para *Apis mellifera* L. (hymenoptera: apidae) em municípios sergipanos.** 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Curso de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Biodiversidade, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SALVADOR, B. M.; ROSÁRIO, F. M.; BÖHM, F. M. L. Z. Conhecendo as abelhas sem ferrão. Diálogos e Saberes, Mandaguari, v. 4, n. 1, p. 09-16, 2008. Disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/index>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SANTOS, A. B. Abelhas nativas: polinizadores em declínio. Natureza Online, v. 8, n. 3, p. 103-106, 2010. Disponível em: https://hbjunior19.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/abelhas_nativas.pdf. Acesso em: 09 jun. 2024.

SANTOS, C. S.; RIBEIRO, A. S. Apicultura uma alternativa na busca do desenvolvimento sustentável. *Revista Verde*, v. 4, n. 3, p. 01-06, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/540/1/ApiculturaDesenvolvimentoSustentavel.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SANTOS, F. M.; CARVALHO, C. A. L.; SILVA, R. F. Diversidade de Abelhas (Hymenoptera: Apoidea) em uma área de transição Cerrado-Amazônia. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 34, n. 2, 2004. 16 p. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/part/164833>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SEBRAE. **Brasil: potencial fabuloso para atividade apícola**. Brasília: SEBRAE, 2014.

SILVA, A. P. C.; LIMA, A. S.; SANTOS, F. A. R. Botanical biodiversity in honey samples from the semiarid region of Sergipe state, Brazil. *Magistra*, v. 24, p. 158-171, 2012. Disponível em: <https://www.cabidigitallibrary.org/doi/full/10.5555/20133138222>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SOUZA, V. C.; LORENZI, H. *Chave de Identificação para as principais famílias de Angiospermas nativas e cultivadas no Brasil*. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2007.

SOUZA, D. L.; EVANGELISTA-RODRIGUES, A.; PINTO, M. S. C. As abelhas como agentes polinizadores. *Revista Eletrônica de Veterinária*, v. 3, n. 3, p.1-3, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/636/63613302010.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

STONE, L. F. **Características climáticas e atributos dos solos dos sítios de fenotipagem para tolerância à seca da Embrapa Arroz e Feijão, em Goiás**. Santo Antônio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão, 2006.

VIDAL, M. F. **Produção de mel na área de atuação do BNB entre 2011 e 2016**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2018.

WIESE, H. **Nova apicultura**. Porto Alegre: Leal, 1985.



A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ESTADO DE GOIÁS: UMA ANÁLISE DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR, MILHO, SOJA E SORGO ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2021

Alessandra de Souza Gouveia

Danila de Souza Gouveia

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-7

Introdução

O Brasil é um país com proporções continentais e, graças à sua extensão territorial, é possível obter diferentes características edafoclimáticas que propiciam uma produção agrícola diversificada. Com a maior parte das terras do país localizadas em áreas de clima tropical, ganham destaque alguns cultivos que melhor se adaptaram às condições físicas desses locais, como o cultivo de grãos, a exemplo deles o milho, a soja, o sorgo e, nas últimas décadas, a cana-de-açúcar tem-se destacado nesse cenário.

O estado de Goiás configurou o espaço de expansão da fronteira agrícola na década de 1970, onde suas áreas foram integradas ao sistema de produção da agricultura e pecuária. Hoje temos o processo de agricultura moderna, que consiste no aprimoramento de técnicas agrícolas, assim como de maquinários e tecnologias. Essas mudanças surgiram com a implementação da Revolução Verde, o que propiciou o crescimento da produtividade das culturas.

Em resumo, a questão agrícola está relacionada ao “que se produz, onde se produz e quanto se produz” (Graziano da Silva, 1980, p.5). Nesse viés, o presente estudo tem o objetivo de investigar as principais culturas agrícolas produzidas no estado de Goiás. Essas *commodities* com maior destaque são a cana-de-açúcar, o milho, a soja e o sorgo. O capítulo está dividido em duas partes, onde a primeira trata de um breve resgate sobre a história da produção agrícola no estado de Goiás e na segunda é apresentada uma análise sobre os dados dos cultivos que foram pesquisados.

A primeira fase da elaboração do artigo foi a pesquisa bibliográfica, que consistiu na consulta de artigos e livros de autores da área pesquisada. De acordo com Markoni e Lakatos (2003, p. 183) o objetivo dessa fase é “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”. As principais obras consultadas são dos autores: Graziano da Silva (1981) e Santos (1998).

Para a construção da segunda parte do artigo, ocorreu a pesquisa documental. Segundo Markoni e Lakatos (2003, p. 174) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Nessa etapa foram consultados arquivos públicos, como o IBGE @cidades, o Censo Agropecuário e a Produção Agrícola Municipal do IBGE. Os dados coletados nessa etapa foram analisados e tabulados em forma de gráficos e tabelas.

Nessa pesquisa foi utilizado método estudo de caso, também chamado de monográfico. Outro método de procedimento utilizado foi o quanti-qualitativo para a análise dos dados tabulados, pois apesar de os dados representarem quantidades, foi possível realizar uma análise qualitativa sobre a produção agrícola.

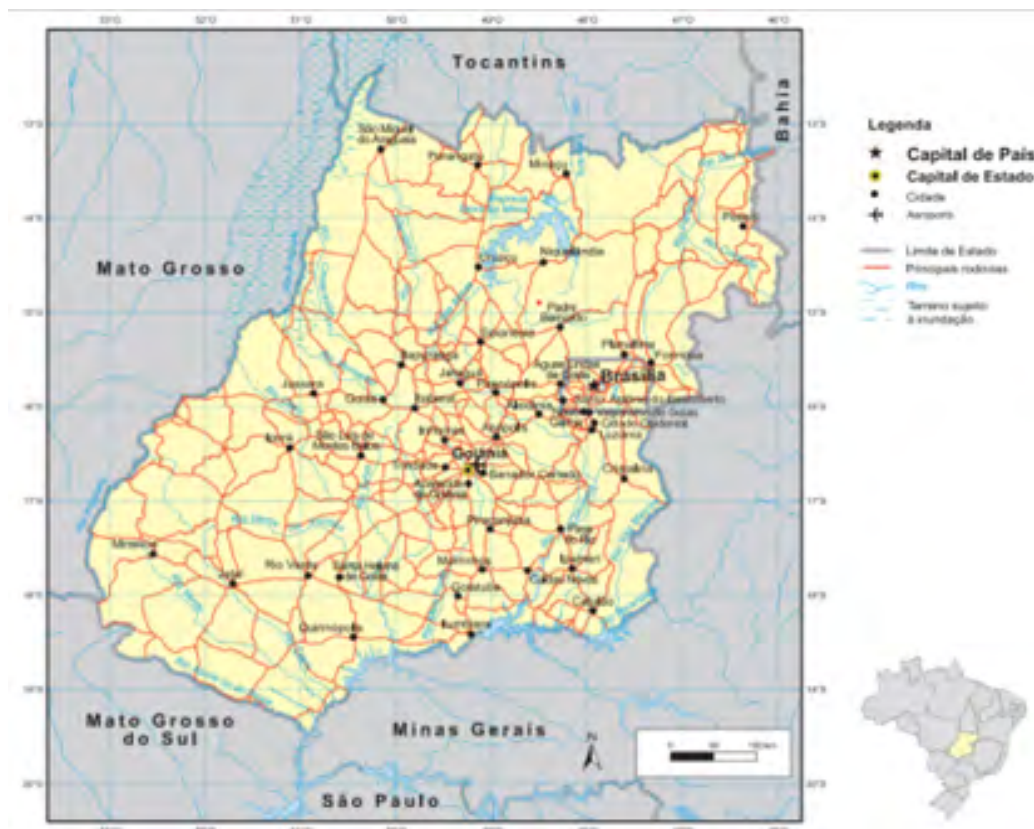
A pesquisa é descritiva, ou seja, visou descrever como foi como foi a evolução da produção agrícola do estado de Goiás entre os anos de 2000 até 2021, analisando os dados da produção da cana-de-açúcar, do milho, da soja e do sorgo. Esse tipo de pesquisa tem como “[...] objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2008, p. 28).

A produção agrícola no estado de Goiás

O estado de Goiás está localizado na região Centro-Oeste do Brasil. Faz limite com Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal. O estado possui uma localização privilegiada, pois faz ligação entre a região Centro-Oeste com estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste (Figura 1).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado possui uma área territorial de 340.242,859 km² e uma população absoluta de 7.055.228 pessoas (IBGE, 2022), o que resulta em um total de 20,74 habitantes por quilômetro quadrado. É o estado mais populoso da região Centro-Oeste. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,737 (IBGE, 2022), considerado alto, conquistando a 10^a colocação no ranking do país.

Figura 1 – Localização do estado de Goiás



Fonte: IBGE @cidades, 2023.

Sobre a economia do estado, o setor de serviços tem a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB), seguido da indústria. O setor primário possui a menor participação no PIB, no entanto o setor agropecuário recebe um grande realce. Goiás apresenta extensas áreas com pastagens e/ou lavouras e se destaca no Brasil pelas suas potencialidades no setor.

De acordo com Santos (1998, p. 26),

a década de 70 foi marcante para as mudanças de composição advindas, principalmente pelas alterações de participação da agricultura de um lado e da indústria de outro. Em 1959, a agricultura participava com 49,5% da renda interna, baixando em 1970 para 28,0% e 27,9% em 1980.

Percebe-se que, com o avanço da urbanização e, consequentemente, da industrialização houve uma mudança na participação dos setores da economia em Goiás. O setor primário passou a contribuir menos com a renda total e o setor terciário aumentou a sua participação, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 1 - Composição do Produto Interno Bruto Goiano – 2019

Composição do Produto Interno Bruto Goiano - 2019		
Atividade	Valor Adicionado	
	Preços Correntes (R\$ milhão)	Participação (%)
Agropecuária	21.176	11,4
Indústria	39.178	21,2
Serviços	124.843	67,4

Fonte: IBGE, IMB.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SGG-GO

O fato de a agropecuária contribuir apenas 11,4% no valor do PIB do estado de Goiás em 2019 não significa que esta atividade seja irrelevante, pelo contrário. A atividade do setor primário caracterizada como agronegócio oferta

os produtos que abastecem as modernas agroindústrias. Nesse sentido, percebe-se que,

Apesar da crescente industrialização, a agropecuária continua sendo uma atividade econômica importante em Goiás, uma vez que a produção de carnes e grãos impulsiona as exportações. O estado é o quarto produtor nacional de grãos com uma produção em torno de 22,815 milhões de toneladas o que representa 9,5% da produção de grãos brasileira. A pauta agrícola é bastante diversificada e composta principalmente por: soja, sorgo, milho, cana-de-açúcar, feijão, tomate, entre outros produtos (IMB, 2022).

Com os dados apresentados, fica claro que a produção agrícola goiana representa muito na economia nacional. Para chegar ao patamar de hoje, a agricultura passou por processos de modernização, que foram incentivados por programas e benefícios do Governo Federal concedidos aos produtores rurais. Entre vários programas, vale ressaltar “O Goiás-Rural”, “[...] que subsidiou os agricultores na abertura de novas terras. O Governo do Estado conseguiu com os inúmeros créditos criar o programa e adquirir uma quantidade de máquinas e equipamentos visando atender o produtor rural de Goiás” (Santos, 1998, p. 32).

Na década de 1960, vieram se instalar no Brasil fábricas de maquinários agrícolas e insumos, como exemplo as indústrias de tratores e os equipamentos que os compõem no trabalho agrícola, fertilizantes, entre outros produtos da agropecuária (Graziano da Silva, 1981). Essas máquinas e equipamentos marcaram a história da agricultura goiana, pois proporcionaram a abertura de novas áreas para o cultivo de lavouras. Contribuíram também para uma maior rapidez no processo, já que o trabalho humano gradativamente passou a ser substituído pela tecnologia, conforme observamos na tabela 2.

Tabela 2 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)				
Brasil e Unidades da Federação	Ano			
	1975	1985	1995	2006
Brasil	20.345.692	23.394.919	17.930.890	16.568.205
Goiás	688.033	616.336	471.657	418.071

Fonte: SIDRA, 2023.

De acordo com os dados disponíveis no Censo Agropecuário do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), percebe-se um declínio no número de pessoas ocupadas nas atividades primárias. No Brasil, no ano de 1975 tinha-se 20.345.692 de pessoas trabalhando no campo. Já em 2006 esse número era de 16.568.205, ou seja, houve um decaimento de 18,57% no total de trabalhadores.

Goiás apresentou a mesma tendência brasileira, no entanto com um declínio ainda maior. Em 1975 o estado apresentava um total de 688.033 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, enquanto em 2006 esse número era de 418.071 pessoas. Nesse período a diminuição de pessoas ocupadas na área foi de 39,24%, um número bem mais expressivo que o nacional. Tal situação ocorreu devido à expansão das políticas de modernização da agricultura que seguiam crescendo, pois era necessário oferecer um mercado às indústrias que se instalaram no país.

[...] o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa (Graziano da Silva, 1981, p. 11).

Essa situação ocorre devido à expansão da tecnologia no campo, chamada de mecanização do campo. A crescente modernização fez com que atividades antes realizadas apenas com a força humana fossem substituídas por

máquinas. Assim, o processo de produção agrícola foi sendo melhorado e tornando-se mais preciso quanto ao preparo do solo, plantio, colheita, controle de pragas, entre outros. Essas informações podem ser constatadas com os dados da tabela 3

Tabela 3 - Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários

Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)				
Brasil e Unidades da Federação	Ano			
	1975	1985	1995	2006
Brasil	323.113	665.280	803.742	820.718
Goiás	13.634	33.548	43.313	44.832

Fonte: SIDRA, 2023.

Entre o período de 1975 e 2006, nota-se um grande crescimento no número de tratores nos estabelecimentos agropecuários, o que representa uma intensa modernização. No Brasil, esse número mais que dobrou de 1975 até 1985, passando de 323.113 tratores para 665.280. O número continua em ascensão até o ano de 2006, quando contabilizou-se 820.718 tratores.

Em Goiás o crescimento no número de tratores nas propriedades também foi bastante expressivo nas três primeiras décadas apresentadas, saltando de 13.634 veículos em 1975 para 43.313 unidades em 1995. De 1975 até 2006 o estado apresentou um crescimento de 328% no número de tratores no campo, uma porcentagem maior que a do crescimento nacional. O relevo do estado é de terras planas, em sua maioria, o que facilita a introdução de máquinas nos cultivos.

Uma análise das lavouras de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo entre os anos de 2000 e 2021

A modernização da agricultura proporcionou também uma reestruturação nos tipos de cultivos produzidos, já que o agronegócio precisava de produtos relacionados às *commodities*, ou seja, produtos voltados para a exportação. Assim,

[...] com o processo de introdução de máquinas e utilização de insumos modernos, além do processo normal da introdução da produção mais voltada para a agroindústria e exportação dos produtos agrícolas, tivemos uma mudança quando os agricultores deixaram de plantar o Arroz e o Feijão e tornaram-se produtores de Soja, de Milho e da Cana-de-Açúcar (Santos, 1998, p. 33).

Dessa forma, há uma mudança no setor produtivo, aonde culturas que foram muito importantes na história agrícola de Goiás perderam espaço e o cultivo de grãos e cana-de-açúcar se despontaram, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Área plantada ou destinada à colheita

Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) em Goiás				
Ano	Cana-de-açúcar	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
2000	139.186	845.204	1.491.066	179.460
2010	578.666	858.301	2.445.600	245.308
2021	930.954	1.882.705	3.855.277	363.308

Fonte: SIDRA, 2023.

De acordo com a tabela, entre os anos de 2000 até 2021 a cana-de-açúcar, o milho, a soja e o sorgo apresentaram constante crescimento no total de hectares plantados ou destinados à colheita. No entanto, em valores proporcionais, a cana-de-açúcar foi a lavoura que obteve maior expansão em área, passando

de 139.186 mil hectares em 2000 para 930.954 mil hectares em 2021. Foi um crescimento de 668,85%, ou seja, quase sete vezes mais a área dos anos 2000.

No entanto, a lavoura que toma a maior área no estado de Goiás é a soja, que em 2021 ocupava um total de 3.855.277 milhões de hectares. O milho e o sorgo também cresceram em área plantada cerca de 222% e 202%, respectivamente. Além dos dados apresentados, pode-se comparar a produtividade das lavouras com a quantidade produzida, em toneladas, expresso na tabela 5.

Tabela 5 – Quantidade produzida

Quantidade produzida (Toneladas) em Goiás				
Ano	Cana-de-açúcar	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
2000	10.162.959	3.659.475	4.092.934	287.502
2010	48.000.163	4.676.483	7.252.926	611.665
2021	72.012.198	10.750.433	13.654.117	1.140.088

Fonte: SIDRA, 2023.

Assim como na área plantada, a cana-de-açúcar apresentou o maior crescimento em toneladas produzidas entre os anos de 2000 e 2021 em Goiás. Foi um aumento de mais de 700% na produção. O cultivo saltou de 10.162.959 milhões de toneladas em 2000 para 72.012.198 milhões de toneladas em 2021. É a maior produção entre os quatro itens apresentados.

O segundo que teve um maior crescimento em proporções foi a lavoura de sorgo, com um crescimento de 396,54% entre os anos de 2000 e 2021. A soja vem logo em seguida (333,60%) e o milho com a menor proporção de crescimento (293,76%). Logo, vê-se que a modernização agrícola favoreceu bastante os cultivos apresentados, tanto do ponto de produção em área quanto em toneladas.

O que se pode notar no processo de modernização da agricultura em Goiás é que os produtos de subsistência sofreram muita demora para se integrem ao processo de adoção das tecnologias disponíveis. Enquanto que as culturas mais ligadas ao processo de produção para exportação como a cana-de-açúcar, o milho e a soja, demandaram as tecnologias disponíveis com muita rapidez, porque eram produtos em que os produtores do Estado de Goiás ainda não tinham muita tradição de plantio visando a exportação (Santos, 1998, p. 36).

Nota-se que, conforme apresentado por Santos (1998), os cultivos de subsistência que eram produzidos em Goiás já tinham uma tradição na produção, o que não proporcionou uma inserção imediata das tecnologias. Já os cultivos de exportação (*commodities*) que chegaram ao espaço agrícola goiano mais recentemente, ofereceram essa possibilidade de forma mais acelerada, por isso expandiram-se bastante e tomaram proporções maiores nos resultados no decorrer dos anos.

Considerações Finais

A pesquisa possibilitou compreender sobre o caminho percorrido pela agricultura em Goiás e o que contribuiu para o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo no estado. De acordo com os dados apresentados, o setor agropecuário não é o que mais contribui para o PIB goiano, mas possui uma grande relevância em âmbito nacional, representando uma boa parte das exportações do setor primário.

Conforme apresentado, a modernização da agricultura proporcionou o incremento de tecnologias nas lavouras como tratores, fertilizantes, pesticidas, entre outros. Contudo, esse acompanhamento mais assíduo da produção melhorou os resultados e deu início a era do agronegócio, com uma produção empresarial (ou patronal) visando cada vez mais o abastecimento das agroindústrias e/ou a exportação para países parceiros.

Percebe-se que, o estado de Goiás tem um papel de destaque nesse setor, pois além de apresentar características climáticas favoráveis, a topografia permite uma produção muito mecanizada. O aproveitamento das características da região e o investimento do governo em programas de incentivo aos produtores rurais, fizeram do estado de Goiás uma das Unidades da Federação (UFs) mais importantes na produção agrícola nas últimas décadas.

Referências

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. SÃO PAULO; Editora Atlas S. A. 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense. 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@Cidades**. Panorama do Estado de Goiás. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **@Cidades**. Mapa do Estado de Goiás. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/goias.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

IMB - Instituto Mauro Borges. **Sobre Goiás** - Visão Geral. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=145. Acesso em: 27 de junho de 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso e 05 de agosto de 2022.

SANTOS, R. L. **A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária**. Goiânia: UFG, 1998. (Dissertação de Mestrado em História)

SIDRA – Sistema de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SIDRA – Sistema de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/265>. Acesso em: 18 abr. 2023.



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E AS RESISTÊNCIAS CAMPONESAS EM GOIÁS

Marcos Antônio Marcelino

Evandro César Clemente

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-9

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo apresentar a importância de resistência do campesinato, apesar das dificuldades e ações do Estado não direcionadas a esta classe, pois o mesmo prioriza políticas públicas focadas no latifúndio em detrimento do campesinato. Nesse sentido, tem-se como balizamento a análise da inserção do sistema produtivo no setor agrário brasileiro que sempre foi direcionado à elite agrária. A metodologia foi constituída com base em uma revisão bibliográfica, a partir de análise em livros, teses, dissertações e artigos científicos que foram pertinentes para fundamentar a pesquisa.

Destaca-se a relação no campesinato entre trabalho, terra e família que estão integrados nos meios de vida dos camponeses, que têm resistido como classe social ao longo da história e, que recentemente, tem se adequadado para manter a produção e a propriedade em conformidade com a atual realidade. As questões agrárias goianas ao longo da história ocasionam a tríade trabalho, terra e família como aparato à resistência no campo, a partir das relações internas

e externas ligadas à unidade de produção. A resistência do campesinato ocorre com adequações e adaptações de acordo com as transformações produtivo-organizacionais vigentes no campo goiano e desencadeadas pelo grande capital.

Mesmo com as adversidades impostas pelo sistema político, econômico e tecnológico-produtivo, o campesinato goiano sempre apresentou relevância para segurança alimentar ao povo goiano e de outros estados, pois os pequenos proprietários de terra sempre produzem a maioria dos alimentos consumidos pela população. No Estado de Goiás vivem milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais que cumprem um papel muito importante para o dia a dia da economia do Estado. Os agricultores familiares são responsáveis por 70% dos alimentos consumidos não só pelo Estado de Goiás como para o país todo (FE-TAEG, 2019). Atualmente essa classe está com dificuldade para se manter no campo, necessitando se adequar e adaptar com a realidade vigente diante das transformações ocorridas no setor agrícola, culminando com a busca de produtividade e competitividade.

Colonização do Brasil, povoamento de Goiás e o predomínio do latifúndio

Os acontecimentos ligados à exploração do campesinato ao longo do tempo se baseiam desde a colonização até os dias atuais no Brasil. No que concerne à adoção da abordagem sobre essa classe e seu movimento de resistência, é necessário buscar informações teóricas desde o início do século XVI, quando teve início o processo de colonização e a consequente exploração do campo no Brasil. O campesinato não foi priorizado nos planos dos colonizadores, pois seus interesses eram voltados à agricultura monocultora extensiva a partir do latifúndio, com objetivo de exportação. Acerca dessa situação, Mendes (2005) destaca que:

O modelo de desenvolvimento brasileiro, desde o período da colonização lusitana, é marcado, historicamente, pelas políticas favoráveis às grandes explorações, em detrimento das pequenas. As pequenas explorações sem-

pre ficaram relegadas a uma posição secundária e/ou subsidiária no contexto das políticas adotadas pelos administradores locais. Com efeito, o desenvolvimento agrícola, gradualmente, promove a exclusão crescente de determinados grupos sociais da agricultura, do mundo rural e do próprio circuito produtivo, favorecendo a criação de uma estrutura econômica internamente concentrada e, externamente, dependente das políticas globais. Essa dinâmica dificulta o aumento da produção para o abastecimento de toda a população e o desenvolvimento social e econômico da sociedade. (Mendes, 2005, p. 67-68).

Desde a expansão territorial do Brasil a partir da costa com destino ao interior com o avanço da pecuária e a instituição das *plantations*, predominou o latifúndio e a marginalização do campesinato. Segundo Velho (2009, p. 104):

A criação de gado, levada a cabo numa área muito extensa e que lentamente avançou para o interior onde quer que houvesse pastagens naturais também deve ser mencionada. Havia também, esparsamente, o que se poderia denominar um campesinato marginal.

Esse movimento avançava para as áreas mais afastadas do litoral em direção ao interior do país, inclusive para o estado de Goiás, deixando a marca da desigualdade, entre o latifúndio e os pequenos proprietários¹. Seguindo o interesse dos grandes proprietários e o avanço do capital, foi ocorrendo a exploração das terras com determinada integração entre a pecuária e a agricultura. “A criação de gado no Brasil a princípio estava inteiramente ligada à *plantation*” (Velho, 2009, p. 106). No caso da exploração da terra no Brasil, Fabrini (2011) assevera que:

A exploração agrícola colonial e o monopólio da posse da terra pelos setores proprietários dominantes indicavam a formação do território latifundiário colonial. A posse da terra era regulada pela Lei das Sesmarias e somente uns poucos, aqueles possuidores de escravos, detinham o seu domínio, formado por grandes lavouras de cana-de-açúcar. O poder do se-

¹Em relação ao tamanho das propriedades a estrutura fundiária em Goiás, apresenta diferenças entre os próprios municípios do estado. Conforme levantamentos comparativos em diversos deles, os estabelecimentos no estado se diferem em até 200 hectares (pequena propriedade); + de 200 até 1.000 hectares (média propriedade) e + de 1.000 hectares (grande propriedade). A concentração da estrutura fundiária goiana é corroborada pelo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2017. (Clemente; Marcelino, 2022).

nhor era derivado não diretamente da propriedade da terra, mas da posse de escravos. Portanto, a posse de escravo permitia a uma oligarquia dominar a terra. Aqueles agricultores que não possuíam escravos serviam de instrumento de senhores para desbravar as terras com a produção de gêneros de subsistência e um pequeno excedente comercializado nas cidades. Os pequenos agricultores desenvolviam atividades agrícolas separadas, mas complementares à grande lavoura, trabalhando na maioria das vezes com a própria família. Essa foi a origem da pequena agricultura no Brasil. (Fabriani, 2011, p. 108-109).

O modelo exploratório foi imposto conforme os interesses da elite agrária com objetivo de acumulação de capital e, conseqüente, marginalização dos camponeses. A reafirmação da permanência do camponês explorado pelo capital, por meio da renda da terra é coerente porque a reprodução do capitalismo no Brasil acontece de modo desigual, combinado e contraditório (Oliveira, 2007). A luta do campesinato para sua entrada e permanência no uso da terra no Brasil e em Goiás, respectivamente, se deu a partir de embates contra o sistema produtivo rural e o Estado.

Compreendemos a conflitualidade como uma relação inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa relação ocorre pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária: o território do campesinato e os territórios do latifúndio. (Fernandes; Girardi, 2009, p. 340).

Sendo assim, foi provocada uma dinamicidade socioterritorial exclusiva do campesinato. Fato que se tornou realidade em Goiás desde a exploração no território goiano para utilização das pastagens naturais do Cerrado para criação de gado e, posteriormente, o avanço da monocultura de grãos. Os acontecimentos foram gradativos, procedendo desde o povoamento instituído com a atividade agropastoril e intensificado na segunda metade do século XX, com a tecnificação dos processos produtivos a partir da Revolução Verde com objetivo de expansão da monocultura, explorando o Cerrado e transformando os costumes de vida e trabalho dos camponeses.

Trabalho, terra e família: bases de resistência no campo goiano

As desigualdades socioespaciais entre o latifúndio e o campesinato se tornaram evidentes em Goiás, pois o latifúndio sempre esteve na busca de lucro máximo em curto espaço de tempo com exploração do solo, da água, do bioma Cerrado e dos povos (trabalhadores, populações tradicionais e camponeses), enquanto o campesinato sempre almejou buscar sua reprodução social e satisfação das necessidades da família, tendo como consequência melhor distribuição de renda, apoiados nos vértices trabalho, terra e família. “A terra, o trabalho e a família formam uma tríade que compõe a racionalidade camponesa. Na terra, dá-se a relação entre a vida e o trabalho, a partir da composição e integração familiar” (Silva, 2019, p. 56).

Seguindo esse balizamento de relações do campesinato, Woortmann (1990, p. 23) discorre que [...] “nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”. No campesinato existe apego à terra pelos sujeitos envolvidos, pois a mesma possibilita a integração da família que tem a sustentabilidade através do trabalho diversificado, a partir das ações (tarefas) realizadas na propriedade.

O campesinato está ligado diretamente às pessoas que trabalham no campo, denominadas de camponeses. É importante assegurar a importância da palavra “camponeses” como conceito, pois esses sujeitos representam a sua categoria social no campo, que refletem nas suas lutas pela terra e para manter-se nas mesmas. Para Martins (1981), a palavra camponês não designa apenas o seu nome (nomenclatura), mas também o seu lugar social, não apenas o espaço geográfico no campo, mas na estrutura da sociedade.

De acordo com Oliveira (2018, p. 15), “O camponês é aqui entendido como classe social, sendo parte do capitalismo, mas que não absorve integral-

mente sua lógica, pois resiste às formas de apropriação da renda camponesa da terra pelo capital”. Para Chayanov (1974), o objetivo principal da produção camponesa é o sustento da família, não sendo objetivo primordial a maximização de lucro.

O conceito em questão é pertinente, uma vez que dá as ferramentas necessárias para entender as estratégias de reprodução camponesa no espaço agrário (Oliveira, 2018). Enquanto para Shanin (1983), os estabelecimentos camponeses sempre foram caracterizados pelo intenso vínculo entre o trabalho, a terra e a família, sendo o diferencial do campesinato em relação ao latifúndio é a organização interna da unidade camponesa, a qual está baseada num estreito liame com o trabalho, terra e família compreendida como patrimônio familiar.

Segundo Venâncio (2008, p. 51) “A partir do labor com a terra, “faça chuva ou faça sol”, constroem e reconstroem histórias, sobrevivendo nas suas terras e se reproduzindo social e biologicamente”. Enquanto Martins (1981) afirma que a terra do camponês é de trabalho, utilizada para a reprodução simples do grupo familiar. Sobre isso, Fernandes (2012), descreve que:

Entre as inúmeras referências que podem ser utilizadas na definição de território camponês, o trabalho familiar, por ser estrutural, é uma das mais importantes. A organização familiar do trabalho e o conjunto de características relacionadas a ela diferencia o território camponês do território capitalista (Fernandes, 2012, p. 748).

Neste contexto, Fernandes (2012) discorre que a família é reproduzida dentro do próprio campesinato como proliferação da vida desses sujeitos.

O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. (Fernandes, 2012, p. 746).

O campesinato goiano é representado por famílias (mulheres, homens, filho(a)s, noras, genros e avós) que vão reproduzindo a força do campo e que estão nas lutas diárias nas tarefas cotidianas do campo. Em alguns casos quan-

do a família vai aumentando o número de pessoas, seja por casamento ou nascimento, são acrescentados novos cômodos na casa principal da propriedade ou constroem outra residência nas proximidades com objetivos de integração e trabalho coletivo.

Concernente à ligação do trabalho, da terra e da família, Lamarche (2008) considera as questões relativas à propriedade fundiária familiar, à importância atribuída à posse da terra e ao apego à mesma. No tocante ao campesinato, o referido autor afirma que seus membros consideram a terra como patrimônio familiar. Santos (1984) destaca que a propriedade camponesa é, ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo.

O apego dos camponeses à terra está muitas vezes relacionado não apenas com a propriedade física, mas também com os laços culturais, sociais e econômicos dos mesmos com a terra. Estas ligações profundas podem estar enraizadas nas tradições familiares, nas práticas sustentáveis e no papel central que a terra desempenha nos meios de autoconsumo e estilos de vida dos agricultores.

Portanto, muitos agricultores valorizam práticas agrícolas que promovem a saúde do solo, a diversificação das culturas e mantenham o equilíbrio ecológico. No entanto, alguns utilizam agrotóxicos, o que provoca impactos negativos na saúde humana, no ambiente e na sustentabilidade a longo prazo. A utilização destes produtos se deve à pressão econômica, à necessidade de aumentar e/ou acelerar a produção. Neste contexto, é necessária a sensibilização para os impactos negativos dos agrotóxicos, levando os produtores a procurar métodos mais sustentáveis, como a agricultura orgânica, a rotação de culturas e a gestão integrada de pragas.

Muitas vezes, a insuficiente extensão das terras exploradas por esta categoria de proprietários rurais e a situação de exploração a que estão submetidos, bem como a falta de recursos, falta de crédito adequado às suas necessidades, ausência de assistência técnica, de orientação e de políticas públicas efetivas destinadas a ampará-los, representam a nosso ver, os principais fatores desencadeadores, nesse caso, dos problemas ambientais. Buscando o aproveitamento “máximo” da pouca terra disponível, eles terminam por não respeitar a área de preservação permanente (APP), utilizam

insumos visando “reduzir os custos de produção” e também não contam com recursos e/ou informações para a adoção de procedimentos e manejos, visando à correção do solo, a construção de terraços, a implantação de curvas de nível e outros (Clemente, 2015, p. 101).

O equilíbrio entre o apego à terra, a sustentabilidade agrícola e a pressão para aumentar a produção é um desafio complexo enfrentado neste meio. Sobre o apego à terra, Clemente (2011) argumenta que:

Por operar em menor escala, sob outra “lógica”, pelo “apego” à terra que possuem os pequenos proprietários rurais, pela maior integração da produção à dinâmica natural em função da diversificação produtiva (pecuária bovina, suínos, aves, conjugados com a produção agrícola), tende a haver “maior harmonia” com o sistema e o ritmo da natureza (Clemente, 2011, p. 148).

A conscientização, a sensibilização, a educação e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis são necessárias para desempenhar uma ação fundamental na procura de soluções mais equilibradas entre produção e preservação. A integração de atividades diversificadas na propriedade se torna relevante para permanência e resistência dos sujeitos (família) no campo. É importante ressaltar que, o campesinato sempre foi importante também na sua função social.

Neste contexto, os hábitos, costumes, habilidades, conhecimentos e saberes dos camponeses estão enraizados nas relações sociais e no ambiente em que vivem. As práticas agrícolas podem ser influenciadas pelo clima local, pela Geografia da região, pela disponibilidade de recursos naturais e pelas técnicas produtivas.

Os modos de vidas dos camponeses são compostos por hábitos, costumes, habilidades, conhecimentos, saberes, fazeres que, manifestados, no lugar, em seu cotidiano, vão se estabelecendo como parte de relações que se constituem nas territorialidades e no espaço vivido (Souza, 2013, p. 49).

Segundo Woortmann (1990, p. 24) “Apesar da variedade com que tem sido construído o conceito de camponês, ressalta um ponto comum: o caráter familiar do trabalho”. Com a necessidade de comercialização de alguns produ-

tos, os camponeses enfrentam algumas condições desfavoráveis, pois a competitividade com a grande produção e o grande capital sempre provoca empecilhos a essa classe no contexto de valorização de suas mercadorias. Apesar das atividades a serem desenvolvidas no contexto familiar, existe a necessária relação com o mercado.

Na sociedade capitalista, o camponês deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e, portanto, com o capital. Mas, ao mesmo tempo, ao não ser empregado, assalariado, de outrem, aparece como a pessoa que trabalha para si mesma, com sua família. O seu trabalho é independente, mas sua vida está residualmente articulada com a trama de relações do mercado (Martins, 2002, p. 65).

Destaca-se um paradoxo presente na condição do camponês na sociedade capitalista. Por um lado, o camponês precisa ter alguma relação com o mercado, o dinheiro e o capital para sobreviver e prosperar em um sistema econômico dominado por esses elementos. No entanto, ao não ser um empregado assalariado, ele se apresenta como alguém que trabalha por conta própria, aparentemente livre das amarras do emprego subordinado.

Essa independência aparente, no entanto, é contrabalanceada pela realidade de que sua vida de camponês está conectada às complexas teias de relações do mercado. Embora possa trabalhar de forma independente em suas terras, sua produção muitas vezes está sujeita às flutuações e demandas do mercado. Além disso, sua capacidade de acesso a recursos, e tecnologia é influenciada pelas dinâmicas do mercado, o que pode restringir sua verdadeira autonomia.

Portanto, a conclusão a que se pode chegar é que, na sociedade capitalista, o camponês vive uma dualidade complexa: ele é tanto um trabalhador independente quanto um participante indireto nas relações e estruturas do mercado. Essa dualidade reflete a interseção entre a autonomia relativa do trabalho camponês e a dependência residual das forças do capitalismo, destacando assim as nuances e contradições inerentes ao papel do camponês na economia contemporânea.

Considerações finais

Caminhando para uma posição final do compreendido com a pesquisa, percebe-se, que desde o período da colonização do Brasil e do povoamento do estado de Goiás o campesinato padece com a falta de investimentos por parte do Estado que sempre priorizou o latifúndio. Ao longo da história os camponeses lutam para manter suas produções e terras, respectivamente.

Mesmo com as transformações impostas no campo pelo sistema capitalista em parceria com o Estado, propulsando a monocultura em busca incessante de lucro, diversos sujeitos do campo ainda continuam com suas atividades laborais, com expectativa de boa qualidade de vida, com preservação das questões dos laços familiares, porém, são pressionados pelo mercado.

Com base nos pressupostos apresentados, percebe-se que é compreendido erroneamente como sinais que o campesinato é uma classe em vias de extinção, trata-se de um processo de adaptação e (re)significação no limite do sistema produtivo imposto no campo goiano. O campesinato produz e relaciona com o mundo globalizado, pois propulsionam adequações e adaptações necessárias para a permanência no campo, proliferando sustentabilidade.

É importante assegurar que o campesinato apresenta uma diversidade produtiva no campo que é de grande relevância. Os governantes devem propor novos projetos e/ou reforçar os já existentes voltados ao campesinato, a partir de políticas públicas direcionadas à essa importante classe que deve ser fortalecida com intuito de reproduzir o campesinato goiano como forma de resistência.

Referências

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEMENTE, Evandro César. A agricultura familiar e a questão da sustentabilidade: alguns pontos para o debate. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 88-108, dez/2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/34354/19932> - Acesso em: 12 de fev. 2024.

CLEMENTE, Evandro César. **O programa de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales/SP**. Tese [Doutorado em Geografia]. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

CLEMENTE, Evandro César; MARCELINO, Marcos Antonio. Políticas Públicas e o Processo de Tecnificação da Agricultura em Goiás. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 11, n. 2, p.209-234, 2022.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 7, n. 07, p. 97–112, 2011. DOI: 10.5418/RA2011.0707.0007. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=ptBR&user=SfPEmtcAAAAJ&citation_for_view=SfPEmtcAAAAJ:R3hNpaxXUhUC. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território camponês**. Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GIRARDI, Eduardo Paulon. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonildo Servolo de et. al (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 339-366 p.

FETAEG - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás. **A força da agricultura familiar**. Ano XVII - Edição 157 – Junho, 2019.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura Familiar: Comparação Internacional.** Volume II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101442/mendes_epp_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y-. Acesso em: 01 de fev. de 2023.

OLIVEIRA, Ariel Pereira da Silva. **Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato.** Revista do Instituto de Ciências Humanas – vol. 14, nº 20, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho.** São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda:** Sociología Política del Campesinato en una Sociedad en Desarrollo (Rusia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil.** Revista NERA, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 243 p. ISBN: 978- 85-99662-92-2. Available from SciELO Books.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança:** tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de concentração: Geografia e Gestão do Território, 2008.

WOORTMANN, Klaas. “**Com parente não se neguceia**” o **Campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990, p. 11-73.

PARTE 2

Territorialidades tradicionais goianas



Comunidade Kalunga, Vão de Almas/Cavalcante (GO).
Fonte: Alciléia Conceição Cesário de Torres, 2023.



A PAISAGEM NA ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA

Karla Teixeira de Aguiar-Nascimento

Carlos Roberto Pereira da Conceição

Lorranne Gomes da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-A

Introdução

Após a participação no VI Sigeoliterart – “Uma Geografia que ousa dizer o nome: paisagens, arte, trabalho e turismo”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em novembro de 2022, onde o professor Dr. Otávio José Lemos Costa, da Universidade Estadual do Ceará trouxe provocações a partir da paisagem vernacular percebida na obra “Sertanejos” de José de Alencar, produziu-se uma leitura sobre a paisagem da arquitetura vernacular¹ Kalunga, como desdobramento da pesquisa de mestrado² desenvolvida na Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante (GO), iniciada em 2021 (PPGEO) no mesmo programa supracitado.

Com o auxílio direto de Carlos Roberto Pereira da Conceição, bioconstrutor³, atual presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK) e também

1 A arquitetura vernacular está associada às práticas ancestrais, onde as mudanças ocorridas são fruto de uma hierarquia de valores, que refletem sobre os tipos de construções de povos, comunidades e sociedades.

2 A pesquisa conta com parecer substanciado do Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás.

3 Idealizador do Projeto Ciranda, um coletivo de bioconstrutores Kalunga.

mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios/UnB 2023, palmilhou-se a Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante (GO) a qual apresenta características singulares no que diz respeito a apropriação do Cerrado de forma vernacular, através de valores e sentimentos na construção de uma paisagem ancestral presente no imaginário destes sujeitos (Berdoulay, 2012).

O diálogo toca a paisagem construída pela arquitetura vernacular por ser uma temática marginalizada, pouco abordada pela/na Geografia. Mas compreendeu-a através da perspectiva do sujeito, aquele que conhece a terra, luta e r-existe (Porto-Gonçalves, 2015) pela prática ancestral, que em muitos casos, está intrínseca à sobrevivência não só cultural, mas do sujeito, pois faz parte da subsistência (Dittrich, 2004, p. 247) de muitos Kalunga.

Como a abordagem permeia o território politizado e estabelecido pelo Estado, fez necessária uma apresentação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga através do “território vivido” reverberado por Raffestin (1993, p.158), mesmo que a categoria de análise seja a paisagem, compreendida pela relação do sujeito com o ambiente físico, criando interdependência para a formação da cultura e moldada conforme o tempo (Sauer, 1925).

Para Santos (1996), essa dimensão dada pela relação no espaço tempo contribui para a percepção da paisagem a qual sofre adequações conforme necessidade da comunidade, vista como o avanço do próprio espaço a partir da percepção de mundo adquirida pelo sujeito no lugar (Dardel, 2011).

É notório que a paisagem possui contribuições de outras categorias de análise da Geografia, as quais não interferem em sua totalidade. Dessa forma, a paisagem símbolo, vernácula, interpretada aqui através dos saberes e fazeres Kalunga, é materializada como manifestação da cultura (Marandola Jr., 2010, p. 22).

Nesse sentido, a Geografia, através desta análise, elucida como a arquitetura vernacular se consolidou no território, contribuindo com a formação da

paisagem. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem etnográfica a partir da vivência do Coletivo Ciranda Viva, constituído por onze bioconstrutores de origem Kalunga, que auxiliaram na compreensão dos usos da arquitetura vernacular em Cavalcante, e os desafios enfrentados para a perpetuação da prática, principalmente entre os Kalunga.

Diante disso, entendeu-se como necessária a proposta, a apresentação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), pois conforme Estatuto e Regimento Interno da AQK (2019, p. 12), o SHPCK ocupa cerca de 261.999 mil hectares, sendo que 71% deste total está em Cavalcante, 15% em Terezinha de Goiás e 13% em Monte Alegre.

Cavalcante possui uma população majoritariamente quilombola Kalunga⁴, conforme Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), e sofre pressões da economia do turismo que influencia na alteração do espaço arquitetônico, pois a bioconstrução foi absorvida pelo capital, produzindo uma arquitetura que não dialoga com os princípios vernáculos, além de não contemplar mão de obra local, pois boa parte dos profissionais contratados vem da capital do Estado, Goiânia, ou da capital federal, Brasília.

O Kalunga: representação da paisagem vernacular

Localizado no nordeste goiano, o território Kalunga foi reconhecido como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK) em 1991, através da Lei Estadual Nº 11.409/1991 e em 2014 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), concebeu o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CCDRU) do território de Goiás.

A geomorfologia da região de serras e morros divide as comunidades, resultando nos núcleos comunitários do Vão do Moleque, Vão de Almas, Vão da Contenda, Ribeirão dos Bois e Engenho II. Para a realização da pesquisa, ancorou-se no município de Cavalcante, que possui maior porcentagem do SHPCK.

4 O Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) mostrou que Cavalcante possui 9.589 moradores, sendo que 5.473 destes se autodeclararam quilombolas Kalunga.

O fato de terem suas vidas organizadas em uma região de difícil acesso, os fez isolados por muitos anos, o que contribuiu para produção de uma prática vernacular própria, única, presente no vocábulo, nas ladainhas que entoam cânticos, nas rodas de sussa⁵, bem como na organização das roças de toco que, para Cunha (2020, p. 88), anunciam o “calendário agrícola Kalunga”, nas cercas e nos currais de madeira cerradeira, incertas, cruzadas, sem uso de ferramentas como pregos, além dos canteiros suspensos, assim como nas moradias, organizadas em sua maioria com duas casas, onde uma funciona a cozinha e na outra a área íntima, com os quartos.

Características estas, que compõem a paisagem vernacular Kalunga, amparada por uma ancestralidade de África, acumulados de muitas gerações (Santos, 1985) os quais legitimaram o reconhecimento do SHPCK, tal como do território pela Fundação Palmares e Ministério da Cultura em 2000, conforme informação disponibilizada por Mapa de Conflitos (2023).

Diante do pressuposto, mesmo que se proponha uma leitura da realidade a partir dos sujeitos participantes, teve-se dificuldades em estruturar uma base teórico-conceitual da categoria paisagem em uma perspectiva decolonial na Geografia Cultural. Assim, o alicerce que aqui foi feito ainda é eurocêntrico, dessa forma, tem-se como prelúdio do arcabouço teórico Schuter (1920), onde o autor provoca a Geografia a pensar a paisagem para além dos elementos físicos, compreendendo, a partir daí, que foi necessário beber de outras ‘águas’.

À vista disso, aproximou-se de ciências como a Antropologia, Sociologia, para melhor tocar os fenômenos, mesmo que alguns teóricos não os considerem como objeto de análise da/na Geografia, embora Costa (2020) aponte que a ciência geográfica tem apresentado consideráveis avanços na leitura cultural fenomenológica.

Sobrepondo a este fato, o Kalunga de Cavalcante se mostra atento as possíveis formas de ressignificar a paisagem a partir de sua autonomia, mesmo que

5 Tradicional dança Kalunga, “não um espetáculo” (Santos, 2011, p. 87) realizada por mulheres, embaladas pelo ritmo de pandeiros e tambor de onça (cuica).

para Fanon (1961), o processo de descolonização não possibilita a liberdade de todos os paradigmas. Assim, o povo em algum momento se sente tutelado pelo Estado ou por pressões do próprio sistema.

Estas tutelas se estendem à universidade, pois ao contrário dos avanços epistêmicos conceituais que ocorreram na categoria território, considerada a “‘menina dos olhos’ da Geografia” (Aguiar-Nascimento; Barbosa, 2023, p. 102), pouco se avançou na leitura da paisagem, principalmente quando analisada pelas práxis populares. Dessa forma, evidencia-se uma relação de dependência teórico ontológica eurocêntrica, ainda presa ao morfológico.

Sob esta ótica, Magnoli (1982) afirma que a paisagem é onde se codifica uma sociedade especificamente urbana, ficando o recorte rural, quilombola, mas uma vez em segundo plano, assim como a Geografia Cultural se posiciona na Geografia Regional. Diante disso, aqui, para se ter um respaldo teórico, a paisagem associou-se a categoria território, criando-se então a “paisagem territorial”, conforme Barroso (2006, p. 20).

No Brasil, Corrêa (2009, p. 3) aponta o quanto o trato com a Geografia Cultural é recente e, isso associado a falta de interesse acadêmico em abordar a paisagem, faz desse cenário uma matéria fértil para novos olhares, novos apontamentos que se distanciam de temáticas reluzentes presentes no arcabouço do apressamento neoliberal.

Dessa forma, o Kalunga, quilombola rural, que manteve sua vida regida pelo ambiente, baseado em sua ancestralidade, criou técnicas que territorializam a paisagem através de arranjos políticos, econômicos e culturais.

Assim, ao citar Sack (1986, pág. 219), Haesbaert (2004) define este desdobramento territorial a partir da relação estabelecida entre o “sujeito e a terra, como estes agentes se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”. Esta experiência produz o território funcional e o território simbólico, onde o primeiro determina a produção do espaço, tendo como exemplo a prática do ecoturismo em Cavalcante por influência da característica geomorfológica e

hídrica da região, enquanto o segundo está associado ao espaço vivido (Claval, 2009, p.10) percebido, o lugar de fé, produção da farinha (Cunha, 2018), o terceiro como extensão da casa (Dias; Laureano, 2019).

Nesse sentido, a paisagem vernacular se constitui a partir do significado, que é temporário (Corrêa, 2009) e exposto a inúmeras interpretações que refletem a experiência do sujeito no mundo (Hall, 2016), assim constituem as produções que alicerçam os diálogos de geógrafos(as) culturalistas.

Corrêa (2009, p. 3), ao citar Claval (2001), reproduz uma provocação recorrente, onde o autor busca amparo para compreender o fundamento das mudanças ocorridas nos lugares: “por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira?”

Corrêa (2009) neste momento desconsidera o fato das sociedades, povos, comunidades tradicionais estarem expostas a um modelo de produção, que age de forma opressora, logo, estes grupos reagem a este processo, impulsionando as transformações sociais que refletem diretamente em novos paradigmas na abordagem científica.

No que se refere a paisagem vernacular Kalunga, a qual representa uma identidade étnica, as mudanças foram ocasionadas pelo acesso aos bens de consumo, pelos cercamentos das “dádivas gratuitas” água, terra e subsolo (Gonçalves, 2022) da paisagem cerradeira, pela implantação de políticas de infraestrutura habitacional pelo Estado de Goiás.

É notório que muito do que foi alterado por influência das pressões socioeconômica e política na comunidade Kalunga de Cavalcante, passam hoje por um processo de ressignificação iniciado no momento em que o Kalunga se autodeclara como um quilombola e se reconhece dentro de um território, lutando pela sua titulação, Assim, elementos culturais antes vistos como entraves, agora legitimam sua permanência no lugar.

Esta mudança de percepção está associada à inserção do Kalunga em espaços que antes os fora negado, tendo em vista a universidade. Este movimento

de quilombolas rumo às instituições de ensino superior, propõe o que Mignolo (2008) afirma ser “desobediência epistêmica” a partir da análise da “identidade na política”, onde direitos são negados a uma população tida como inferior.

Assim, amparados pela Constituição Federal 1988 e reforçado pelo Decreto 6.040/2007, asseguraram seus direitos com luta e re-existência. Dessa forma, repensam a organização das comunidades, políticas públicas ofertadas como educação, saúde e infraestrutura habitacional. Esta última impulsiona a análise, pois Cavalcante está inserido na região da Chapada dos Veadeiros, possui potencial turístico e sofre com o assédio de empreendimentos hoteleiros, pensados por quem não é da cidade.

Este cenário de pressões, contribuiu para com a luta de jovens lideranças as quais fazem parte do Coletivo Ciranda Viva, pois vêem que a bioconstrução foi apropriada pelo capital, tornando-a inacessível inclusive para quem a tem como parte de sua história, sua identidade, o ser Kalunga.

Arquitetura vernacular Kalunga

A técnica vernacular que é utilizada dentro da comunidade Kalunga para a construção de casas, no presente é empregada na edificação de grandes empreendimentos hoteleiros para atender à turistas nacionais e internacionais. Este modelo de construção que harmoniza com a proposta mercadológica implantada na paisagem urbana e rural de Cavalcante, desconsidera sua origem, seus sujeitos precursores.

Para muitos Kalunga que atuam como bioconstrutores, além de terem esta prática como fonte de renda, ela é também uma forma de fortalecimento da identidade dentro e fora do território a partir dos saberes e fazeres (Claval, 2004), logo, posicionar-se contra o modelo adotado pelos empreendimentos é uma forma de re-existir a descaracterização da técnica.

Dessa forma, compreender a paisagem vernacular a partir da arquitetura Kalunga é também analisar a paisagem cultural e suas funcionalidades, isso se deu através do cotidiano, a partir da evolução orgânica da técnica e pela intervenção do mercado hoteleiro.

Partiu-se então da percepção de Caul Sauer (2009), principalmente ao observar que a paisagem vernacular Kalunga, representada pelos traços culturais possui uma área de influência fora do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, seja em Cavalcante ou dentro da região da Chapada dos Veadeiros.

Sauer (2009) em diálogo com Humboldt, define a paisagem a partir de sua forma, assim arquitetura vernacular pode ser descrita em uma linha temporal a partir de uma análise comparativa. Nesse sentido, nota-se que as casas mais antigas, não eram/não são avistadas das estradas, tão pouco do rio, pois se camuflam na paisagem cerradeira, assim, Jatobá (2002) considera ser uma estratégia social ancestral de invisibilidade adotada pelas comunidades.

As residências mais recentes já são percebidas na paisagem, pois estão próximas às rodagens⁶, mas permanecem com características semelhantes às precursoras. Dessa forma, contrapondo a proposta de Sauer (2009), a paisagem vernacular está para além do funcional, assim, o simbólico atua e perpetua na organização destes espaços tempo, principalmente quando os sujeitos se dão conta de seu papel na conservação de sua cultura como parte da identidade de um povo, como o Kalunga.

Muitas são as moradias que já apresentam um consórcio de técnicas, onde se mistura a arquitetura vernacular com propostas contemporâneas, como a alvenaria. Conforme dados pontuados pelo Coletivo Ciranda Viva, até mesmo o Kalunga tem desprezado a construção tradicional com adobe e fazem uso de casas de alvenaria.

Para o Coletivo, esta desvalorização das moradias com arquitetura vernacular pelo Kalunga inicia-se nos anos 2000, com a política de infraestrutura habitacional e sanitária, criada pelo governo federal, pois as casas por muito tempo foram consideradas criadouros do barbeiro (casas de taipa), inseto transmissor do parasita da doença de chagas. Para controle sanitário, foram construídas casas de solo-cimento e banheiros sanitários em várias comunidades de Cavalcante nos anos de 2004 e 2005.

⁶ Termo utilizado pela comunidade para se referirem às estradas vicinais.

A política implantada pelo Estado de forma superficial, desconsiderou elementos da cultura, pois alterou-se a organização da casa a qual era e é pensada a partir da relação do sujeito com o Cerrado. Desfez-se dos anexos da residência principal para comportar o fogão a lenha, reorganizou o vínculo com o terreiro, os girais, ou seja, não se estimulou a ressignificação da técnica para atender uma demanda sanitária, mas gerou medo, enfraquecimento da arquitetura vernacular.

Como a casa aqui é fundamental para a análise, baseia-se em Jackson (1997) que a considera o cerne para a organização de um grupo social. Dessa forma, o Coletivo Ciranda Viva tem desenvolvido ações junto a instituições como a Universidade de Brasília, para ressignificar a técnica, assim como para fortalecê-la junto à comunidade.

Assim, o polimento da técnica pelo Kalunga tem ocorrido de forma gradativa a partir de formações, contribuindo para a capacitação da mão de obra a qual não é absorvida pelos empreendimentos hoteleiros locais.

Para o Coletivo Ciranda Viva, as pousadas e hostels utilizam a técnica vernacular para atrair um público que paga pela experiência sustentável, mesmo que o processo de estruturação não ocorra de forma consciente por parte do diligente. Assim, cria-se um modismo o qual não atende as demandas do empreendedorismo de base comunitária.

Considerações finais

Considerou-se a participação do Coletivo Ciranda Viva como fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais produzidos através da arquitetura vernacular Kalunga, uma vez que a casa representa o ponto inicial da análise. Assim, pensá-la no espaço/tempo é também perceber sua exposição a inúmeras manifestações do capital.

Diante do assunto posto, o quilombola, assim como a Geografia Cultural a partir da leitura da paisagem, re-existe todos os dias e propõe que pesquisa-

dores se posicionem a favor de uma horizontalização da abordagem popular, tornando-a encorpada, sólida.

Já para a ressignificação da técnica vernacular Kalunga na arquitetura como formas de manter a prática ancestral, recomenda-se que o grupo gestor do município de Cavalcante crie uma lei orgânica no próximo plano diretor municipal, a qual norteie as construções vinculadas ao setor hoteleiro e imobiliário, fazendo com que sejam respeitados os princípios vernáculos do Kalunga.

Referências

AGUIAR-NASCIMENTO, K.T; BARBOSA, W. A. Chão de sentimentos: o território Cerrado e as territorialidades cerradeiras na poesia de Bernardo Elis. **Revista Territorial**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Universidade Estadual de Goiás, 2023.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. C. (Org.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>.

CLAVAL, P. (2009). O Território na transição Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, 1(2), 7-26, 2009. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13349>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13349>. Acesso em: ago. 2023.

CLAVAL, P. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana. In: **Matrizes da Geografia Cultural**, org. Z. Rosendahl e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

CORRÊA, R. L. **Sobre a geografia cultural**. Instituto de História e Geografia do Rio Grande do Sul, 2009.

COSTA, O. J. L. A paisagem vernacular em “o sertanejo”. **Revista da ANPEGE**. V. 16. Nº 31, p. 320- 331, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: nov. 2022.

CUNHA, Adão Fernandes da. **O Calendário agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas**: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca. Dissertação de Metrado Profissional do Programa em Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais. Universidade de Brasília. Planaltina, 2018.

CUNHA, A. F. A pedagogia Kalunga: saberes e fazeres. In: ALMEIDA, M. Z. C. M.; BALDINO, J. M.; LEITE, M. E. T. B.; *et al.* (Org): **Educação em diferentes espaços sociais**. Editora Folheando. Belém, 2020.

DARDEL, Éric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva. 2011.

DIAS, J. E; LAUREANO, L. C. **Corpo-Território**: Mulher Kalunga. Articulação Pacari, 2019.

DITTRICH, A. **Behaviorismo radical, ética e política**: aspectos teóricos do compromisso social. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

GONÇALVES, Ricardo J. de A. F. **Mineração e o cercamento das águas do Cerrado**. Disponível em <https://midianinja.org/campanhacerrado/mineracao-e-o-cercamento-das-aguas-do-cerrado/>, acesso em: 14 jun. 2022

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed PUC. Rio Apicuri, 2016.

JACKSON, J. B. **Landscape in sight**: Looking at America. Nova York: Yale University Press, 1997.

JATOBÁ, D. **A comunidade Kalunga e a interpelação do Estado**: da invisibilidade à identidade política. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, UnB, 2002.

MAGNOLI, M. M. E. M. **Espaços Livres e Urbanizados**: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese de Livre docência, FAUUSP, 1982.

MAPA DE CONFLITOS – Injustiça ambiental e saúde no Brasil. **Quilombolas Kalunga lutam por direitos, reconhecimento de seu território tradicional, e contra invasões, grilagem e exploração sexual de crianças e jovens**, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/DP25>. Acesso em: mai. 2024.

MARANDOLA JR. E. Geograficidades vigentes pela literatura. In: SILVA, M.A. da; SILVA, H. R. F. (Org.) **Geografia, literatura e arte**: Salvador: EdU-FBA, 2010. p. 21-32.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência-epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: nov. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ AbyaYala/ Quilombola. **POLIS Revista Latinoamericana**. Ciências e sociales: desafios y perspectivas. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/polis/v14n41/art17.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1 ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, M. P. **As representações sociais das práticas corporais na Comunidade Kalunga-GO**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/9530/1/2011_MarcosPauloOliveiraSantos.pdf. Acesso em: nov. 2022.

SAUER, C. The morphology of landscape”, University of California, **Publications in Geography**, vol. 2, n2 2, 1925.

SAUER, C. About Landscape. In: MATHEWSON, K.; **Readings and commentaries**. Baton Rouge: LM Press, p. 38-42. 2009.

SCHLUTER, O. Erdkunde in ihrem Verhaltnis zu den Naturund. Geisteswissenschaften. **Geogr. Anzeig**, v. 21, p. 145 – 52, 1920.



TERRITORIALIDADES DO CERRADO: A TERRA E O PARENTESCO NA COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO

Gladis Cabral Martins

Edevaldo Aparecido Souza

Lorranne Gomes da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-B

Introdução

Trazer à baila a temática “comunidades camponesas”, não é uma tarefa fácil, principalmente em um momento em que se intensificam os discursos políticos e econômicos permeados por ideologias e lógicas capitalistas que têm ganhado ênfase no Brasil, principalmente nas últimas décadas.

Com financiamentos do poder público, a partir de 1990, o capital agrário expande a fronteira do agronegócio, reduzindo os espaços dos pequenos produtores. Assim, no sudoeste goiano, mais precisamente no município de Quirinópolis, observam-se situações em que o camponês é obrigado a ceder sua terra para a produção de grãos ou cana-de-açúcar e, tendo a cidade como destino.

O município é constituído de grandes e médias propriedades, mas ainda existem inúmeras pequenas propriedades, cuja produção familiar é baseada nos modos de vida e costumes que são próprios dos camponeses. Nesse espaço, observa-se a materialização de uma ruralidade presente nos modos de vida que

se fortalece e se recria contraditoriamente, frente ao capital mediado pela produção sucroalcooleira.

A Comunidade Rural do Salgado pode ser considerada como um exemplo desse processo, pois estão enraizados na terra por cerca de sete gerações. No lugar, os sujeitos/as se identificam, sobretudo quando se trata da compreensão da terra como base para a reprodução da família, por meio do trabalho.

Para compreendermos os mecanismos que estruturam os modos de vida na Comunidade do Salgado, este texto, que é parte da dissertação vinculada ao Programa de Mestrado em Geografia, pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), busca resgatar o processo de reocupação¹ do território, assim como os elementos que propiciaram a territorialização naquele espaço.

Apresentamos aqui as considerações preliminares que permitiram construir este ensaio acerca das territorialidades que promovem a consolidação do território cerrado da família Cabral, ao passo que se dá a reprodução dos modos de vida e saberes locais. Para tanto, buscou-se compreender o território salgadense como símbolo, “um lar”, (Haesbaert, 2005), que é revelado de dentro, nas relações estabelecidas naquele espaço para a configuração das territorialidades.

Desse modo, entendemos que as reflexões partem de uma abordagem que tem como referencial o lugar, imprescindível para a compreensão da organização sociocultural da comunidade. Então, considerando o caráter dinâmico e complexo da temática, o território, é analisado a partir da perspectiva do espaço de vivência, ou seja, do lugar, como anuncia Relph (1979) e Tuan (1983), pois este funciona como referência do cotidiano dos sujeitos/as.

A pesquisa empírica se desenvolveu com visitas em campo para observações, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas, ocorridas entre junho de 2023 e maio de 2024, com doze pessoas, as quais correspondem à faixa etária dos mais velhos, herdeiros da terra, que serviram como norteadoras do diálogo.

¹Utilizamos o termo “reocupação” pelo fato de que esses territórios já haviam sido apropriados por povos indígenas.

Adentrando o lugar Comunidade do Salgado

“Eu panhei amor pelo meu lugarzinho, eu gosto demais daqui [...]”
(Flauzina Vieira Ferreira, entrevista, 2024)

A Comunidade Rural do Salgado localiza-se a noroeste do município de Quirinópolis, a aproximadamente 60 km de distância da sede urbana, na divisa com o município de Rio Verde, cuja área abrange o entorno dos córregos Guerreiro e Salgado e margem esquerda do Rio Preto, portanto é uma área cujas terras correspondem aos municípios de Quirinópolis e Rio Verde.

Com presença dominante dos elementos físicos do Cerrado, pelas possibilidades técnicas disponíveis e desenvolvidas, pelas relações sociais estabelecidas e pelo padrão da cultura que se forma a partir da família Cabral no início do século XIX (Martins; Rossi, 2014), é uma comunidade já estruturada e que se materializou por meio da terra, do trabalho e da família.

As famílias se constituem pelas relações de parentesco, vizinhança, amizade e solidariedade, por meio das relações socioculturais, que lhes possibilitam permanecer na terra e estabelecer a identidade camponesa.

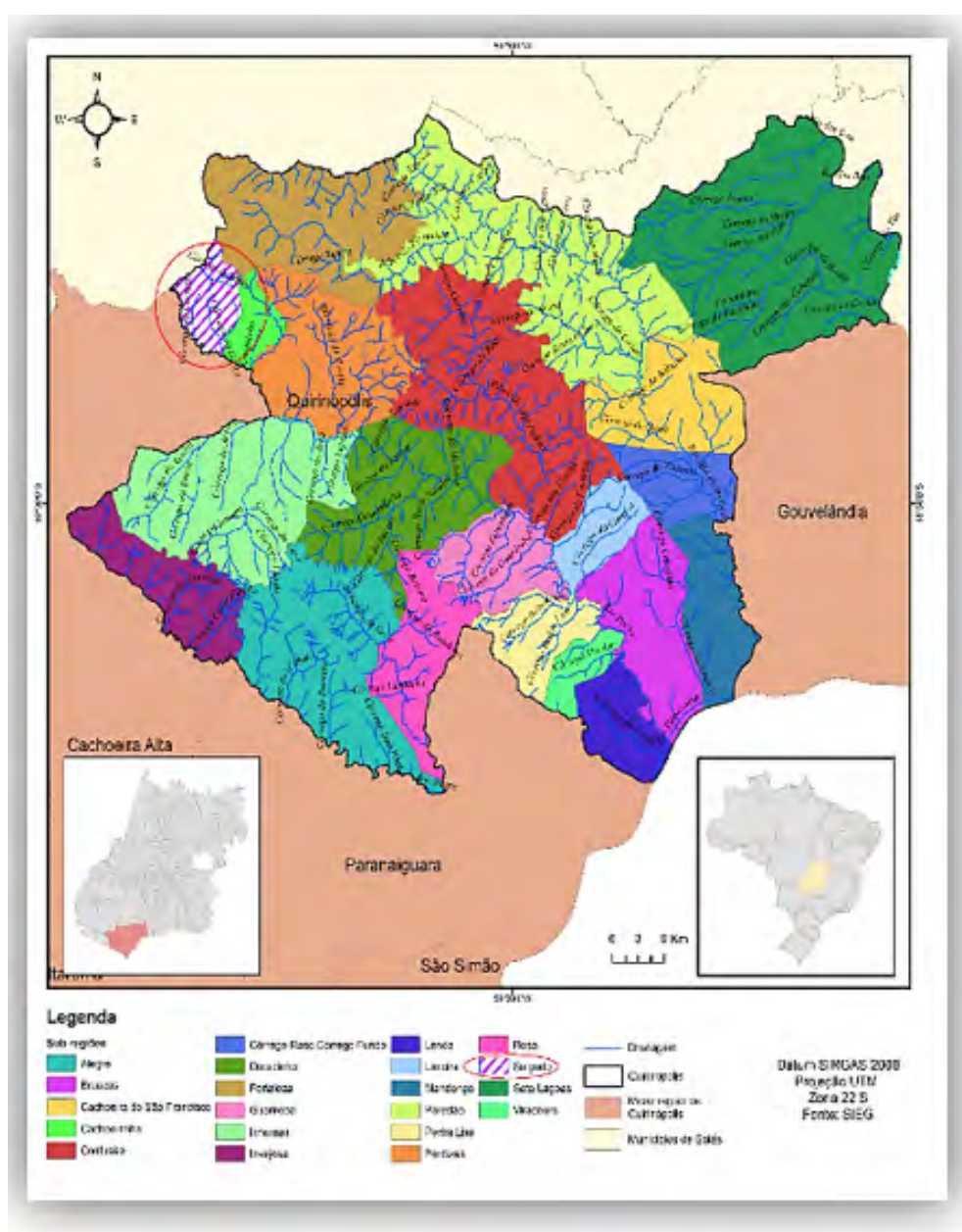
Dessa maneira, a comunidade é um lugar que “[...] significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (Relph, 1979, p. 16-17).

Constituída basicamente por famílias produtoras de leite, pertencentes ao mesmo tronco genealógico das famílias pioneiras, o lugar “Salgado” (Figura 1) remete aos processos vividos, que conduzem a dinâmica do território familiar e criam o território camponês.

Nesse processo, reside uma trajetória histórica que implica a relação das famílias camponesas com a porção do Cerrado goiano, sobre o qual constroem suas bases culturais, edificadas pelos saberes e fazeres, das formas de expressão, e dos lugares, como o cemitério, a escola, a igreja, a venda e o campo de futebol.

Na lógica da vivência, a natureza é transformada em “fragmentos e sistemas da cultura” (Brandão, 2009), representada por um universo simbólico compartilhado pelo grupo social. Assim, o espaço reocupado, nomeado e construído sob a mesma base familiar foram transformadas simbolicamente pelos sujeitos/as, em um chão de sentidos, entendido por Brandão (2009), como “substâncias de nossos atos”, ou como escreve Tuan (1983), em “lugar da experiência”.

Figura 1 – Mapa das regiões administrativas de Quirinópolis e localização da Comunidade Salgado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Quirinópolis, adaptado por LEITE, Luiz Humberto de Oliveira, 2023.

A rica toponímia que designa a comunidade, assim como o córrego e a serra, remete aos processos vividos em outros tempos. A comunidade representa uma construção subjetiva, um símbolo da cultura local, submersa em substâncias arraigadas aos modos de vida de origem comum, assim como em características naturais/físicas do Cerrado. De tal modo que esse grupo social remonta à memória de fatos e acontecimentos que subsidiam a história da comunidade.

Essas formas de organização da sociedade, de acordo com Cândido (2010, p.28), “[...] se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos que dispõem para satisfazê-las. À luz de Cândido (2010), é possível considerar que a formação da “teia” cultural, que caracteriza o lugar “Salgado”, pode estar ligada às condições que a comunidade, que se formava no início do século XIX, dispunha para ter acesso à terra, ao trabalho, às relações sociais, de produção e a religiosidade, como condição para a reprodução social da família, na terra, patrimônio geracional.

Essa concepção admite enunciar que a terra e as relações de parentesco, vizinhança e compadrio, no contexto do plano vivido, podem ser consideradas como recursos que a comunidade camponesa provinha para elaboração dos sistemas culturais (material e imaterial) que caracterizam o Salgado.

Esses recursos propiciam à comunidade formas próprias de organização sociocultural, advindas das tradições, dos hábitos e dos costumes. Logo, a relação simbólica com o lugar é revelada principalmente na relação com a terra, com o trabalho, com a família/parentes, com a religião e com o Cerrado.

Esse comportamento é explicado a partir do conceito de *habitus*, de Bourdieu (1996), formado a partir da acumulação do capital cultural, das formas de viver, de agir, das práticas culturais, por meio das vivências, adquiridas nos espaços sociais, dotados de regras específicas, que no Salgado pode ser entendido como a igreja e a família. São essas instituições que vão estruturar as atividades socioculturais na comunidade. Essas instituições parecem permitir à comunidade dar continuidade às tradições, como forma de manterem a identidade e os vínculos com o lugar.

Raízes históricas: origem do lugar

“Aqui tudo é parente, tem pouca gente que não é, mais antigamente era”
(Altamiro Guimarães Cabral, Entrevista, 2023)

Sublinhamos que não é possível precisar, com exatidão, a origem da comunidade, pois as fontes de informações para essa abordagem são limitadas, uma vez que não há registros históricos abundantes ou mesmo por remontar a tempos imemoráveis, cujo período não abarca a memória dos entrevistados. Logo, torna-se difícil registrar de forma precisa fatos e acontecimentos que permearam a história mais antiga que deu origem a Comunidade do Salgado.

Nesse sentido, toma-se como referência a pesquisa de Martins e Rossi (2014), na qual apontaram que o início da reocupação da área da comunidade em estudo se deu com a chegada da família de José Cabral e seus três filhos José Cabral Filho, Joaquim José Cabral e Anicésio José Cabral, dando origem à família Cabral. Contudo, os pesquisadores não conseguem precisar sobre o tempo e as condições que levaram essa família a fixar moradia naquele espaço, mas consideram possível que essa família tenha feito parte dos fundadores de Quirinópolis.

Essa sugestiva é ratificada pelos registros de Sagim Junior e Sagim (2000) ao salientar que José Cabral exerceu a função de zelador da primeira Capela de Quirinópolis, construída de madeira no início da segunda metade do século XIX. Parreira e Mattos (2010) mencionam ainda que Anicésio José Cabral e Joaquim José Cabral fizeram parte da comissão construtora da nova Capela Nossa Senhora D’Abadia do Paranaíba, cuja pedra fundamental foi doada por Joaquim José Cabral em 1913.

Embora as referências bibliográficas não forneçam informações sobre a instalação da família Cabral no município, é possível arrazoar que a história de ocupação da área que corresponde a comunidade se cruza com a história da origem e ocupação de Quirinópolis em 1832. Período que corresponde também às

ocupações do sudoeste goiano, que a isenção de impostos pelo então governo provincial da época, Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, por um período de 10 anos, atraiu fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo.

Quanto à **apropriação das terras** no município de Quirinópolis, Santos e Santos (2015) asseveram que a forma mais comum era a posse de terras devolutas, com extensões e limites aleatórios (Santos; Santos, 2015, p.42). Tais observações são evidenciadas na área ocupada pela família Cabral naquela época, que correspondia a:

[...] uma extensa faixa de terra que compreendia não somente a região do Salgado, mas toda a extensão de terras desde as bordas da serra da Cachoeira, as áreas no entorno do córrego Salgado e também do Rio Preto, ultrapassando os limites políticos territoriais do município de Quirinópolis, abrangendo também parte do município de Cachoeira Alta e Rio Verde [...] (Martins; Rossi, 2014, p. 527-528).

Ao rememorar os tempos de seus pais e avós, os entrevistados Sr. Francisco Gualberto Cabral (Entrevista, 2023) e da Sra. Maria Luiza Cabral (Entrevista, 2023) contam que as terras eram grandes extensões a perder de vista, mas, com o tempo, foram divididas, com as gerações que sucederam até chegar à atual configuração. Essa lógica é descrita pelo Sr. Francisco Gualberto Cabral, ao explicar que:

[...] antigamente as fazendinhas era maior que hoje, porque hoje o povo aumentô muito, teve que diminuí as fazendas, quer dizer, a terra não diminuiu, mais é, o sítio diminuiu né? Porque aqui tem um, ali tem outro, lá se tem outro moradô. Igual naquele tempo não, cê achava um morador aqui, o outro, se dobrava o espigão pra chega na casa do outro né? Era poca gente. [...] porque era mais vazia né? Os moradô era mais longe um do outro, aí agora vai aumentano os moradô, parece que a terra vai diminuino, mais a terra é a mesma, né? Porque só aumentô a divisão (Francisco Gualberto Cabral, Entrevista, 2023).

Essas considerações nos levam a entender que os antepassados dos camponeses de hoje, em sua origem, eram proprietários de grandes extensões de terras, o que explica a sua existência nas imediações da Comunidade do

Salgado, que compreende os municípios de Rio Verde, Cachoeira Alta e ainda a região da Cachoeirinha do Rio Preto, no município de Quirinópolis.

Segundo Martins e Rossi (2014), José Cabral deu origem a três ramificações que estruturam a base familiar do Salgado: José Cabral Filho ocupa as margens direita e esquerda do córrego Salgado; Joaquim José Cabral ocupa as margens direita e esquerda do rio Preto; Anicésio José Cabral ocupa a região da Cachoeirinha do Rio Preto.

No entanto, as três ramificações de José Cabral, por meio da endogamia, ou seja, do casamento entre primos, se misturaram ao longo do tempo a ponto de não haver mais limites precisos em termos de ocupação das áreas descritas. Os sujeitos/as que vivem no lugar não fazem referência a essas ramificações, de forma que a narrativa presente no discurso é única e carregada de orgulho quando dizem: “aqui é tudo parente, tudo é Cabral”.

Desse modo, leva-se em conta José Cabral como a Casa-Tronco, ou família original, como define Woortmann (1990), que constituíram suas vidas, o trabalho e as relações socioculturais nesse lugar, que originou os descendentes que ainda vivem no lugar nos tempos hodiernos. Compreendemos também que, entre a reocupação das terras e a formação da Comunidade, reside um processo que inclui a relação sujeito/a e natureza, que resulta no fazimento do lugar, por meio da apropriação simbólica do espaço.

O parentesco no processo de construção social da comunidade

“Entrou nos Cabral, é Cabral”
(Altamiro Guimarães Cabral, Entrevista, 2024)

Tal como nas comunidades primitivas, a tessitura dos vínculos é delineada pelo parentesco. Há referências e conexões nas relações de amizade, vizinhança e compadrio, mas estas se diluem nas relações parentais. É uma longa e contínua trajetória de interesses comuns que se expressa no parentesco e no

sentido de pertencimento a uma linhagem que construiu uma história de vida naquele chão.

Entretanto, no Salgado as relações sociais não operam de forma fechada, uma vez que o parentesco genealógico se estende para fora, pelas vias do casamento, pelo qual novos membros são incluídos. Porém, é importante ressaltar que este, em geral, ocorria entre primos, o que não quer dizer que os casamentos se restringiam apenas entre os parentes que compunham a comunidade, já que outras ramificações da Família-Tronco Cabral ocuparam áreas do entorno da comunidade.

São raros os relatos da venda de terras para pessoas de fora, nos tempos pretéritos, sendo um bem passado de pai para filho, uma tendência que se firma nos tempos de hoje. Mesmo com a intensificação do casamento com pessoas de fora (outras linhagens) as terras herdadas, em sua grande maioria, mantêm-se sob o domínio da linhagem Cabral, desenhando uma organização social e espacial específica.

[...] no início da ocupação eram grandes extensões pertencentes a poucos donos, os quais também pertenciam à mesma família; não havia divisas de propriedades e todos viviam em comunidade; os filhos se casavam e também passavam a morar nas mesmas terras (Martins; Rossi, 2014, p.531).

Segundo Comerford (2003, p.34-35), o termo família é ambíguo, depende do contexto e da amplitude que lhe é aplicado; pode referir-se: à família nuclear (pai, mãe e filhos); à família no sentido do mesmo nome; à família incluindo tanto os consanguíneos por lado paterno e materno, como os afins. Esse último contexto, abre brecha para a inclusão do “parente” constituído pelas vias do casamento.

Essa flexibilidade permite dizer que as famílias nucleares mais antigas e tradicionais eram numerosas, em média, compostas por sete a doze filhos. Ter mais filhos significava, de acordo com os entrevistados mais velhos, ter mais braços para trabalhar na terra, o que poderia aumentar a produção e garantir

a sobrevivência da família e até mesmo a ampliação das terras, mediada pela expansão produtiva.

Woortmann (1990) e Comerford (2003) permitem caracterizá-la como um “território de parentesco”, vislumbrado ainda pela proximidade das casas, pois os filhos, ao se casarem, construía sua morada próxima à dos pais, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Vista da comunidade do Salgado, com destaque à proximidade das casas.



Fonte: Wilian Alves Cabral, 2024.

Nesse texto, a territorialização é entendida a partir das relações tecidas no cotidiano camponês, e que, portanto, constitui o lugar, posto que, segundo Saquet (2006, p. 62), “[...] o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo, seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida”. No pensamento do autor, pode-se alocar as relações geradas do trabalho na roça, nas formas de sociabilidade (nas rezas, nas festas, nos mutirões) entre outras, como condicionantes na formação da comunidade.

Segundo relatos dos entrevistados, na chegada dos pioneiros, a vida foi construída essencialmente pela força do trabalho familiar na terra, o que garantiria a descendência.

O Sr. Francisco Gualberto Cabral (Entrevista, 2023), faz questão de ressaltar que havia pessoas especializadas, ou seja, aquelas que faziam o carro de boi, o monjolo, o engenho, as ferramentas de trabalho, visto que os ofícios “[...] não era pra quarqué um de lá também não. Não era bem quarqué um que fazia também não. Tinha aqueles que fazia aquela graduação [das ferramentas] né? Lá em casa meu padrim, fazia de tudo [...]”.

De fora vinha o básico, apenas o sal e o querosene adquiridos em Uberaba-MG. Em uma dessas viagens de retorno, conta os entrevistados que o carro de boi, carregado com sal, tombou às margens de um córrego, derramando todo sal em seu leito. O fato ocorrido originou a denominação do córrego de “Salgado” que nasce na serra da Cachoeira, passando, então, a comunidade e a serra, que a margeia na extensão norte, a receber o mesmo nome.

Nos primeiros tempos, a relação sujeito/a e natureza se qualifica em maior intimidade, pois o Cerrado representa para essas famílias meios para sobrevivência. Isso porque, “da vida à morte o Cerrado dava de um tudo, tudo era tirado lá da terra, ali cê tirava tudo, até a ropa cê tirava né? Cê prantava. Os trem cê fazia da lã também, quer dizê, a ropa não, mais as cuberta era tudo feita aí mesmo, lá mesmo. Tudo da terra” (Francisco Gualberto Cabral - Entrevista, 2023).

Os camponeses se orientavam nos meses certos de chuva para definir o período para plantar e realizar os cuidados com o plantio. Sabiam corretamente o tipo de solo para plantar cada plantação. Deixava repousar o solo, com o sistema de rodízio, não exigia além do tempo da terra, como ensina um camponês do Salgado:

Na época tinha os meis de prantá, tinha os meis da coieta, porque hoje seis pranta quase direto. Naquele tempo não. Naquele tempo tinha os meis de coieta, os meis de prantá. Aquela época a terra ficava discansano o tempo todo, até a próxima safra. [...] (Francisco Gualberto Cabral - Entrevista, 2023).

A terra era respeitada, pois sabiam que dela dependia a existência da família. E dava “[...] de tudo com fartura, com fartura mesmo. E é como diz o outro, cê só prantava lá e chegava o tempo de coiê, cê ia lá e coia. [...] era só prantá e capiná, cê num tinha que preocupá cum nada [...]” (Francisco Gualberto Cabral - Entrevista, 2023).

Essa narrativa, entretanto, não anula as dificuldades que envolvia o trabalho na terra, tampouco as preocupações com as provisões do ano. Encher os paióis e as tuias de arroz, entre outros gêneros alimentícios para a sobrevivência da família, envolvia dinâmica complexa. Além de gerar as habilidades e técnicas, desenvolveram também compromissos sociais, territorializados naquela porção do Cerrado.

Fazer a limpeza da área da propriedade para plantar a roça e colher, abrir estradas, construir as cercas, o curral, limpar o rego d’água, enfim, dificuldades que demandavam a realização de serviços coletivos, como forma de suprir as limitações de mão de obra familiar. A negociação, por sua vez, era arrematada em práticas sociais, como os mutirões, as traições, as festas e envolvia os vizinhos e amigos (parentes e/ou compadres).

Lá no ti [tio] Zé Rosa uma veiz, um pessoal deu uma traição² no ti Zé Rosa para bater pasto [...]. Deu gente! Mais também matou bem duas vacas. De noite foi um festão, menino do céu! Mais também roçou a fazenda do ti Zé Rosa quase tudo na foice! [risos]. Deu gente, nossa senhora! Envolveu o pessoal da região, a famia do ti Zé Rosa que não é piquena né? E mais outro mundão de gente que veio, ixi! Foi bunitu! (Altamiro Guimarães Cabral - Entrevista, 2023).

Os compromissos firmados entre os camponeses eram mediados pela religião católica, que, pelos conteúdos éticos e morais (Santos; Kinn, 2009; Santos, 1998), mantidas com base na confiança e na honestidade, serviu como um guia moral para os camponeses, orientando-os acerca da importância das relações, não apenas em termos econômicos, mas também em termos sociais e culturais.

² Traição é uma forma de mutirão surpresa, ou seja, sem o proprietário saber.

As festas, o serviço e as rezas eram encarados como momentos de sociabilidade e lazer. Não havia separação entre a roça, o sagrado e a diversão. As rezas selavam os acordos que nasciam das necessidades impostas pelo processo produtivo que, ao mesmo tempo, também oportunizavam os bailes, momentos de diversão, marcados pela música e o forró, como expressa o relato:

As festas era boa demais, Nossa Senhora! Tinha vez que dançava dois dia encarriado. O povo não arredava, neim! [...] era só de pagode, outras fazia mutirão pra fazê uma capina, panhá café. Fazia muito era pra panhá café pra levá pra cidade, né? Aí fazia os mutirão, de noite fazia os forró, né? (Eurípedes, Gualberto Cabral - Entrevista, 2024).

A terra demandava ainda o estabelecimento de outras relações de trabalho que incluem os parceiros e meeiros, práticas comuns que envolviam, na maioria dos casos, os próprios vizinhos, que também eram parentes e/ou compadres. Dava-se um pedaço de terra para um parente, vizinho ou também alguém de fora para trabalhar e produzir.

Diante desse contexto, deve-se apreender que as técnicas, os saberes acumulados, as relações sociais estabelecidas entre os vizinhos e parentes foram com o tempo incorporadas ao modo de vida, caracterizando, assim, uma cultura tradicional camponesa. Esse pensamento se deve ao fato de que os padrões de vida e sociabilidade do Salgado, em sua origem, condizem com o modelo de sociedade, qualificado “[...] pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção e a obediência a certas normas religiosas” (Cândido, 2010, p.11).

Dentre as condições essenciais para a caracterização desse modelo de sociedade rural, considerada por Antônio Cândido (2010) como “caipira” (mais específica do sudeste brasileiro), destaca-se a posse da terra e o isolamento. Condições essas também observadas no Salgado, como possíveis influenciadores no desenvolvimento dos modos de vida, territorializados no espaço ocupado, desde o início do século XIX.

Diante dessa reflexão, é pertinente esclarecer que, ao trazer para discussão do Salgado a teoria do “isolamento”, a proposta é entendê-la, no sentido de “tempo” e “espaço”, ou melhor, por estarem isolados geograficamente, em uma época cujos recursos eram limitados, pode ter sido uma das condições que contribuíram para a elaboração das estratégias e conhecimentos aplicados na relação com o Cerrado, mas também de vizinhança ativa, baseada sobretudo dos laços de parentesco e compadrio dentro do seu espaço.

Esse ponto de vista nos permite inferir que, no Salgado, a posse da terra, a localização, associadas às condições simples de produção, acabaram desenvolvendo uma vida social, restrita aos seus próprios membros (família nuclear, vizinhança), e com pouca influência de elementos externo. Logo, marcada pela solidariedade e cooperação mútua entre uma rede de parentela, vizinhança e compadrio, não só do ponto de vista do trabalho, mas também pela vida lúdico-religiosa.

É preciso considerar, entretanto, que, a comunidade do Salgado é resultado de um processo de construção, que se ergue sobre o chão de terra. Assim, ao construí-la, as famílias simbolizam a sua existência, por meio de um “sistema de ações” (Santos, 2006) engendradas pelas práticas sociais e culturais, conferindo valores simbólicos ao processo de institucionalização do território, o transformando em um lugar.

Woortmann (1995) lembra que o projeto do campesinato é a reprodução da família e dos modos de vida, expresso por uma cultura particular. Neste projeto, a terra não é somente matéria física, é o fundamento da vida e da família. Ela é “lugar de morada” de uma linhagem. É, portanto, um “engajamento de natureza moral” (Tedesco, 1999), cujo o significado repousa-se na conexão terra e família.

Quando Sr. Ademar Vieira Cabral (Entrevista, 2023) conta que todos os dias, antes de iniciar na lida, coloca os joelhos no chão e agradece a Deus pela terra herdada, e que “não esquece de agradecer um só dia”, vê-se que a terra,

enquanto “patrimônio”, além de agregar o valor-família, também está imbuída de valores espirituais que se realizam no trabalho.

É notório, que a consolidação da Comunidade do Salgado resulta de um processo de territorialização, que implica na construção sociocultural, cujo significado repousa-se na conexão sujeito/a e natureza. A ênfase se dá na íntima relação com a terra e os laços estabelecidos a partir dela. São memórias nutridas por vivências, saberes e fazeres camponês, imbuído por padrões (*habitus*), valores culturais e sentimentos, delineados pelas relações de parentesco e pela religiosidade, que juntos colaboram para a existência e a reprodução da vida no lugar.

Considerações finais

A maioria das famílias que vivem no Salgado pertencem à mesma linhagem desde o século XIX, quando a Família-Tronco Cabral ocupa e inicia a construção do lugar. A reprodução da família, por meio do costume dos casamentos entre primos, demonstra que é estratégia típica do campesinato. Com isso, o território circula entre a própria família, mantendo também os modos de vida a gerações.

A pesquisa em andamento buscou avançar na produção do conhecimento no que tange ao processo de formação sociocultural da comunidade do Salgado. Ao analisar a trajetória dos ancestrais, a terra comparece como requisito fundamental de reprodução social. Observou-se, ainda, que o modo de vida da comunidade foi delineado na relação homem/natureza, sob a anuência da religiosidade católica, aos moldes do campesinato.

As famílias, para sobreviver, tiveram que construir o lugar e adaptar ao Cerrado. Esse processo demandou elaborar técnicas, habilidades, conhecimentos e uma estreita ligação dos sujeitos/as anciãos/ãs da comunidade com o Cerrado. Para eles, o Cerrado provê as famílias da vida até a morte, ou seja,

oferta o alimento, o remédio e até a madeira do caixão. A relação com o meio oportuniza desenvolver mecanismos de colaboração entre as famílias, como os mutirões, as traições, as rezas, as festas de santos, entre outros eventos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No Rancho Fundo:** espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009, 244 p.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

COMERFORD, J. C. **Como uma família:** Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In:* X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2005, p. 6774- 6792. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 21 de maio 2024.

MARTINS, Gladis Cabral; ROSSI, Reile Ferreira. Memória: subsídio na construção e conservação da identidade cultural da microrregião Salgado, Quirinópolis-GO. *In:* Urzedo, Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis:** Mãos e Olhares Diferentes (1832-2014). Goiânia: Kelps, 2014. p. 521- 546.

PARREIRA, Airosa Martins, MATTOS, Georgides de Souza. História de Quirinópolis: Fragmentos escritos em 09 de março de 1988. *In:* Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis:** mãos e olhares diferentes, 1832-2010. Goiânia: Kelps, 2010, p. 231.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, UNESP, v. 4, n. 7, p.1-25, 1979. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763/11395>. Acesso em: 22 de nov. 2022.

SAGIM JUNIOR, Odir; SAGIM, Mírian Botelho. **Quirinópolis Histórico**. Goiânia: O Popular, 2000. 192p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Rosselvet José. Festa no Cerrado. **Travessia**, maio a agosto de 1998. Disponível em: [file:///C:/Users/Maria%20Clara/Downloads/635-Texto%20do%20artigo-1220-1169-10-20201214%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Maria%20Clara/Downloads/635-Texto%20do%20artigo-1220-1169-10-20201214%20(1).pdf). Acesso em: 15 jun.2023.

SANTOS, Rosselvelt José; KINN, Marli Graniel. Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n.26, p.58-71, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3555>. Acesso em: 15 jun.2023.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo fundo: EDIUPF, 1999. 331p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, Klass. **Com parentes não se negoceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.



O CERRADO BRASILEIRO: TERRITÓRIO DE VIDA

Maria Aparecida de Souza (In Memoriam)

Edevaldo Aparecido Souza

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-C

Introdução

Este texto é parte do primeiro capítulo da Tese “TERRITORIALIDADES FEMININAS DO CERRADO: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS EM TRÊS LAGOAS-MS”, da Maria Aparecida de Souza (in memoriam), no qual o estudo está integrado na linha de pesquisa: “Análise socioambiental do Pantanal, Amazônia e Cerrado”, incluído na área de concentração denominada Meio Ambiente e Sustentabilidade do programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Embora a investigação empírica tenha se desenvolvido com mulheres do município de Três Lagoas, a investigação extrapola este recorte espacial, porque as experiências camponesas são o cerne para o recorte temporal e o Cerrado, enquanto território apropriado, o palco das histórias vividas.

As transformações político-econômicas do território do Cerrado, a partir, principalmente da década de 1970, resultou em gradativa eliminação da vegetação nativa e na expulsão dos povos tradicionais que habitavam nestes espaços.

O desenvolvimento do capital agrário com pastagens, a princípio, seguido das monoculturas de grãos, de canaviais e silvicultura de eucalipto, se materializou amparado à modernização do campo brasileiro, implicando alterações das relações socioambientais e culturais.

A expansão agrícola para os espaços do Cerrado ocorreu pela abertura das fronteiras agrícolas no século XX, motivada pelas transações entre políticas de investimentos do governo brasileiro e empresas rurais, projetadas para os mercados internacionais agroexportadores.

Nesse contexto, descortina-se a trama dos povos camponeses que vivem nos espaços do Cerrado sobrevivendo do trabalho com a terra, mas que, constantemente expulsos pelo avanço do capital, desenvolvem processos de resistências e lutas visando a permanência nestes campos.

Buscou-se revelar, através do olhar feminino camponês, o protagonismo existente na lida do dia a dia, no trabalho para o consumo, na luta por um pedaço de terra para nela trabalhar e viver, nas resistências cotidianas para na terra permanecer e, não menos importante, no cuidado com a cultura camponesa e com a biodiversidade do Cerrado.

Esse capítulo “O Cerrado brasileiro: território de vida” apresenta um levantamento bibliográfico sobre o Cerrado brasileiro e os processos em que se insere, destacado como palco em que se desencadeia as conexões entre as esferas sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais, evidenciando suas propriedades naturais e especificidades sobre a sociobiodiversidade.

Neste aspecto, contou com a contribuição de Aziz Nacib Ab’Sáber (2003), Ministério do Meio Ambiente (MMA- 2010), Eguimar Felício Chaveiro e Denis Castilho (2007), Carlos A. Klink e Ricardo B. Machado (2005), dentre outros, que expuseram a diversidade natural do Cerrado e as possibilidades de sua conservação, como também os perigos da extinção de espécies mediante a ocupação e o uso do território.

Os destaques das particularidades e dinâmicas dos elementos naturais revelam o elo existente entre o bioma e os povos que mantiveram e mantêm experiências vividas em seus campos, as resistências e lutas das camponeas e camponeses para a permanência na terra de trabalho e de vida nos campos do Cerrado.

Analisaram ainda a territorialização do Cerrado pelo capital e pela expulsão das famílias camponesas a partir da modernização do campo, com progressiva intensificação das disputas estratégicas político-econômica e alianças do poder hegemônico da elite agrária com o Estado brasileiro incorporado à lógica do capital internacional. Estes debates dialogaram com os conceitos de território e territorialidades em diferentes campos do conhecimento.

O objetivo geral da tese correspondeu à análise das territorialidades e protagonismo feminino camponês, guardiãs da cultura camponesa e da biodiversidade do bioma Cerrado, no qual, esse texto é parte das primeiras discussões teóricas para compreender as territorialidades camponesas e o protagonismo feminino nesses territórios.

O território do Cerrado e os conceitos de territorialização e territorialidade

A abordagem do Cerrado tem como propósito a apresentação nos seus aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, sem, no entanto, pretender analisar todos os processos que desencadeiam estes domínios. O Cerrado, neste aspecto, será abordado enquanto território, cuja finalidade, correspondeu à compreensão da apropriação do território do Cerrado e as decorrências da sua territorialização nos sentidos múltiplos, como destacado em Chaveiro (2020, p. 1-2).

Propagou-se, de forma ideológica em todos os setores administrativos governamentais, inclusive na área da educação e nos meios de comunicação, que o bioma Cerrado não possuía belezas cênicas, ao contrário, era despre-

zível, feio e sem serventia. Logo, utilizava-se de propagandas depreciativas referentes ao Cerrado, conforme Chaveiro e Barreiras (2010, p. 1): “região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”.

Isso significava que, da mesma forma como os atributos naturais do Cerrado foram depreciados, os processos socioeconômicos e culturais dos povos tradicionais também padeceram com o menosprezo diante das necessidades da mudança em trânsito rumo ao desenvolvimento e ao progresso, descrito por Chaveiro e Barreira (2010).

Pelá e Mendonça (2010, p. 53) reforçam a abordagem: “entretanto, até meados do século XX era considerado um bioma com solos pobres e improdutivos, vegetações deformadas e feias e o lugar dos tempos lentos, que deveriam ser transformados conforme as necessidades da modernidade”.

As construções idealizadas, conforme, se configuraram como um propósito inventivo, para a modernização nestas regiões, utilizando-se da divulgação da superação da pobreza estéril do território cerradeiro, para uma promissora modernização do campo, condenando de forma vis, a vida e o trabalho de comunidades inteiras, expulsando-as das territorialidades construídas, sem considerar as apropriações espaciais anteriores (Pelá; Mendonça, 2010). Nesse sentido, Chaveiro (2008, p. 76) menciona que “essa inserção, veloz, diretiva e economicista, acende a vitalidade de outro nível de consciência que se vê desenraizada, vilipendiada, explorada, fragmentada, usada.

Na descrição dos aspectos da ocupação do Cerrado denota-se duas formas de apropriações, sendo a primeira como territorialização dominante e instrumentalização dos recursos naturais na utilização de matérias-primas para a produção capitalizada, e a segunda como apropriação de uso e apreensão da natureza dadivosa, de relações comunitárias e de cuidados recíprocos. Destaca-se, neste aspecto, que a percepção do Cerrado pelas camponesas e camponeses é a assimilação da natureza se contrapondo à noção de recursos naturais processados enquanto bens materiais.

Os elementos naturais enquanto recursos têm fundamentação na ideia da natureza infinita e externa ao ser humano. Nos sistemas de leis a natureza passa a ser entendida a partir do mecanicismo cartesiano, atribuindo a ela a ideia de infinidade, transformada em mercadoria no contexto ilimitado da produção e das forças produtivas. As riquezas naturais concebidas como recursos naturais são uma usurpação das riquezas naturais, direito comum da humanidade.

Este sentido de concepção da natureza como um bem comum, são manifestadas nas histórias de vida dos camponeses e camponesas, protagonistas neste estudo, com os vínculos e relações de cuidados e respeito com o bioma Cerrado.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2021), o bioma Cerrado, possui a segunda maior área de formação vegetal brasileira, compreendendo um espaço de 2.036.448 km², correspondendo a 23,9% do território brasileiro. De acordo com o ICMBio (2021, p. 1): “O território abriga aproximadamente 200 espécies de mamíferos, 800 espécies de aves, 180 de répteis, 150 de anfíbios e 1200 espécies de peixes”. E sua proteção, conforme o Instituto (2021, p. 1), é insatisfatória.

Embora seja o segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado é o bioma com a menor porcentagem de áreas sobre a proteção integral. Apenas 8,21% da área total do território é legalmente protegida com unidades de conservação; uma das razões que fazem do Cerrado o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ação humana. Atualmente a área conta com uma intensa exploração predatória: inúmeros animais e plantas correm risco de extinção [...].

Em um clima predominantemente tropical, a região corresponde, segundo Ab’Sáber (2003), ao principal divisor de águas do país, resguardando as nascentes de importantes Bacias Hidrográficas. Por este motivo, o Cerrado recebe alguns títulos como “berço das águas”; “caixa d’água do Brasil”; “Pai das Águas”, “Cumeeira da América do Sul”.

Estudo divulgado por Malhado, Pires e Costa (2010) alerta para a necessidade de maiores investigações e planejamento sobre a devastação do Cerrado,

pois se continuar no ritmo atual, pode ter implicações fundamentais também na conservação da Amazônia. O alerta é direcionado especialmente para as áreas de desmatamento e depósitos/disponibilidade hídrica.

Os mais importantes rios que abastecem as grandes bacias hidrográficas do país, têm suas nascentes e grande parte dos seus percursos no bioma cerrado, significando que para as dinâmicas hídricas no território brasileiro o Cerrado tem um papel fundamental na sua conservação.

Esse bioma, assim como outros, não é homogêneo. A sua vegetação, segundo Klink e Machado (2005), apresenta diversidades entre campos, savanas, matas e matas de galeria, comportando peculiaridades especiais, como as longas raízes que capacitam as espécies nativas na busca por água em profundos lençóis freáticos no período de seca, e as veredas, áreas permanentemente úmidas com a presença peculiar dos Buritis (*Mauritia flexuosa*), conforme descrevem Chaveiro e Castilho (2007, p. 7).

As veredas são também chamadas de várzeas. São de extrema importância no conjunto de drenagem do Cerrado e de outras regiões brasileiras, pois se constituem nas principais nascentes de muitas bacias hidrográficas. A sua vegetação é formada basicamente pelo Buriti e por espécies de matas e de campo. São circundadas por campos limpos e campos sujos. Por isso são de extrema exuberância, compondo paisagens povoadas de pássaros e gerando contornos belos em seu desenho natural. Povos tradicionais do Cerrado afirmam que o Buriti é um ótimo indicador de água no solo.

De acordo com Klink e Machado (2005, p. 149), “[...] o Cerrado é a mais diversificada savana tropical do mundo. Existe uma grande diversidade de habitats e alternância de espécies”. Prosseguem que um inventário florístico revelou mostrou que “das 914 espécies de árvores e arbustos registradas em 315 localidades de Cerrado, somente 300 espécies ocorrem em mais do que oito localidades [...]”. Ainda reforçam que em uma única localidade foram encontradas 614 espécies.

Neste bioma, de acordo com a Embrapa Cerrado (2012, s./p.), “são encontradas aproximadamente 12.000 espécies de plantas das quais 35% são das

áreas savânicas, 30% das florestas, 25% de áreas campestres”. Diante desta exposição, nota-se a importância do Cerrado para a biodiversidade e ecossistema desta grande região brasileira, destacando que a sua proteção seja assegurada em legislação específica de âmbito nacional para a efetivação de fiscalização e gestão federal, estaduais e municipais. Grande parte das espécies da fauna e flora já se perdeu e outras tantas estão ameaçadas.

Estudos de instituições oficiais como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos autores Silva e Anjos (2010), Klink e Machado (2005), Campos Filho (2010), Siqueira e Radic (2021), entre outros, alertam para a degradação do Cerrado e desaparecimento de espécies nativas antes mesmo de serem catalogadas e/ou nos limites da extinção pelo descaso socioeconômico, político e científico. Klink e Machado (2005, p. 148), advertem sobre a exploração predatória no bioma:

As transformações ocorridas no Cerrado também trouxeram grandes danos ambientais – fragmentação de habitats, extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, erosão dos solos, poluição de aquíferos, degradação de ecossistemas, alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e possivelmente modificações climáticas.

Um dos fatores fundamentais relacionados à degradação do Cerrado é o uso frequente de maquinários e defensivos agrícolas na correção e combate às pragas em lavouras e pastagens, causando contaminação de solos e águas superficiais e subsuperficiais. Os dados de espécies do Cerrado ameaçadas de extinção, divulgado pelo BRASIL/IBGE (2020, p. 6), apresenta um quadro preocupante:

O segundo maior número de espécies ameaçadas foi observado no bioma Cerrado: 1.061, o que representa 19,7% do total de espécies avaliadas do bioma. Destaca-se, ainda, que 216 (4,0%) espécies encontradas no bioma estão criticamente em perigo e 202 (3,7%) são consideradas quase ameaçadas de extinção. A borboleta *Parides burchellanus* e o lagarto *Bachia psamophila*, por exemplo, endêmicos do bioma, estão na categoria crítica-

mente em perigo. Cerca de 10% das espécies do Cerrado são categorizadas como “dados insuficientes”. Além disso, o bioma apresenta a segunda menor proporção de espécies na categoria menos preocupante (67,0%).

O constrangedor equívoco relacionado à falta de reconhecimento das riquezas naturais pertencentes ao Cerrado pelos governos brasileiros, pela sociedade e pelas instituições representativas da ciência, em um passado não muito distante, tem impellido reconsiderações perante o mundo pela valoração deste bioma quanto à sua biodiversidade, como o que foi efetivado no final da década de 1990 e início de 2000, pela organização não governamental *Conservation International* (CI), como *hotspots* da biodiversidade.

Os *hotspots*, são regiões biologicamente declaradas como as mais ricas em biodiversidade e também as mais ameaçadas do Planeta. Este panorama, resultado da ocupação e territorialização das regiões de Cerrado, impactou a vida de seres que do Cerrado dependem para a sua sobrevivência, entre os quais estão os povos tradicionais, que abarca os camponeses, com significativa importância social, cultural e ambiental.

A realidade é preocupante, uma vez que o ambiente cerradeiro entrou na pauta dos incentivos governamentais idealizado em planejamentos como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLOCENTRO) e o Programa de cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), visando, segundo Santos (2016, p. 386), “[...] reconstruir uma nova geografia do capitalismo no campo para transformar os Cerrados brasileiros no principal polo de crescimento da agricultura brasileira a partir do final do século XX”.

O desenvolvimento do capital agrário nestes campos fragilizou de tal forma a sua gente e o meio natural que há a necessidade de analisar, de forma simbiótica, o cenário transformado, abordando a importância do Cerrado para populações e comunidades que dele sobrevivem. O território do Cerrado e seus povos fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, configurando

realidades vividas e territorialidades instituídas, com respeito e cuidado de convivência secular e particular.

Visando introduzir o aspecto utilitário do Cerrado, é preciso considerá-lo enquanto território, ou seja, analisar o bioma através de uma leitura territorial, como propõe Chaveiro (2020, p. 3): “daí que a categoria território se faz presente na empreitada analítica, pois ela explicita quem domina, apropria e ideologiza o Cerrado [...]”. Este olhar crítico demanda de investigações acerca dos conceitos de território, territorialização e territorialidade.

Para a compreensão da noção de territorialidade necessita-se de prévio entendimento sobre o conceito de território acrescido de suas dimensões abrangentes no espaço ocupado, tais como o político, o econômico, o social e o cultural. Sua abordagem demanda visões e interpretações diferentes, e cada estudo, cada área científica, procura acercar-se o mais próximo possível da representatividade que o conceito sugere.

O território é formado por processos vivenciados de formas diferenciadas por grupos sociais que se apropriam de espaços territorializados, e esses processos efetivados podem ser estudados por diferentes áreas científicas, no entanto, neste estudo se aplicarão interpretações e análises prioritariamente da ciência geográfica, com contribuições de autores de outros campos científicos.

Buscando a compreensão do conceito de território, Raffestin (1993) destaca ser o resultado das ações produzidas no espaço, ou seja, o espaço é anterior, sendo este o resultado da ação dos atores que territorializam o espaço geográfico. Nestes termos, o conceito compreende as ações nele empregadas indicando processos construtivos de usos e poder, distinguindo-o do espaço, ou seja, o território é a territorialização de ações que constroem e reconstroem o espaço, revelando sistemas de produção e de poder.

Nestes termos, o conceito de territorialização depreende a apropriação/ dominação do espaço cujas ações e relações de poder constroem o território e, por conseguinte, a territorialização dos espaços cerradeiros.

A apropriação das áreas do Cerrado se intensificou, a partir de meados do século XX, com a modernização do campo no emprego de insumos químicos, sementes selecionadas e mecanização no trato com a terra, utilizando estes campos extensivamente, com devastações surpreendentes.

Aliada à possibilidade de correção do solo, a morfologia da região também era propícia e facilitadora para a entrada das máquinas, resultando na explosão da produção de *commodities*, com abertura de novas fronteiras agrícolas, expulsão e desarticulação das práticas socioculturais dos povos cerradeiros¹ (camponeses, povos originários e tradicionais, trabalhadores rurais).

O cenário da territorialização do Cerrado se configurou com a substituição de grandes espaços naturais para o emprego da agricultura de grãos, que contribuiu fortemente para a perda de identidades e diversidades patrimoniais inegáveis de relevância singulares, com significativas alterações nos cenários sociais, ambientais e culturais. O lugar da vida se transforma, em nome de um desenvolvimento que vai assolando o que possa significar obstáculos para o seu avanço.

O bioma Cerrado territorializado compreende o controle capitalizado de um espaço que tradicionalmente fora ocupado pelas comunidades cerradeiras, e que, após o desenvolvimento tecnológico, gradativamente foram dominados e controlados. Houve a expropriação da produção tradicional pelo avanço de monoculturas em larga escala, encurralando os modos de vida camponesa, pelos processos da produção agrícola capitalizada.

A forma como os povos cerradeiros e parte da Ciência consideram e reconhecem o bioma Cerrado não é a mesma dos atores políticos ou as instituições financeiras. Nas duas últimas instâncias o bioma toma fortemente o aspecto de territorialização, dado o caráter estratégico para políticas de investimento nas expansões agrícolas e negociações comerciais internacionais agroexportadoras.

¹ O conceito de povos cerradeiros foi desenvolvido por Marcelo Rodrigues Mendonça (2004), visando abarcar nesta definição aspectos políticos e econômicos.

Desde meados do século XX, as áreas do Cerrado foram estrategicamente utilizadas para a territorialização do espaço pelo capital agrário e, mais recentemente, industrial, com a implantação de grandes agroindústrias no campo.

Os espaços cerradeiros, no processo de ocupação, não raro eram vistos como obstáculos a serem vencidos, uma vez que atrapalhavam as atividades econômicas e inviabilizavam as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do país. Em vista disso, a territorialização com políticas agrárias inseridas nestes territórios, diante da sua extensão espacial, implicaram alterações nas relações socioambientais e culturais, impactando a biodiversidade e os modos de vida e saberes/fazeres dos povos do Cerrado. Conforme Pelá e Mendonça (2010, p. 56):

[...] o Cerrado não é composto apenas de biodiversidade, mas também da sociodiversidade e que, por conseguinte, não foram apenas as suas riquezas naturais e biológicas que sofreram alterações, mas a cultura e a memória dos povos que ali habitavam.

Com as políticas territoriais desenvolvidas nos ambientes cerradeiros, foram impostas mudanças de implicações política, ideológica e culturais, que, para Chaveiro e Barreira (2010), são estratégias e acordos entre o governo nacional, os poderes locais e a geopolítica externa. Segundo os autores (2010, p. 26): “[...] esse Brasil profundo precisa ser mudado pelo exemplo externo, de maneira que o que é original não serve e o que é externo é espúrio, mas necessário”.

Se de um lado os campos cerradeiros eram estigmatizados como espaços de pouca fertilidade dos solos e povos, de costumes de vida morosa, pueril e arcaica, cujo espaço era “o lugar dos tempos lentos”, no qual a terra não é sinônimo de capital, porque a relação é de vivência, de uso, de apropriação, de relações de territorialidades. Por outro lado, arquitetaram outra ideia de Cerrado como um território promissor, como destacado por Chaveiro e Barreira (2010, p. 15), entendendo-o por “celeiro do Brasil”, “corredor produtivo”.

Estas máximas representativas do Cerrado foram exaustivamente disseminadas para que a ideia da modernidade e progresso nestes campos fosse legitimada. No primeiro caso a ideologia passada era a marginalização da natureza e de seus povos, na segunda, a valorização dos atributos do território enquanto estratégia de produção agroexportadora.

A apreensão do processo de territorialização do Cerrado esclarece a forma como ocorrem as territorialidades engendradas nestes espaços. Para essa elucidação, Haesbaert (2004) ressalta a diferença entre a apropriação enquanto uso do espaço vivido e a apropriação enquanto posse e dominação do espaço.

A utilização enquanto domínio se refere ao território utilitário, aquele em que o Cerrado passa a ser visto como propriedade na lógica funcional ao capital, como apropriação onde o controle do território está presente e o ecossistema e os povos tradicionais do Cerrado perdem o seu valor diante da valoração da produção mercadológica.

A análise histórica da apropriação do Cerrado revela a progressiva devastação em pelo menos três diferentes escalas: a primeira, o desinteresse governamental e descuido científico, desvalorizando de tal modo esse bioma com perdas de espécies antes mesmo de serem conhecidas; a segunda, os espaços cerradeiros refletem as territorialidades construídas pelos povos e suas relações com o ambiente natural; e a terceira, destaca um palco de conflitos entre as práticas economicistas do capital agrário e a economia de consumo de famílias tradicionais, trazendo à tona a história do campesinato brasileiro.

No sentido da apropriação geradora desses conflitos, enquanto uso para a vida, a terra e a natureza ganham um sentido de sinergia e respeito. As interações de convivência historicamente construídas entre povos e natureza nas regiões do Cerrado tornaram-se um patrimônio testemunhado por gerações, mas ameaçado pelas geopolíticas de desenvolvimento, que nas últimas décadas, tem se intensificado.

Considerações finais

As consequências para a diversidade socioambiental do Cerrado, acarretadas pela modernização do campo brasileiro, incluem transformações no modo de vida, trabalho e cultura dos povos camponeses, sem, contudo, aniquilar a sua existência. Camponesas e camponeses resistiram às alterações sofridas e permaneceram firmes em sua essência, não somente guardando bravamente seus domínios culturais, mas também reinventando novas formas de vínculos com a terra, gerando novas territorialidades, que se contrapõe ao modelo degradante do agronegócio de monocultivo agroexportador e baseado no lucro e produção de *commodities*.

As territorialidades específicas, vividas, repletas de identidades camponesas, marcam o território cerradeiro ao utilizar seus elementos com o máximo de cuidado. Com sabedoria e respeito, criam relações simbióticas do humano com a natureza, além de que suas histórias contribuíram também para denunciar a lógica da monocultura e do agronegócio, modelo cada vez mais presente nas políticas neoliberais e estratégicas solidificadas no lucro e enriquecimento elitizado e consequente depauperação aos povos do Cerrado e destruição da sociobiodiversidade do Cerrado.

As famílias camponesas e suas andanças em busca da reprodução familiar, foram gradativamente expulsas, decorrentes da modernização do campo com usos de tecnologias em substituição à mão-de-obra camponesa e agravado pelo modelo de monoculturas incipientes da economia de exportação em *commodities*.

O Cerrado se apresenta como um território apropriado enquanto uma das últimas fronteiras agrícolas brasileira de expansão do agronegócio, marcando profundamente a história das famílias camponesas. Viveram as transformações nas relações de trabalho e o desmembramento do grupo familiar promovido pela substituição da mão de obra humana pelas máquinas no campo; sofreram

as permanentes mobilidades entre o núcleo urbano enquanto moradia e o campo como espaço de trabalho.

A mão de obra libertada resultou na separação familiar que correspondeu a um processo excludente, forçando adaptações de mulheres (ex-camponesas) e filhos à vida na cidade e a mobilidade dos homens entre fazendas, local de trabalho e cidade residencial da família. Neste cenário a figura do pai é ausente, pelo fato de este ter que se ausentar da família e do lar, para trabalhar em fazendas.

As mudanças nas relações de trabalho nos campos brasileiros foram decisivas para os povos cerradeiros, uma vez que camponesas e camponeses tiveram suas vidas enredadas pelo processo de territorialização do Cerrado que, neste contexto passa a ser compreendido a partir dos conceitos de território, territorialização e territorialidade em diferentes apropriações, isto é, aquela do controle pelo capital e poderes públicos de um lado, e da apropriação subjetiva na construção das territorialidades dos sujeitos, com o território de vivência de outro lado.

Mais do que uma categoria social, as camponesas e camponeses desvendaram, com suas histórias de vida, a existência de vínculo afetivo com a terra de identidades camponesas com o território. As heranças guardadas na memória e nas práticas revela a cultura de um modo de vida que busca incansavelmente um equilíbrio com a natureza, ressaltada no zelo com a biodiversidade cerradeira que, na relação mútua, as converte em guardiãs do Cerrado.

Nos seus saberes/fazeres e bravuras, exhibe seus protagonismos, enfrentando desafios e conquistando a terra que do seu trabalho retira o sustento para a família e, ainda sem esforço, sem alarde, com sua história narrada, questiona a sociedade patriarcal/machista, as injustiças no mundo do trabalho e o modelo aniquilador fundiário brasileiro, que avança com as máquinas do agronegócio sobre a natureza, os biomas, o Cerrado.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Brasil em Síntese: território**. 2022. Disponível em: jul/2022. <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICM-Bio. **Cerrado**. 2021. Disponível em: jul/2022. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado>. Acesso em: jun. 2019.

BRASIL/MMA. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado)**. 2010. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/ppcerrado_outubro.pdf. Acesso: jun. 2019.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Um olhar geopolítico sobre a água no Cerrado: apontamentos para uma preocupação estratégica. *In*: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Editora Vieira. Goiânia. 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: nov. 2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O Cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. *In*: ALMEIDA, M. Geralda, CHAVEIRO, Eguimar F. BRAGA, Helaine C. (Orgs.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares** Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. *Élisée, Rev. Geo. UEG*, v.9, n.2, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10861>. Acesso em: nov. 2019.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. **Revista Mirante**, v. 1. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343724775_Cerrado_patrimonio_genetico_cultural_e_simbolico. Acesso em: set. 2018.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Cartografia de um pensamento de Cerrado. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (Orgs.). **Cerrados: Perspectivas e olhares**. Goiânia: Vieira. 2010, p. 51-69. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: maio/2019. Acesso em: mar. 2018.

EMBRAPA CERRADO. **O Cerrado**. 5/Jun/2012. Disponível em: <https://www.cpac.embrapa.br/unidade/ocerrado/#:~:text=S%C3%A3o%20encontradas%2C%20aproximadamente%2C%2012.000%20esp%C3%A9cies,em%20mais%20de%20um%20ambiente>. Acesso em: mar. 2018.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à Multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas/Porto Alegre: Editora ULBRA/Editora UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso: mar. 2018.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**. Volume 1. Nº 1. Brasília. 2005. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupY.pdf Acesso em: out. 2018.

MALHADO, Ana Cláudia Mendes; PIRES, Gabrielle Ferreira; COSTA, Marcos Heil. Tradução FERREIRA, Manuel Eduardo. A conservação do Cerrado é essencial para proteger a Floresta Amazônica. **Revista UFG**. v. 12, n. 9. 2010. Publicação: AMBIO: A Journal of Human Environment, em julho de 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48341> Acesso: abr. 2022.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano**. 2004, 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente (UNESP). Presidente Prudente. 2004. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102964/mendonca_mr_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: mai. 2018.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. (Orgs.). **Cerrados: Perspectiva e olhares**. Goiânia: Vieira. 2010, p. 51-69. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: maio/2019. Acesso em: mar. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os Cerrados brasileiros. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 24, núm. 2, outubro, 2016, pp. 384-416. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5999/599964678001.pdf>. Acesso: set. 2022.

SILVA, Elaine Barbosa da; ANJOS, Antônio Fernandes dos. O monitoramento do desmatamento e as ações de conservação do Bioma Cerrado na primeira década do século XXI. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Editora Vieira. Goiânia. 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: nov. 2019.

SIQUEIRA, Lyssandro Norton; RADIC, Luiz Felipe. A degradações do Cerrado e a questão hídrica Sul Americana: possíveis implicações jurídicas para o Brasil. **Revista Vertentes do Direito**. v. 8, n. 1. 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/11356/18705>. Acesso: mar. 2022.



ENSAIO SOBRE A CULINÁRIA DOS CARREIROS DE MORRINHOS, GO: ENTRE POUSOS RURAIS E CIDADES

Iana Cândido Cunha

Maria de Lourdes Alves dos Santos

Jean Carlos Vieira Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-D

Introdução

O objetivo central deste capítulo é realizar uma breve apresentação da culinária da viagem de carro de boi dos romeiros de Morrinhos a Trindade (GO), com o intuito de participar da Festa do Divino Pai Eterno. Enoque e Almeida (2021) mencionam que essa festividade católica é compreendida como fenômeno da peregrinação e manifestação cultural de ampla dimensão, cujo período de ocorrência corresponde ao final do mês de junho e início do mês de julho de cada ano.

Trindade, no estado de Goiás, surgiu com as romarias e faz parte da região metropolitana de Goiânia nos dias atuais, cujo embrião do destino religioso foi o “aglomerado de Barro Preto; local onde foi encontrado o medalhão que daria início à romaria, ou seja, a um movimento pendular caracterizado pela religiosidade e busca pelo sagrado por parte do homem sertanejo de Goiás” (D’Abadia, 2014, p. 120).

Vale ressaltar que esse núcleo urbano está localizado a 18 quilômetros da capital do estado e a 150 quilômetros de Morrinhos (GO). A região Sul de Goiás, particularmente, o município de Morrinhos, experimentou um processo de transformação entre as décadas de 1950 e 1970, com a mudança da estrutura demográfica majoritária de rural para urbana, e, pelos projetos de (re)urbanização que tinham Goiânia como modelo. No caso específico de Morrinhos, as principais intervenções se deram na segunda metade da década de 1960, durante a administração do Prefeito Joviano Antônio Fernandes. (Meira, 2017).

Nesse sentido, a temática da viagem de carro de boi, em especial o estudo da peregrinação, abarca perspectivas relevantes de descobertas e novas compreensões, especialmente acerca dos caminhos percorridos por paisagens rurais e urbanas, da alimentação coletiva, da fé que em movimento, dos lugares e das redes de apoio. Torna-se relevante se ater ao fato de que “entendidas como romarias coletivas, essas manifestações religiosas, além de terem como principal elemento as visitas aos lugares considerados santos, também englobam aspectos socioculturais” (Enoque; Almeida, 2021, p. 479).

Com vistas a desenvolver este ensaio, foram levantadas as seguintes questões que justificam o estudo sobre a culinária dos carreiros de Morrinhos: quais relações se apresentam com os lugares de apoio à viagem? Quais as lógicas e estratégias alimentares dos romeiros? Nesse contexto, metodologicamente parte-se da investigação qualitativa, “capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais” (Minayo, 1996, p. 10).

Em um primeiro momento, buscou-se a pesquisa bibliográfica baseada em D’Abadia (2014), Enoque e Almeida (2021), investigadores relevantes da festa de Trindade (GO) que, em suas obras, promovem diálogos e conexões temporais e especiais com o principal destino religioso goiano. Essas “referências dão suporte teórico, uma vez que mensura aspectos relevantes que permeiam a temática abordada” (Santos; Rodrigues, 2020, p. 45). Portanto, para

construção deste trabalho, foi fundamental a “revisão bibliográfica e consulta à internet” (Ataídes; Cunha; Santos, 2019, p. 32). Traz-se também o depoimento de um romeiro de Morrinhos sobre a cozinha dos carreiros. Que permitiu compreender apenas retalhos do real.

O Romeiro e a cozinha: fundamentação teórica preliminar

Ao buscar um entendimento acerca das viagens de carros de boi pelo cerrado goiano, do destino principal do Santuário de Trindade e da Festa do Divino Pai Eterno, diversas reflexões se apresentam como possibilidade de compreensão e construção teórica, cujos conceitos são necessários para aportar na temática proposta. Adicionalmente, os romeiros que caminham por estradas com os carros de boi são viajantes em um deslocamento a partir de seus ambientes habituais por diferentes motivações, cuja maioria se volta à busca de curas para doenças físicas e espirituais. Nesse percurso, o:

[...] trajeto e os elementos presentes nesse caminho corroboram para que o devoto se sinta como parte da romaria, refletindo diretamente na própria experiência de fé. Tal experiência é manifestada na ideia de que, ao ser romeiro, o indivíduo traduz comportamentos que exprimem a devoção, a caridade, o cumprimento à lei divina, sendo fiel aos princípios e valores pregados pela divindade religiosa (Enoque; Almeida, 2021, p. 482).

Entende-se, pois, que a relação entre a viagem, os romeiros e a fé fazem parte das comunidades do cerrado; por conseguinte, o ponto de partida das viagens são os locais de residência, com destino ao Santuário do Divino Pai Eterno em Trindade (GO). D’Abadia (2014, p. 16) clarifica que a festa religiosa é ressignificada “pelo movimento imbricado do profano e do sagrado. Nessa dinâmica, o período da festa de padroeiro atinge outros momentos da vida, ali convivem práticas religiosas, de lazer e de trabalho”.

Sob esse viés, a festa de Trindade (GO) se transforma no cotidiano, pois o romeiro que viaja de carros de bois e outros meios de transporte é “ser de transformação. O efêmero se conjuga com o constante/estável e juntos ou dissocia-

dos promovem um movimento único e complexo” (Marques; Santos, 2014, p. 212). Meios de hospedagens, estabelecimentos gastronômicos, lojas de artigos religiosos e outros segmentos econômicos se inserem nessa conjuntura.

Nesse entremeio, faz-se necessário sublinhar que a história da alimentação teve sua origem na pré-história, há cerca de 3,5 milhões de anos (Braune, 2017). Desde então, a alimentação foi se complexificando a partir das interações e recursos com o ambiente e as trocas entre os povos, assim foi se difundindo. Para Bastos (2013, p. 13), alimentar-se é o “mais básico e importante dos comportamentos humanos e, a par da reprodução, assegura a vida dos indivíduos e as condições para a continuidade da espécie”.

Dessa maneira, no século XVIII, Brillat-Savarin (1995) elucidava sobre a importância da alimentação na vida social e enfatizava que o “conhecimento fundamentado de tudo o que se refere ao homem à medida que ele se alimenta, objetivando zelar pela conservação dos homens, por meio da melhor alimentação possível” (Brillat-Savarin, 1995, p. 95). O ato de alimentar-se é um ato dotado de muito simbolismo e o que tange a cultura e não poderia ser diferente. Representa um modo de vida (Trigo, 2000).

Para Silva *et al.* (2022), o ato de cozinhar se configura como a arte de transformar o alimento sob o estado *in natura* em algo repleto de sabores que, quando misturados, promovem sensações de prazer. Devido às técnicas culinárias adotadas na preparação dos alimentos e à combinação de sabores, é possível obter alimentos com características diferentes das apresentadas no estado original. Frente a isso, um dos aspectos mais importantes no ato de cozinhar se refere à escolha dos temperos que agregam sabor e palatabilidade às preparações.

De acordo com Collaço (2013), a cozinha é um conjunto de operações que envolvem desde a produção do alimento, sua distribuição, preparo e consumo, bem como destino dos resíduos e permite pensar a diversidade cultural:

[...] dando diferentes soluções a um problema comum, o comer. Na verdade, a cozinha, seus pratos, bem como suas receitas, não refletem uma identidade per se, ou expressão cultural de um povo, grupo ou território como é comum ouvir no discurso do senso comum. Ela é um material extremamente maleável que promove representações em distintos planos que se entrelaçam para dar consistência ao comer (Collaço, 2013, p. 206).

Segundo Collaço (2013), isso significa ter em mente que os produtos servidos foram selecionados, preparados e destinados para o consumo de alguém, em algum momento, para certas pessoas. A comida é relacional, assim como a identidade, de modo que o mesmo material pode prestar-se a distintas interpretações. Neste caso, uma cozinha, antes de representar um país e abarcar um conjunto de receitas, é uma referência com mobilidade. De modo geral, a imagem mais persistente no senso comum é aquela que vê a cozinha como expressão cultural de um povo, acentuando aspectos de reconhecimento não só culturais, mas também de espaço e tempo, conferindo-lhe características particulares.

Em Portugal, Dillmann (2021, p. 435), arrazoa que o entendimento da cozinha é defendido pela igreja como “espaço de preparação de alimentos para a satisfação das necessidades da vida”. De acordo com os religiosos portugueses, essa convive lado a lado com o ideal de cozinha sofisticada, efeito da delicadeza, da preocupação com o sabor:

[...] da volúpia, do estímulo ao apetite, do aperfeiçoamento da digestibilidade, que o século XVIII português conheceu por influência francesa. Com o desenvolvimento de concepções sobre funções gastronômicas que exaltavam os sabores, entende-se a recorrência dos religiosos em situar sua posição de condenação do comer além do necessário como pecado da gula, embora nem sempre a caracterização desse comer tenha sido homogênea, entre os autores consultados, para considerá-la como pecado capital (Dillmann, 2021, p. 435).

De todo modo, ao acionar a noção de pecado, os discursos religiosos-morais impulsionavam a disciplina social e normatizavam comportamentos, idealizando sujeitos enquanto devotos, saudáveis e obedientes. Dillmann (2021,

p. 415), ainda sublinha que nos territórios religiosos lusitanos “o comer e o beber poderiam demonstrar o requinte do gosto e da apreciação à boa mesa, ou, representar uma ameaça à conduta santa e à esperança salvífica”. No entanto, para os religiosos a compreensão e definição da gula, era constituída quase por um discurso padrão, num alinhamento normativo que não somente restringia o consumo de comidas e bebidas.

A alimentação da Comitiva de Morrinhos: uma breve apresentação

Este trabalho abarca um depoimento com uma liderança dos carreiros de Morrinhos (GO). Nesse contexto, parte-se das percepções dos romeiros/carreiros a respeito da própria condição de alimentação durante a viagem. A comitiva de Morrinhos (GO) partiu da Fazenda Barreiro, em 19 de junho de 2022, cujo trajeto até o destino percorreu Piracanjuba (GO), Hidrolândia (GO), Aragoiânia (GO) e Abadia de Goiás (GO), com entrada em Trindade (GO) no dia 27 do mesmo mês. Segundo um dos entrevistados o grupo, teve como pouso:

[...] oito fazendas. Andamos cerca de 20 km a 30 km por dia, e a distância total percorrida foi de 200 km. Todos os dias saíamos cerca de 6h30 às 7h da manhã e chegávamos nas fazendas, que íamos descansar, se alimentar e dormir, por volta das 15h às 17h. Saímos de Morrinhos com nove carros de boi, com oito bois em cada carro. Nós, os romeiros que saímos de Morrinhos, foram 35, sendo eu, Florêncio Cruvinel de Oliveira, o de maior idade (81 anos); e o Marcelo (44 anos), o mais novo. A primeira vez que eu participei da romaria foi em 1992, a convite de seu amigo Laerte. Gastamos cerca de Cr\$ 200, e uma vaca valia cerca de Cr\$ 30 a Cr\$ 40. Na nossa comitiva de 2022, tínhamos cerca de 80 bois. Durante a viagem, os bois se alimentam apenas de pasto (Entrevistado Florêncio Cruvinel de Oliveira, 2022).

Em 2022, Florêncio completou 29 viagens em que acompanha os carros de bois até Trindade (GO). Ainda sobre os pousos nas fazendas (pastos), os membros da comitiva dormem em barracas ou tendas colocadas em local cimentado – a maioria dos locais tem energia e, caso não haja, eles “puxam”

a energia do ponto mais próximo. Vale ressaltar que, em Trindade (GO), a comitiva morrinhense ficou três dias em uma fazenda às proximidades da cidade. Sobre a alimentação da comitiva, basearam-se em:

[...] arroz, feijão e carne (todos os dias). Tínhamos a carne suína de lata, churrasco, mandioca, cará e almôndegas (de lata). Com esses ingredientes, fazíamos o arroz com carne, o arroz carreteiro, o arroz com carne e linguiça. Levamos também biscoito de queijo, biscoito de polvilho, rosca e bolo de mandioca (mané pelado) (Entrevistado Florêncio Cruvinel de Oliveira, 2022).

Nessa conjuntura, as refeições correspondem ao momento em que “o coletivo festeja; se sociabiliza pelo encontro e reforça os seus vínculos” (Marques; Santos, 2014, p. 185), com a disponibilização de alimentos e pratos tradicionais na região do cerrado e que compõem a viagem de carros de bois. Ainda sobre o preparo das refeições e do apoio financeiro e humano, foi elucidado que:

Para preparar as refeições, levamos utensílios como fogão e botijão de gás. Ganhamos cerca de R\$ 3.000 para comprar ingredientes para fazer as refeições, e cozinheiras foram três. Tivemos também um carro de apoio (camionete), pois as cozinheiras e alguns ajudantes vão à frente para preparar as refeições. Gastamos os cerca de R\$ 3.000 com a compra dos ingredientes, gás e outros utensílios (Entrevistado Florêncio Cruvinel de Oliveira, 2022).

Em 2022, apenas Florêncio conseguiu arrecadar cerca de R\$ 2.000 e, no tocante às refeições, algumas vezes não foi preciso fazer o jantar porque os donos das fazendas o ofereceram juntamente com o café da manhã no dia seguinte. Nesse contexto, observa-se que “a cozinha contém e expressa a cultura de quem a pratica e está relacionada às tradições e modo de viver das populações. É representada com um espaço de autorrepresentação e de comunicação” (Vieira; Marqueto; Tramontini, 2016, p. 111).

D’Abadia (2014), ao estudar as romarias goianas, lembra que essas exemplificam a prática religiosa, uma vez que acontecem e ajustam-se pela vontade e fé dos indivíduos leigos. A comunidade organiza-se para devotar. No estudo

realizado, neste capítulo, a viagem dos carreiros de Morrinhos foi um acontecimento coletivo, voltado para a participação do grupo tanto na preparação, quanto na sua execução, estabelecendo práticas religiosas de aproximação dos carreiros devotos.

Considerações Finais

Em um processo de compreensão que não se esgota neste trabalho, constatou-se que a culinária dos carreiros de Morrinhos (GO), é consequência das relações de indivíduos viajantes plurais com as bases de apoio a partir das cidades de origem e ao longo do trajeto percorrido. Ademais, nota-se que a permanência desse deslocamento se condiciona à existência dos sujeitos sociais que pretendem manter a tradição. Desse modo, compreendeu-se que a culinária típica dos carreiros de Morrinhos deve ser valorizada, principalmente, sob a ótica da viagem religiosa no sentido de proporcionar aos romeiros a manutenção dessa lógica no Cerrado, convivendo com espaços rurais e urbanos diversos.

Diante do contexto apresentado neste capítulo, é possível afirmar que existe uma cozinha dos carreiros, protagonizada pelos sujeitos viajantes, movimentados pela religiosidade e fé no Divino Pai Eterno, sendo esses indivíduos resultantes de grupos oriundos de cidades e propriedades rurais do Cerrado goiano. Uma cozinha que está no contexto da mesa caipira regional, com destaque para o tradicional arroz, feijão e carne.

Ao longo do texto, os questionamentos foram respondidos. Portanto, ao observar as relações alimentares da viagem com os lugares de apoio, admite-se que o movimento coletivo se sustenta no voluntariado, no apoio financeiro e de doações, no planejamento dos mais experientes e no tempo sem trabalho. Nesse ínterim, os breves resultados obtidos por meio das entrevistas na presente investigação elucidam que o planejamento e a doação do tempo são fundamentais para a manutenção da arte de cozinhar nos pousos.

Referências

- ATAÍDES, M. R. A., CUNHA, I. C.; SANTOS, J. C. V. Cafeterias da área central de Caldas, Goiás: componentes da paisagem urbana turística. **Revista Ateliê do Turismo**, 3(1), p.31-44, 2019.
- BASTOS, C. M. **O Pão Nosso Cada Dia** – A alimentação na RB – preceitos, condicionalismos e fundamentos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.
- BRAUNE, Renata *et al.* **O que é Gastronomia**. Brasiliense, 2017.
- BRILLAT-SAVARIN, A. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COLLAÇO, J. H. L. Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 11, n. 2, p. 203–222, 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2865>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- D’ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade (GO)**. Jundiá: Paco, 2014.
- DILLMANN, M. Comer e beber “até perder o juízo”: o pecado da gula na literatura religiosa publicada em Portugal, século XVIII. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/17173>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- ENOQUE, Alessandro Gomes; ALMEIDA, Lorrana Laila Silva de. Análise da peregrinação nas festividades do Divino Pai Eterno em Trindade/GO. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 23, n. 3, p. 476-495, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/17834>. Acesso em: 8 mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n3.p476-495>
- MARQUES, Luana Moreira; SANTOS, Rosselvelt José. O Ser e o Santo: geografias vividas e narradas pelos sujeitos sociais da festa de Santos Reis de Martinésia – Uberlândia/MG. In: MARQUES, Luana Marques (org.). **Geografias do Cerrado: sociedade, espaço e tempo no Brasil Central**. Uberlândia: Edibrás, 2014, p. 185-215.

MEIRA, Júlio Cesar. **Ideias de progresso e modernização:** projetos de (re)urbanização do município de Morrinhos/GO (1950-1970). (242 f.: il). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia (MG), 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Jean Carlos Vieira; RODRIGUES, Karina Arantes. A Música Sertaneja na Perspectiva Geográfica: a cidade, suas raízes, fusões culturais e o tempo de lazer. **Geoambiente On-line**, n. 36, p. 43–63, 2020. DOI: 10.5216/revgeoamb.vi36.63041. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/63041>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, B. C.; CUNHA, Iana C.; COUTINHO-DEGAN, I. P.; SANTOS, Maria de Lourdes A.; SANTOS, J. C. V. Especiarias e Ervas Frescas: algumas notas a partir dos estudos na gastronomia. **Revista Territorial**, v. 11, p. 34-51, 2022.

TRIGO, Luís G. G. **A Sociedade Pós - industrial e o Profissional em Turismo**. São Paulo: Papirus, 2000.

VIEIRA, E. L.; MARQUETO, R. M. F.; TRAMONTINI, G. Cozinha, Saberes e Sabores da Gastronomia Missioneira. **Revista Contexto & Saúde**. Unijui-Editora Unijui, v. 16, n. 30, 2016.



COMUNIDADES TRADICIONAIS DO SALGADO E PEDRA LISA EM QUIRINÓPOLIS-GO: RESSIGNIFICAÇÕES CULTURAIS FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO

Rafael Marcon dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-343-E

Introdução

Este capítulo de livro nos traz um breve contexto da pesquisa desenvolvida pelo autor durante sua participação no programa de mestrado acadêmico da UEG Câmpus Cora Coralina, na cidade de Goiás. O estudo para a elaboração da dissertação foi executado em duas comunidades tradicionais presentes em Quirinópolis-GO.

A obra nos oferece uma visão detalhada sobre os processos históricos, econômicos e culturais que moldaram as comunidades tradicionais do Salgado e Pedra Lisa, ambas presentes no município de Quirinópolis.

Município este é situado na mesorregião Sul Goiano do Estado de Goiás e na microrregião número 18, suas coordenadas geográficas estão entre 18°25'52" e 18°29'10" Sul e 50°25'18" e 50°28'27" Oeste. Fazendo divisa com Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Alta, Castelândia, Gouvelândia, Paranaiguara, Rio

Verde e Santa Vitória, em Minas Gerais. Localizado a cerca de 280 quilômetros da cidade de Goiânia, capital do estado, Quirinópolis é uma rota importante de ligação entre a região sudeste do Brasil e a capital goiana, através das rodovias GO-164, BR-452 e BR-060.

A pesquisa foi desenvolvida visando a necessidade de aprofundar o conhecimento acadêmico sobre a formação populacional e o desenvolvimento de atividades econômicas, solidárias, sociais, culturais e religiosas que contribuíram para a formação da identidade sociocultural das comunidades de Salgado e Pedra Lisa.

Onde foi observado que com a introdução de técnicas agrícolas modernizadas a partir da década de 1970, as comunidades enfrentaram significativas transformações em suas atividades produtivas tradicionais. Esse processo de modernização agrícola no Centro-Oeste brasileiro, especialmente com a monocultura da soja e, mais recentemente, da cana-de-açúcar, impactou profundamente as comunidades estudadas.

O objetivo da pesquisa foi analisar como os processos produtivos no município de Quirinópolis, resultantes da modernização agrícola, transformaram as atividades camponesas e ressignificaram as identidades socioculturais das comunidades de Salgado e Pedra Lisa. A pesquisa busca identificar e descrever as bases atuais da identidade sociocultural dessas comunidades, constituídas a partir das transformações nas atividades camponesas nas últimas décadas.

A pesquisa foi desenvolvida utilizando uma ampla base de referências bibliográficas e documentais, proporcionando as bases teóricas e conceituais do trabalho. Foram realizados levantamentos históricos e estatísticos para contextualizar as transformações na região e nas comunidades estudadas.

Apesar das profundas transformações causadas pela modernização agrícola e pela introdução das monoculturas, a produção camponesa continua sendo uma fonte significativa de renda para as famílias dessas comunidades. As cooperativas desempenharam um papel crucial ao permitir que os camponeses

compitam no mercado local com a produção de leite, mantendo vivas as tradições e práticas comunitárias.

O estudo destaca a importância de compreender a evolução e ressignificação das identidades socioculturais nas comunidades tradicionais frente aos avanços capitalistas no campo, proporcionando uma visão abrangente das mudanças e resistências que caracterizam a vida rural em Quirinópolis.

Quirinópolis e suas comunidades tradicionais

Observando o panorama histórico do município de Quirinópolis, analisamos que este passou por diversas transformações ao longo das décadas, especialmente com a introdução do agronegócio. Essas transformações modificaram a rotina e a identidade das comunidades tradicionais rurais do Salgado e Pedra Lisa.

Quirinópolis surgiu a partir de um núcleo de povoamento no século XIX, inicialmente como distrito de Rio Verde, tendo sua emancipação política apenas em 31 de dezembro de 1943. Nesse mesmo período, as comunidades camponesas locais desenvolveram uma identidade própria baseada na agricultura familiar e na convivência harmoniosa com a natureza. No entanto, com o avanço do agronegócio, essas características tradicionais foram gradualmente se modificando.

No início, as comunidades de Salgado e Pedra Lisa eram marcadas por uma forte ligação familiar e práticas agrícolas tradicionais, onde a produção era destinada principalmente ao consumo próprio. Essas práticas foram transmitidas através das gerações, criando um forte senso de identidade e coesão social.

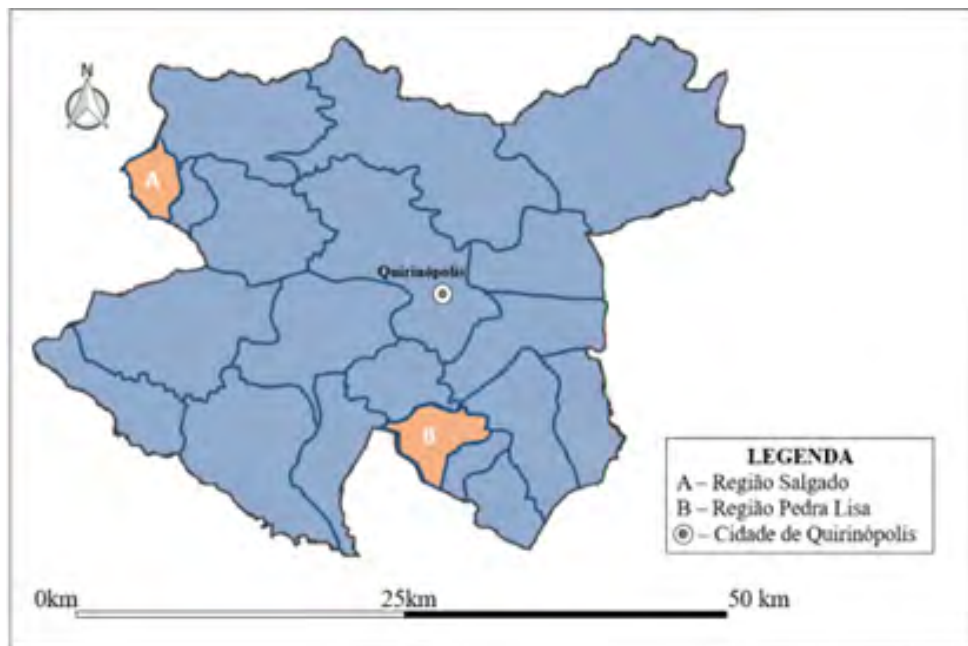
A pesquisa destaca como as festas típicas, celebrações religiosas e a solidariedade comunitária desempenhavam um papel central na vida das comunidades, fortalecendo os laços sociais e preservando as tradições culturais. Para Brandão (2012, p. 360-361 apud Santos, 2023, p. 28) as comunidades tradicionais constituem-se

como um grupo social local que desenvolve: a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b) saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis; d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral; e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental.

Para compreender melhor a dinâmica local, podemos observar a (Figura 1) que corresponde ao mapa com a localização das duas comunidades presentes no município, com destaque para a comunidade do Salgado, representado pela letra (A), e a comunidade da Pedra Lisa, pela letra (B).

Essa distância entre as comunidades também foi um fator que contribuiu para a divergência quanto ao destino e as ressignificações delas, pois no caso da comunidade Pedra Lisa, a proximidade com o centro urbano, junto a criação de gado e o cultivo da soja favoreceu a migração populacional para a cidade ainda na década de 1980, e a proximidade com a usina sucroalcooleira Boa Vista, foi um fator que favoreceu a expansão da cana-de-açúcar na região, complementando a migração dos moradores para a cidade no início dos anos 2000. Muitos migraram devido a oferta de emprego oferecida pela usina, e a baixa demanda por trabalho na área rural.

Figura 1 - Divisão das 21 regiões de Quirinópolis, com destaque para Salgado e Pedra Lisa.



Fonte: BDE Goiás, 2022. Acervo UEG.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

A comunidade do Salgado se localiza na divisa com o município de Rio Verde e Cachoeira Alta, conforme representa a (Figura 2), e devido a sua localização, no passado o contato que os moradores tinham com os centros urbanos era predominante com Rio Verde, devido a facilidade de acesso pelas vias rurais.

O contato com o centro urbano de Quirinópolis tornou-se mais recente, apenas na segunda metade do século passado, com a abertura de estradas, facilitando o acesso aos moradores a chegarem à cidade.

Figura 2 – Demarcação da Comunidade do Salgado



Fonte: Google Earth. 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos. 2022.

A comunidade se iniciou com a chegada de José Cabral e seus três filhos, que desenvolveram ali suas vidas. Anos depois chegaram outras famílias, que também compuseram o tronco familiar.

Algo que hoje em dia é pouco comum, mas ainda é presente na região é o casamento entre primos, prática essa que até décadas atrás era frequente. Uma forma que as famílias tinham de manter o tronco familiar predominante na região, que é conhecida por ser local de vida da família Cabral.

Além do tronco familiar da família Cabral, chegaram à região a família Vieira, tornando a região com uma “miscigenação familiar”, sendo por décadas os sobrenomes com predominância local.

Naquele período a comunidade era isolada do meio urbano, tendo sua agricultura e pecuária de subsistência, voltadas para o consumo familiar, onde as pessoas raramente frequentavam as cidades, e de acordo com relatos, as viagens ocorriam de uma a duas vezes ao ano, apenas para comprar os produ-

tos que não eram capazes de se fazer nas propriedades, como as roupas, sal e querosene.

Em suas propriedades cultivavam todos os elementos base da alimentação familiar, como arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, e demais legumes e verduras, além da criação de animais, como vacas, porcos e galinhas, tudo para o consumo próprio, com um pequeno excedente para a comercialização.

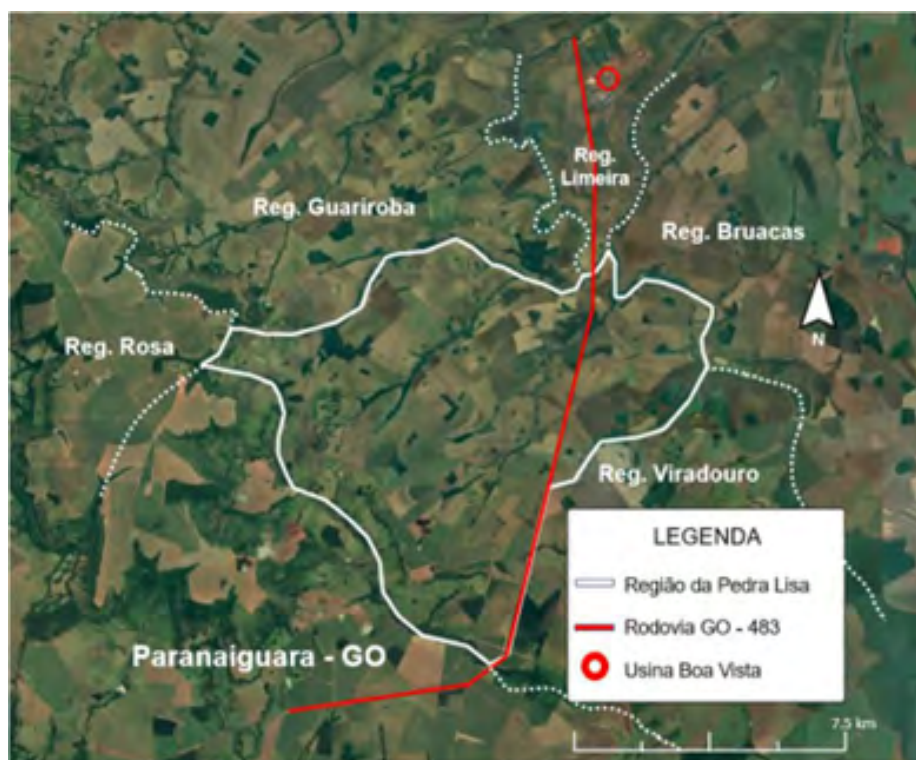
Essas atividades exercidas eram de ação coletiva, onde era comum a prática dos mutirões, técnica essa que consistia na ajuda mútua entre os moradores, onde um ajudava o outro no plantio, colheita e compartilhamento dos cultivos. Esse evento típico era encerrado com uma boa festividade e a união familiar sempre presente. Sabourin (2020, p. 66 apud Santos, 2023, p. 31) conceitualiza que

O termo “mutirão” designa dois tipos de cooperação camponesa de origem autóctone. A primeira diz respeito aos bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de uma rodovia, escola, barragem ou cisterna), a outra aos convites para trabalhar em benefício de uma família, em geral para trabalhos penosos (desmatar um terreno, montar uma cerca, construir uma casa).

Em Pedra Lisa a realidade não era diferente, lá também existia o espírito comunitário entre as famílias, com práticas tradicionais, religiosas e culturais, como a Folia de Reis, Festa do Divino Pai Eterno e a Festa Junina, além das novenas e terços.

Porém, em Pedra Lisa, devido a sua proximidade com o centro urbano de Quirinópolis, e a proximidade com a usina sucroalcooleira Boa Vista (Figura 3), fez com que a comunidade sofresse maior interferência sociocultural com o passar das décadas.

Figura 3 - Demarcação da Comunidade Pedra Lisa.



Fonte: Google Earth. 2022.

Organização: SANTOS, R. M. dos, 2022.

A comunidade faz divisa com o município de Paranaiguara-GO, e teve seu início com a chegada de Bilizar Estevam de Oliveira e Francisca Amália da Conceição à região, por volta dos anos 1900. O tronco familiar que se desenvolveu primeiramente na região foi a família Oliveira, porém em 1918 a região recebeu outra família, também vinda de Minas Gerais, a família de Joaquim Alves Filho, pais de Álvaro Alves Ribeiro, este que foi precursor da cultura da dança da catira em Quirinópolis, estabelecendo a cultura da dança na cidade, e assim caracterizando a região por ser a origem dela no município.

A comunidade do Salgado possui uma escola que até hoje atende aos alunos da área rural, já a comunidade Pedra Lisa não, esta contava com uma escola até décadas passadas, porém com a diminuição do quantitativo de alunos e a proximidade com a cidade, fechou as portas, e os alunos agora são transportados pela prefeitura até as escolas urbanas.

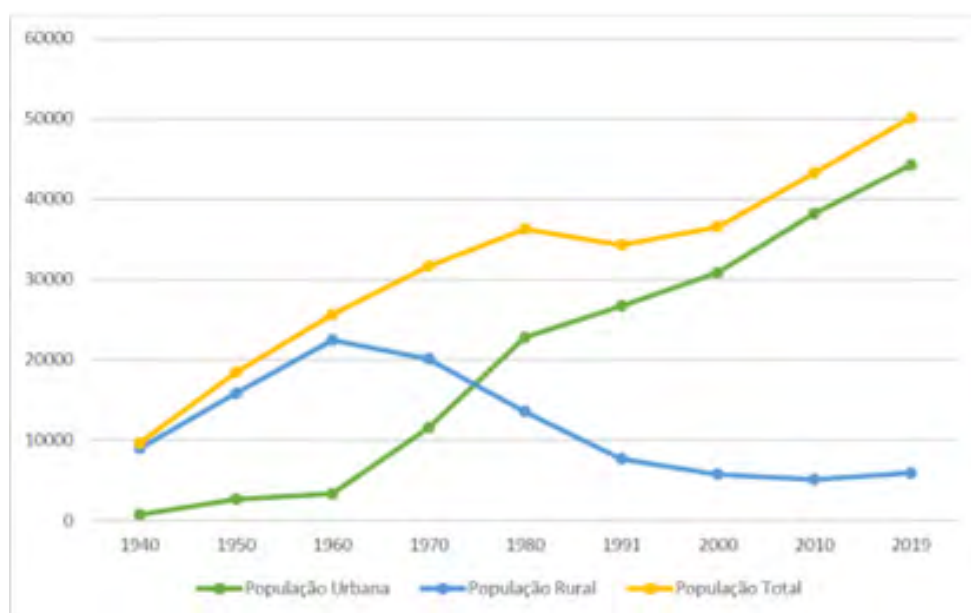
Transformações socioeconômicas e ressignificações na vida rural

Para compreendermos as ressignificações socioculturais que ocorreram nas comunidades, precisamos entender o contexto econômico que o município de Quirinópolis passou a partir de meados da década de 1940 a 1970, onde houve uma drástica mudança nos modos trabalhistas rurais, com o avanço do capitalismo no campo.

A partir da década de 1940, a agricultura tradicional começou a ceder espaço ao agronegócio. Esse período foi marcado por uma intensa migração populacional e pela introdução de novas técnicas agrícolas voltadas para o mercado.

A primeira etapa dessa transformação envolveu a migração populacional e a agricultura tradicional, fase em que diversas pessoas migraram para o município em busca de trabalho nas fazendas, um trabalho que era braçal, porém em grande escala. Essa fase durou da década de 1940 a 1970, onde podemos ver uma grande crescente na população rural do município (Figura 4).

Figura 4 - População urbana, rural e total em Quirinópolis (1940 - 2019).



Fonte: IBGE. 2020.

Organização: SANTOS. R. M. dos, 2020.

A segunda etapa foi a transição para o agronegócio, com a introdução de grandes lavouras de soja. Isso trouxe mudanças significativas para a economia local, com a produção agrícola sendo direcionada para o mercado externo. Essa mudança alterou profundamente as relações sociais e culturais das comunidades, integrando-as ao capitalismo agrário.

Durante essa etapa, se iniciou a introdução de maquinários agrícolas no campo, onde houve a transição da mão de obra braçal pela mão de obra mecânica, redirecionando o contingente populacional do campo para a cidade, período em que a população urbana começou a crescer e se tornar majoritária no município. Nesse período as comunidades encontraram dificuldades, pois o agronegócio começou a se proliferar no meio rural, e a cidade começou a se tornar atrativo para os moradores rurais, principalmente como aconteceu em Pedra Lisa, onde já nesse período, boa parte dos moradores buscaram a cidade para morar.

A atual etapa de desenvolvimento agrícola envolveu a chegada das agroindústrias sucroalcooleiras, consolidando a monocultura da cana-de-açúcar. A mecanização e a industrialização das práticas agrícolas substituíram os métodos tradicionais, resultando em mudanças na organização social e na identidade cultural das comunidades.

Dessa forma, podemos observar que as comunidades estiveram inseridas nesse contexto agrícola de Quirinópolis, cada uma sendo afetada de uma forma, porém ambas sofreram ressignificações em sua estrutura cultural.

Apesar das mudanças impostas pelo agronegócio, essas comunidades encontraram maneiras de adaptar-se sem perder completamente suas raízes culturais. Na comunidade do Salgado, por exemplo, a produção leiteira tradicional foi adaptada às novas realidades econômicas. Os moradores aderiram a projetos de cooperativas, que trouxe capacitação técnica e melhorias na qualidade de vida, ao mesmo tempo em que transformou a produção de leite em uma atividade

de econômica mais integrada ao mercado. Essa adaptação, no entanto, teve um custo: a rotina dos produtores rurais tornou-se mais regimentada, modificando os afazeres tradicionais e as práticas socioculturais.

A ressignificação cultural nas comunidades rurais de Quirinópolis envolveu a integração de novas técnicas e conhecimentos com as práticas tradicionais. Esse processo de ressignificação é descrito como a capacidade dos indivíduos de atribuir novos significados a experiências passadas, adaptando-se a novas circunstâncias sem perder completamente suas raízes.

As festividades religiosas e as práticas de solidariedade comunitária continuaram a desempenhar um papel importante na vida das comunidades, proporcionando um sentido de continuidade e identidade. A fé católica, expressa por meio de rezas semanais, campanhas da fraternidade e novenas, fortaleceu os laços sociais e a união entre os moradores, mesmo em meio às mudanças econômicas e sociais.

No entanto, a resistência às mudanças impostas pelo agronegócio não foi uniforme. Na comunidade da Pedra Lisa, a predominância das lavouras de soja e cana-de-açúcar dificultou a manutenção das práticas tradicionais. A pressão para adotar novas práticas produtivas levou à ressignificação parcial da identidade camponesa, com as gerações mais jovens cada vez mais distantes das tradições agrícolas e culturais de seus antepassados.

Também podemos destacar que a ressignificação cultural nas comunidades rurais não se limita apenas às práticas agrícolas, mas abrange todos os aspectos da vida social e cultural. A transformação das propriedades familiares, das técnicas de produção e das formas de sociabilidade reflete a capacidade das comunidades de se adaptarem às novas realidades econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que mantêm elementos de sua identidade cultural.

Considerações finais

Dessa forma podemos concluir que apesar das significativas ressignificações socioculturais, as comunidades do Salgado e Pedra Lisa continuam a preservar traços importantes de sua identidade camponesa. As memórias das práticas tradicionais são mantidas vivas pelas gerações mais antigas, enquanto a nova geração enfrenta o desafio de equilibrar as demandas da modernização com a preservação de suas raízes culturais.

Memórias estas que são a base para se ter um contexto cultural dos moradores das comunidades, pois são nas memórias que conseguimos obter informações que são impossíveis de se adquirir em uma simples pesquisa, são com estes relatos que além de trazer informações, nos trazem a emoção e o sentimento de pertencimento da população com seu lugar de vida.

Esse sentimento de pertencimento é o fator que mantém e liga a população a sua propriedade, pois é um sentimento que conecta a vida rural com as memórias de infância e seus antepassados, o sentimento de manter preservado a propriedade que foi passada de pai para filho, bem como os conhecimentos adquiridos com os mais velhos.

Atualmente é observado uma dificuldade enfrentada pelos mais velhos quanto ao futuro das propriedades, pois a população jovem está procurando as cidades para estudar, trabalhar e desenvolver suas vidas, assim o futuro no meio rural é incerto, gerando desconforto em saber que futuramente suas propriedades poderão ser comercializadas e os laços culturais serem desfeitos.

Durante a pesquisa foram realizadas visitas de campo e entrevistas, essas foram fundamentais para documentar essas mudanças e destacar a importância de preservar a história e a cultura das comunidades tradicionais de Quirinópolis.

Em síntese, a pesquisa nos oferece uma análise abrangente das ressignificações socioculturais nas comunidades rurais do Salgado e Pedra Lisa em

Quirinópolis, revelando a complexa interação entre tradição e modernidade no contexto do desenvolvimento agrícola e do avanço do agronegócio na região Centro-Oeste do Brasil.

O estudo não só contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais dessas comunidades, mas também para a valorização e preservação de suas identidades e modos de vida tradicionais. Uma forma de manter viva a história e as memórias de um povo rico em cultura e conhecimento.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos**. 1ªEd. INTER-MEIOS. Montes Claros. P.347-361. 2012.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. HAL Open Science. 2009. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02840130/document>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SANTOS, Rafael Marcon dos. **Ressignificações socioculturais nas comunidades tradicionais do Salgado e Pedra Lisa em Quirinópolis (GO)**. Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Matheus Eduardo Souza Teixeira

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Especialista em Docência na Educação Infantil (UFU); Docente do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Estadual de Goiás (UEG). É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU).

Alessandra de Souza Gouveia

Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (PPGEP/ICHP), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Especialista em Educação para as Ciências e Humanidades e Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); É Docente da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-Goiás) e do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sudoeste, Sede Quirinópolis.

Edevaldo Aparecido Souza

Pós-Doutor pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho; Graduado e especialista em Geografia pela UFMS É Docente e Pesquisador na Universidade Estadual de Goiás (UEG), no Programa de Mestrado em Geografia Câmpus Cora Coralina e no curso de Graduação da UEG Câmpus Sudoeste - Sede Quirinópolis e no Mestrado em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Cáceres.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Anna Lígia Alves Coelho

Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ); Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Sensu; Graduada em Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, Campus Iporá e em Curso Superior Tecnólogo em Gestão Pública pela Faculdade Sensu; É docente no município de Goiânia; Foi coordenadora do curso Tecnólogo em Gestão Pública e Cursos Sequenciais Superiores e Pós-Graduações.

Bruno Serafim dos Reis

Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (2021); Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM-UFCAT) e do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e o Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT - Diretório de Grupo de Pesquisa - CNPq). Responsável pela Editoração eletrônica do periódico Espaço em Revista.

Carlos Roberto Pereira da Conceição

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade junto Povos e Territórios Tradicionais (MESPT/ UnB). Licenciado em Educação do Campo (UnB). Presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK).

Danila de Souza Gouveia

MBA em Gestão de Agronegócios pela Faculdade Dom Alberto; Bacharel em Direito pela Faculdade Quirinópolis (FAQUI); Gerente de Negócios Agro na Cooperativa Sicredi Cerrado GO.

Evandro César Clemente

Pós Doutor em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU); Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Jataí (UFJ); É membro do Grupo de Estudos sobre Dinâmica Regional e Agricultura (GEDRA) e da Rede DATALUTA; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Agrárias do Cerrado (GEPDACE).

Gladis Cabral Martins

Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina; Graduada em Geografia pela UEG, Câmpus Sudoeste - Sede Quirinópolis; É Docente em Geografia pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Tem experiência na área de Geografia.

Iana Cândido Cunha

Mestra em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Graduada em Nutrição pela UFG e em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Unidade Caldas Novas.

Isabela Aparecida da Silva

Graduanda em Geografia pela Universidade estadual de Goiás (UEG); Curso Ensino Médio no Colégio Estadual Doutor Onório Pereira Vieira; Tem experiência na área de Geografia.

Jean Carlos Vieira Santos

Pós-doutorado em Turismo pela Universidade do Algarve/Portugal; Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU); Estágio Doutorado PDEE/Capes na Universidade do Algarve/Portugal; Docente da Universidade Estadual de Goiás na Graduação e nos Mestrados em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG/Anápolis) e em Geografia (PPGEO/UEG/Campus Cora Coralina).

João Cleps Junior

Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Rio Claro); Docente do Instituto de Geografia e Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Coordena o Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) e o Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (NEAT - Diretório de Grupo de Pesquisa - CNPq). Membro pesquisador da Rede de Pesquisa DATALUTA e coordenador da Pesquisa DATALUTA em Minas Gerais; Editor-chefe do periódico Campo-Território: Revista de Geografia Agrária.

Karla Teixeira de Aguiar-Nascimento

Mestra em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina; Pesquisou comunidades quilombolas em Goiás. Atuou como docente da disciplina de Geografia na Educação do estado de Goiás, no Serviço Social da Indústria (SESI), bem como no ensino superior na UEG, onde trabalhou com disciplinas ligadas a Geografia Humana; Participa de grupos de estudos ligados a Geografia Cultural e decolonialidade.

Lorranne Gomes da Silva

Pós-doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG/Regional Catalão); Doutora e Mestra em Geografia pela UFG; Mestra em Geografia pela UFG/IESA; É Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO), no curso de Licenciatura e Mestrado em Geografia (PPGEO). Editora do periódico Territorial da UEG, Câmpus Cora Coralina; Foi professora do curso Superior de Licenciatura Intercultural Indígena da UFG/Goiânia e do curso de Licenciatura em Geografia da UEG, Câmpus Sudoeste - Sede Quirinópolis.

Lucimar Marques da Costa Garção

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Instituto de Estudos Socioambientais (UFG/IESA); Especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Graduada em Geografia UEG; Docente da UEG, Unidade Porangatu e da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC/GO); Coordendora Pós Graduação Lato Senso Educação e Linguagens.

Mainara da Costa Benincá

Pós-Doutoranda pela Universidade Federal de Jataí (UFJ); Doutora, Mestre, Especialista e Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Campus Jataí. Foi Docente do curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Maria Aparecida de Souza (In Memoriam)

Foi Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Graduada em Geografia também pela UFMS. Foi docente no Curso de Geografia na UFMS e na UNEMAT.

Maria de Lourdes Alves dos Santos

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Especialista em Gestão Estratégica em Logística pela Universidade Estadual de Goiás pela UEG; Membro do Núcleo de Pesquisa dos Saberes Tradicionais e Ambientais do Cerrado, NuSACER (TECCER-UEG).

Rafael Marcon dos Santos

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Cora Coralina; Especialista em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente pela Universidade Estácio de Sá; Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Sudoeste - Sede Quirinópolis.

Sonia Maria de Jesus Alves

Mestranda e Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); Especialista em Geografia do Brasil pela UEG; Graduada em Licenciatura Plena Biologia pela UEG; É Docente pela Secretaria da Educação de Goiás. Tem experiência na área de Geografia. Possui vários cursos na área da Educação e Novo Ensino Médio BNCC.

Uanderson Sales Soares Silva

Especialista em Dinâmicas Históricas e Geográficas do Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Porangatu; Técnico-administrativo da Universidade Estadual (UEG), Unidade Porangatu. Tem experiência na área de Geografia.

Vandervilson Alves Carneiro

Pós-doutor pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Colemar Natal e Silva (Goiânia/GO); Doutor e Mestre em UFG, Campus Samambaia (Goiânia/GO); Docente dos cursos de Graduação em Química Licenciatura e Química Industrial; dos cursos de especialização em engenharias, tecnologias e sustentabilidade urbana e Gestão Ambiental, do Campus Central/Ciências Exatas e Tecnológicas (Anápolis/GO); e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Campus Cora Coralina (Cidade de Goiás/GO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

QUESTÕES AGRÁRIAS EM TERRITÓRIO GOIANO

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

